



ALTERNATIVAS PARA AS CIDADES DO CAMPO:

o planejamento territorial do
continuum urbano-rural através da
análise de Monte Alegre de Minas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

GUILHERME SILVA GRACIANO

ALTERNATIVAS PARA AS CIDADES DO CAMPO:
o planejamento territorial do *continuum* urbano-rural através da análise de Monte Alegre de Minas

Uberlândia (MG)

2018

GUILHERME SILVA GRACIANO

**ALTERNATIVAS PARA AS CIDADES DO CAMPO:
o planejamento territorial do *continuum* urbano-rural através da análise de Monte Alegre de Minas**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo -
PPGAU da Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Projeto, Espaço e Cultura.

Orientadora: Profª. Drª. Beatriz Ribeiro Soares

Uberlândia (MG)

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

G731a Graciano, Guilherme Silva, 1989-
2018 Alternativas para as cidades do campo [recurso eletrônico] : o planejamento territorial do continuum urbano-rural através da análise de Monte Alegre de Minas / Guilherme Silva Graciano. - 2018.

Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1441>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Arquitetura. 2. Espaço urbano - Monte Alegre de Minas (MG). 3. Cidades pesquenas. 4. Planejamento urbano. 5. Zona rural. 6. Política urbana. I. Soares, Beatriz Ribeiro (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU: 72

Rejâne Maria da Silva – CRB6/1925

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO POR MEIO IMPRESSO
OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

E-mail do autor: guilhermesgraciano@gmail.com

GUILHERME SILVA GRACIANO

**ALTERNATIVAS PARA AS CIDADES DO CAMPO: o planejamento territorial do
continuum urbano-rural através da análise de Monte Alegre de Minas**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares – UFU (Orientadora)

Profa. Dra. Maria Eliza Alves Guerra – UFU

Profa. Dra. Maria de Lourdes Zuquim - USP

DATA _____ / _____ de _____

RESULTADO: _____

Dedico esta pesquisa a meus pais, avós, tios e primos, pelo apoio de sempre e por compartilhar com eles as melhores lembranças em Monte Alegre de Minas, tanto na área urbana quanto na rural.

AGRADECIMENTOS

À professora Beatriz Ribeiro Soares pela atenção e generosidade de sempre e pelo quanto agradável foi trabalharmos juntos nesta pesquisa;

À professora Maria Eliza Alves Guerra pela contribuição na banca de qualificação e pela participação ativa no desenvolvimento do trabalho, sempre solicita a ajudar e a contribuir para o enriquecimento da pesquisa;

À professora Maria de Lourdes Zuquim pelo estímulo inicial na elaboração do projeto de pesquisa e pelas várias pistas dadas na banca de qualificação que nortearam o caminho do trabalho;

À Prefeitura de Monte Alegre de Minas, em especial ao César Queiroz, Darlan Moura e Ana Alice Guerra, pela disponibilidade de me auxiliarem na obtenção de dados, leis e mapas do município.

À ONG Soul do Mato pela iniciativa de pensar e propor áreas de preservação em Monte Alegre e estarem abertos para o intercâmbio de ideias.

Ao professor Marcelo Chelotti e aos colegas da disciplina “Geografia e Ruralidade: espaço rural contemporâneo e novas territorialidades”, pelas contribuições e discussões que tanto somaram à pesquisa.

Às professoras Bia Cappello e Vera Salazar pelo auxílio no amadurecimento do projeto de pesquisa.

Ao professor e amigo Adriano Canas pelas discussões sobre Monte Alegre e as pequenas cidades.

Aos amigos Giovanna, Kauê, Elisa, Dalton e Ana Paula pelas ajudas e troca de ideias.

À minha mãe, Rose, pelo apoio de sempre e pela ajuda na obtenção de dados sobre os loteamentos no Cartório de Registro de Imóveis de Monte Alegre.

Ao meu pai, Edvaldo, por todo o amparo e pela companhia nas visitas de campo no espaço rural de Monte Alegre.

RESUMO

Como planejar o território municipal de pequenas cidades, que têm estreita relação com o mundo rural? A presente pesquisa levanta a discussão a respeito da abordagem territorial do planejamento em municípios pouco populosos e com parte significativa de sua população residindo na área rural, discutindo como arquitetos e urbanistas podem abordar o território, encarando-o como um *continuum* urbano-rural no planejamento. Aborda-se a discussão a respeito do real tamanho do espaço urbano no Brasil e a necessidade de classificação dos municípios segundo seu grau de urbanização e relação com a área rural para o aprimoramento de políticas e planos que estejam mais próximos da realidade territorial do país, assim como, analisa-se o espaço municipal de Monte Alegre de Minas-MG, objeto de estudo desta pesquisa, com o intuito de descrever a formação de seu espaço urbano e municipal analisando como a área urbana e rural do município se desenvolveu.

Por fim, são abordadas alternativas de urbanizações para as pequenas cidades e o território rural, apresentando o que arquitetos, planejadores e a ONU indicam para o planejamento destas áreas, assim como, são sugeridas estratégias que podem ser adotadas em Monte Alegre- MG para que o município possa desenvolver seu território municipal de forma mais coesa, incluindo a área rural no planejamento. A contribuição desta pesquisa está na ampliação da discussão a respeito do planejamento territorial que aborda as áreas rurais e urbanas de forma integrada e nas propostas de estratégias de planejamento para Monte Alegre de Minas, município com parte significativa da população vivendo no campo e que está em vias de discutir a implementação de seu primeiro Plano Diretor.

Palavras-chave: Planejamento territorial, *continuum* urbano-rural, pequenas cidades, Monte Alegre de Minas

ABSTRACT

How to plan the municipal territory of small towns, which have close relationship with the rural world? The present research raises the discussion about the territorial approach of planning in poorly populated municipalities and with a significant part of its population residing in the rural area, discussing how architects and urbanists can approach the territory, considering it as an urban-rural continuum in planning . The discussion about the real size of the urban space in Brazil and the need to classify the municipalities according to their degree of urbanization and relationship with the rural area are discussed in order to improve policies and plans that are closer to the territorial reality of the country, as well as analyzing the municipal space of Monte Alegre de Minas-MG, the object of this study, with the purpose of describing the formation of its urban and municipal space, analyzing how the urban and rural area of the municipality developed.

Finally, urbanization alternatives for small cities and the rural territory are presented, presenting what architects, planners and the UN indicate for the planning of these areas, as well as suggesting strategies that can be adopted in Monte Alegre-MG to the municipality can develop its municipal territory more cohesively, including the rural area in planning. The contribution of this research is the extension of the discussion about territorial planning that addresses rural and urban areas in an integrated way and in the proposals of planning strategies for Monte Alegre de Minas, a municipality with a significant part of the population living in the countryside and that is in to discuss the implementation of its first Master Plan.

Keywords: Territorial planning, urban-rural continuum, small cities, Monte Alegre de Minas

LISTA DE ABREVIATURAS

AMVAP – Associação de Municípios do Vale do Alto Paranaíba

APP – Área de Proteção Permanente

BNH – Banco Nacional de Habitação

CIDES – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

ETA – Estação de Tratamento de Água

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEPHA-MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

JK – Juscelino Kubitscheck

MAM – Monte Alegre de Minas

MCMV – Minha Casa Minha Vida

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

OCDE – Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSF – Programa Saúde da Família

TMAP – Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba- MG. Em destaque, o município de Monte Alegre de Minas.....	4
Figura 2: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba- MG. Indicação da população total municipal dos municípios.....	5
Figura 3: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba- MG. Indicação da porcentagem de população que vive na área rural	6
Figura 4: Limite entre a área urbana e rural em Monte Alegre de Minas	13
Figura 5: Fragmento do afresco que mostra as virtudes de um bom governante. Obra de Ambrogio Lorenzetti, Palazzo Pubblico de Siena, Itália.....	34
Figura 6: Fragmento do afresco que mostra a cidade sob tirania. Palazzo Pubblico de Siena, Itália	34
Figura 7: Efeitos do Bom Governo na Cidade, 1338 -1340 (Effetti del Buon Governo in città). Obra de Ambrogio Lorenzetti (ca.1285 - ca. 1348) para o Palazzo Pubblico de Siena, Itália.	35
Figura 8: Efeitos do Bom Governo no Campo, 1338 -1339 (Effetti del Buon Governo in campagna). Obra de Ambrogio Lorenzetti (ca.1285 - ca. 1348) para o Palazzo Pubblico de Siena, Itália.	36
Figura 9: Parcera urbana do planeta – 2% da superfície terrestre; 50% da população mundial e 80% da poluição produzida....	39
Figura 10: Parcera rural do planeta – 98% da superfície terrestre; 50% da população mundial; 20% da poluição produzida.....	40
Figura 11: Porcentagem da população residente no espaço rural que trabalha com agricultura – 2012	41
Figura 12: População mundial urbana e rural e suas respectivas ocupações	42
Figura 13: Escola Primária na vila de Qinmo, província de Guangdong, China. Projeto do grupo Rural Urban Framework	43

Figura 14: Perspectiva do projeto Broadacre City, de Frank Lloyd Wright	46
Figura 15: Vista da cidade de Monte Alegre e BR-365	51
Figura 16: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Classificação dos municípios de acordo com o IBGE, 2017	58
Figura 17: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Classificação dos municípios do de acordo com José Eli da Veiga, 2002	60
Figura 18: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Classificação dos municípios de acordo com a OCDE, 2014	63
Figura 19: Brasil - classificação dos municípios de acordo com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2015	65
Figura 20: Brasil - tipologias dos espaços rurais propostas pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2015	66
Figura 21: Região de influência de Uberlândia-MG.....	73
Figura 22: Monte Alegre de Minas – evolução territorial	76
Figura 23: Monte Alegre de Minas – fases de expansão urbana.....	82
Figura 24: Monte Alegre – primeiro período morfológico (anterior a 1950)	85
Figura 25: Desenho da Igreja de Monte Alegre realizado sobre a página 17 do livro “Viagem pitoresca a Mato Grosso”, de Visconde de Taunay – ano de 1865	87
Figura 26: Entrada do primeiro carro na cidade, em 1912, em decorrência da inauguração das estradas da Companhia Mineira de Auto Viação	88
Figura 27: Prédio do antigo Fórum na década de 1940, onde também funcionou por alguns anos o Paço Municipal.....	91

Figura 28: Igreja do Rosário, que foi demolida na déc. de 1940	92
Figura 29: Antigo Reservatório Público de Água déc. 1930	92
Figura 30: Reforma da nave da igreja na déc. de 1920	92
Figura 31: Praça em frente à igreja na década de 1940.....	92
Figura 32: Vista aérea de Monte Alegre na década de 1940	93
Figura 33: Antigo Largo Rui Barbosa, em chão de terra batida, entre a Igreja e o Fórum.....	94
Figura 34: Monte Alegre - segundo período morfológico (décadas de 1950 e 1960)	96
Figura 35: Estradas da Região Sudeste em 1965.....	97
Figura 36: Praça Nicanor Parreira em 1970.....	98
Figura 37: Plantas da Praça Cônego Ângelo (acima), em Ituiutaba-MG e Praça Nossa Senhora Aparecida (abaixo), em Uberlândia-MG. Ambas de autoria de Coury e com a mesma tipologia da Praça Nicanor Parreira de Monte Alegre-MG	99
Figura 38: Praça Nicanor Parreira na comemoração do centenário de Monte Alegre de Minas, em 1970	99
Figura 39: Praça Luis Dutra Alvim na década de 1970	100
Figura 40: Inauguração do Parque de Exposição Agropecuária, em 1978.....	101
Figura 41: Monte Alegre - terceiro período morfológico (década de 1970 a 1990).....	102
Figura 42: Construção do Conjunto Habitacional Paloma I e II, financiado pelo BNH, em 1984	104
Figura 43: Fórum, construído em 1979	105

Figura 44: Paço Municipal construído na década de 1970.....	105
Figura 45: Parque de Exposição Agropecuária na década de 1970.....	106
Figura 46: Obras de duplicação da BR-365 na área urbana de Monte Alegre, em 2013.....	108
Figura 47: Novos boxes para comerciantes às margens da BR-365, 2018.....	109
Figura 48: Combi de vendedor às margens da BR-365, 2013.....	109
Figura 49: Estação de Tratamento de Água, 2013.....	110
Figura 50: Residenciais Pedra Branca I e II, do MCMV, em 2017.....	110
Figura 51: Esquema do PMSB com a localização da ETE, emissário e interceptor	111
Figura 52: Rede hidrográfica principal do município de Monte Alegre de Minas	112
Figura 53: Praça Nicanor Parreira na década de 1970 (esquerda) e em 2013 (direita).....	115
Figura 54: BR-365 e Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas, 2017	116
Figura 55: Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas, 2018	116
Figura 56: Imagem promocional do loteamento Primaville, em Monte Alegre de Minas, 2016	118
Figura 57: Monte Alegre de Minas - zoneamento morfológico funcional, 2018	120
Figura 58: Monte Alegre de Minas - quarto período morfológico (2000-2018).....	122
Figura 59: Monte Alegre de Minas - conjuntos habitacionais, 2018	123

Figura 60: Croqui de reflexão sobre a delimitação de perímetros urbanos feito pelo arquiteto Carlos Nelson dos Santos (1988)	125
Figura 61: Perímetro Urbano de Monte Alegre de Minas, 2014	126
Figura 62: Município de Monte Alegre de Minas analisado pelo Método Eclipse	129
Figura 63: Município de Monte Alegre de Minas	131
Figura 64: Bexiguento - imagem de satélite com Museu e Monumento, próximos à lagoa, e antiga Escola Rural, às margens da estrada de acesso	132
Figura 65: Monumento aos Retirantes de Laguna	133
Figura 66: Museu Municipal em 2014 - ocioso desde sua construção	134
Figura 67: Museu Histórico e Artístico de Monte Alegre.....	134
Figura 68: Bexiguento - imagem de satélite mostrando acesso pela BR-365 (abaixo) e a APP do Ribeirão Monte Alegre (acima)	135
Figura 69: Bexiguento - antiga escola agrícola	135
Figura 70: Bexiguento - Entorno do monumento sendo utilizado pela população	136
Figura 71: Distrito de Garcias - antena de telefonia	137
Figura 72: Distrito de Garcias - via com comércio local	138
Figura 73: Distrito de Garcias - imagem de satélite.....	139
Figura 74: Distrito de Garcias - vista da rua de acesso com Escola e Posto de Saúde ao centro da foto	140

Figura 75: Distrito de Garcias - limite urbano-rural.....	140
Figura 76: Trevão, rodovias e Ribeirão Monte Alegre na década de 1990.....	141
Figura 77: Casas localizadas nas proximidades do Trevão	142
Figura 78: Trevão de Monte Alegre - projeto de duplicação e interseção das rodovias BR-365 e BR-153.....	143
Figura 79: Trevão de Monte Alegre - imagem de satélite.....	144
Figura 80: Assentamento com as associações APARMA II e Monte Sião.....	146
Figura 81: Assentamento com as associações Vale do Sol II e Montenápolis	146
Figura 82: Assentamento com as associações APARMA I, AFAMAM e Asa Verde.....	147
Figura 83: Município de Monte Alegre de Minas - Assentamentos Rurais (2018)	148
Figura 84: Escola Rural Leamdro Marquês, na área sul do município	149
Figura 85: Escola Rural Nicanor Parreira, nas proximidades do Trevão e às margens da BR-153	150
Figura 86: Monte Alegre de Minas - Escolas Rurais 2018.....	151
Figura 88: Escola Rural Fernando Vilela, às margens da BR-365	152
Figura 87: Escola Municipal Rural José Cabral, 2014	152
Figura 89: Escola Rural José Cabral, no distrito de Garcias	152
Figura 90: Monte Alegre de Minas - análise da hinterlândia - fluxos	157
Figura 91: Monte Alegre de Minas - análise da hinterlândia - centralidades e área de influência.....	158

Figura 92: Vista da cidade de Monte Alegre de Minas	161
Figura 93: Equipamentos Públicos na cidade de MAM (2013).....	165
Figura 94: Equipamentos Públicos no município de MAM (2013)	166
Figura 95: IDH dos países menos desenvolvidos	168
Figura 96: Gráfico com 10 pontos que influenciam a integração urbano-rural segundo a ONU (2017)	176
Figura 97: Monte Alegre de Minas – Proposta de pavimentação de via rural.....	181
Figura 98: Vista do trecho asfaltado da estrada entre o distrito sede e o distrito de Garcias.....	182
Figura 99: Imagem de satélite do trecho asfaltado da estrada entre o distrito sede e o distrito de Garcias.....	182
Figura 100: Capela dedicada a Nossa Senhora Aparecida e salão de festas na área rural de Monte Alegre	183
Figura 101: Proposta de via de ligação entre a cidade e o Monumento aos Retirantes de Laguna.....	184
Figura 102: Croqui de Escola e Clube Rural propostos por Le Corbusier	185
Figura 103: Escola primária de Mulan, projeto do grupo Rural Urban Framework	186
Figura 104: Maquete da Escola Primária de Mulan.....	186
Figura 105: Esquema do projeto para a Escola de Mulan.....	187
Figura 106: Shijia House, projeto de Rural Urban Framework	188
Figura 107: Locais indicados pelo PMSB como possíveis áreas para implantação de parques municipais (2015)	190
Figura 108: Delimitação do Parque das Embaúbas	192

Figura 109: Projeto do Parque das Embaúbas, proposto pela ONG Soul do Mato	193
Figura 110: Proposta de área para implantação de Parque Linear	194
Figura 111: Proposta para a Avenida Tancredo Neves (margens do Ribeirão Monte Alegre).....	195
Figura 112: Proposta para a Avenida Toribaté (margens do Córrego Maria Elias).....	196
Figura 113: Detalhe do projeto do Parque das Embaúbas proposto pela ONG Soul do Mato	197
Figura 114: Contribuição desta pesquisa para a delimitação da área do Parque das Embaúbas	198

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População de Monte Alegre de Minas e outros municípios do TMAP em 1920 e 1940.....	89
Tabela 2: Monte Alegre de Minas - IDHM entre 1991, 2000 e 2010	164
Tabela 3: Índice de Gini em Monte Alegre entre 1991, 2000 e 2010	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dados do município estudado.....	3
Quadro 2: Assentamentos Rurais de MAM (2018)	147
Quadro 3: Escolas Rurais do município de Monte Alegre.....	150
Quadro 6: Brasil: síntese da evolução do desenvolvimento rural – 1970/2000	170

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PARTE 1	13
O TERRITÓRIO E OS MUNICÍPIOS MENOS POPULOSOS: discussão e problematização teórica	13
1.1. A questão dos municípios menos populosos: a pequena cidade no território	14
1.2. A urbanização do território: vive-se hoje a “era urbana”?	20
1.3. O espaço urbano em questão: o conceito de urbanização e as fissuras epistemológicas atuais	25
1.4. Uma nova urbanização possível do ponto de vista das pequenas aglomerações	28
1.5. O interesse dos arquitetos e urbanistas para com o rural e as pequenas cidades	31
PARTE 2	51
MONTE ALEGRE DE MINAS E A REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA: o objeto de estudo	51
2.1. Urbano ou Rural? Metodologias de Classificação de Municípios aplicadas à região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	52
2.2. Monte Alegre de Minas na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: a rede de cidades e a formação do território.....	68

2.3.	O processo de urbanização de Monte Alegre de Minas: análise morfológica e contextualização	80
2.4.	A hinterlândia urbanizada: o território municipal de Monte Alegre de Minas.....	127
PARTE 3	161
O TERRITÓRIO QUE SE TEM E O TERRITÓRIO QUE SE DESEJA: diagnóstico e perspectivas		161
3.1.	O espaço social que se construiu	162
3.2.	Alternativas de urbanização para as pequenas cidades e possibilidades de futuro em Monte Alegre de Minas	173
3.3.	Desafios para a arquitetura e urbanismo ao pensar alternativas de urbanizações para o <i>continuum</i> urbano-rural: projetar o interior para o século XXI.....	200
REFERÊNCIAS	203

INTRODUÇÃO

O planejamento – urbano, regional, territorial – é um tema caro ao Brasil em todas as suas escalas territoriais, desde as cidades grandes, médias e metrópoles, até as menores cidades em população. Há um esforço por parte da comunidade acadêmica em analisar e propor alternativas para as grandes e médias cidades, assim como discutir políticas públicas que promovam a necessária reforma urbana, o que colaborou, principalmente, na aprovação do Estatuto da Cidade, lei nº 10.257, festejada no mundo todo como “exemplar”, e aprovada pelo Congresso Nacional após anos de luta popular, em 2001. (MARICATO, 2013)

A legislação urbanística obteve um salto nas últimas décadas com a aprovação do Estatuto da Cidade, porém, sua aplicação e até mesmo seu aprimoramento dependem, em parte, do entendimento das várias realidades e especificidades das diferentes escalas de espaços urbanos em todo o território nacional. Os

municípios pequenos em população, que segundo o IBGE (2010) são aqueles que apresentam menos de 100 mil habitantes, são a maior parte do território nacional e concentram parcela significativa da população. Esse universo de municípios possui várias realidades e carecem de estudos que forneçam alternativas de planejamento que atendam às suas várias especificidades.

Os municípios menos populosos concentram boa parte da produção de alimentos e energia, além de guardarem importante patrimônio cultural e ambiental em suas áreas municipais. É importante que o planejamento destes municípios tenha uma abordagem territorial, que leve em consideração os espaços urbanos e rurais em conjunto, visto a relação de proximidade e complementariedade que eles desempenham nestes locais.

No que se refere a estudos territoriais, as pequenas cidades, que são fortemente ligadas ao espaço rural e à série de pequenos espaços urbanos existentes no

campo – distritos e povoados – necessitam de um maior estudo e aprofundamento por parte dos urbanistas, para que suas particularidades sejam melhor compreendidas e o planejamento e propostas para estes espaços sejam mais eficazes. Os municípios brasileiros que possuem até 100.000 habitantes e são considerados de pequeno porte correspondem a 95% do número total de municípios e concentram 45,3% da população total do país, segundo dados do IBGE. Em uma escala ainda menor, os municípios com até 20.000 habitantes somam 73% dos municípios brasileiros e 30% da população total. (IBGE, 2010; PEDRA, NOGUEIRA, 2011)

A estrutura territorial está ligada a outras estruturas não territoriais, tais como a econômica, a política e a ideológica e o seu estudo é importante para o entendimento da sociedade, pois a estrutura territorial “é socialmente produzida e ao mesmo tempo reage sobre o social”. Dessa forma, a análise das pequenas cidades brasileiras deve partir da realidade econômica,

política e social de seu território, que na maior parte dos casos está diretamente ligada à área rural e ao conjunto de distritos e vilas diretamente ligados a ela. (VILLAÇA, 1997, 2001)

Esta pesquisa estuda um município pequeno em população, inserido em uma região agrícola fortemente influenciada pelo agronegócio, pela agricultura familiar e pelo conjunto de atividades não agrícolas que acontecem na área rural de seu território, ou seja, onde o campo tem grande influência sobre a cidade, que por sua vez, supre o espaço rural próximo de infraestrutura, comércio e serviços. Trata-se do município de Monte Alegre de Minas, inserido na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em Minas Gerais, em que se busca entender qual o seu papel na rede de cidades, como se dá a relação do urbano com o rural em seu território e qual o desenvolvimento experimentado por esse município: se foi um desenvolvimento territorial integrado da cidade e do campo, e quais os motivos disso. Frente a essa análise, serão discutidos os

desafios de uma abordagem municipal de planejamento que leve em conta o desenvolvimento territorial integrado da área urbana e da área rural em municípios pouco populosos.

Em sua parte teórica, esta pesquisa contribui para a ampliação do debate a respeito do planejamento territorial em pequenas cidades com a inserção do campo e do rural em seu escopo, e também, em sua parte de análise do município estudado, busca ser uma contribuição para o planejamento de Monte Alegre de Minas, que ainda não possui Plano Diretor Municipal mas está em vias de tê-lo¹.

O município estudado tem população em torno de 20 mil habitantes, com cerca de 26% dessa população vivendo na área rural (ver Quadro 1). O distrito sede de Monte Alegre de Minas é uma cidade que tem relação estreita com o espaço rural, e que propicia acesso a

serviços e infraestrutura à parte da população residente no campo, que é significativa.

Quadro 1: Dados do município estudado

MONTE ALEGRE DE MINAS	
ÁREA (Km ²)	2593 km ²
POPULAÇÃO TOTAL (2010)	19.619 habitantes
POP. ESTIMADA EM 2017	21.095 habitantes
POPULAÇÃO RURAL (2010)	5.113 habitantes (26,06%)
POPULAÇÃO URBANA (2010)	14.506 habitantes (73,94%)
IDHM 2010	0,674

Fonte: IBGE, 2010, 2018; PNUD, 2013. Organizado pelo Autor (2018)

¹ O Plano Diretor Municipal é obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes. No Censo de 2010, a população de MAM era de 19.619 habitantes e a estimativa para 2020 é de mais de 21 mil

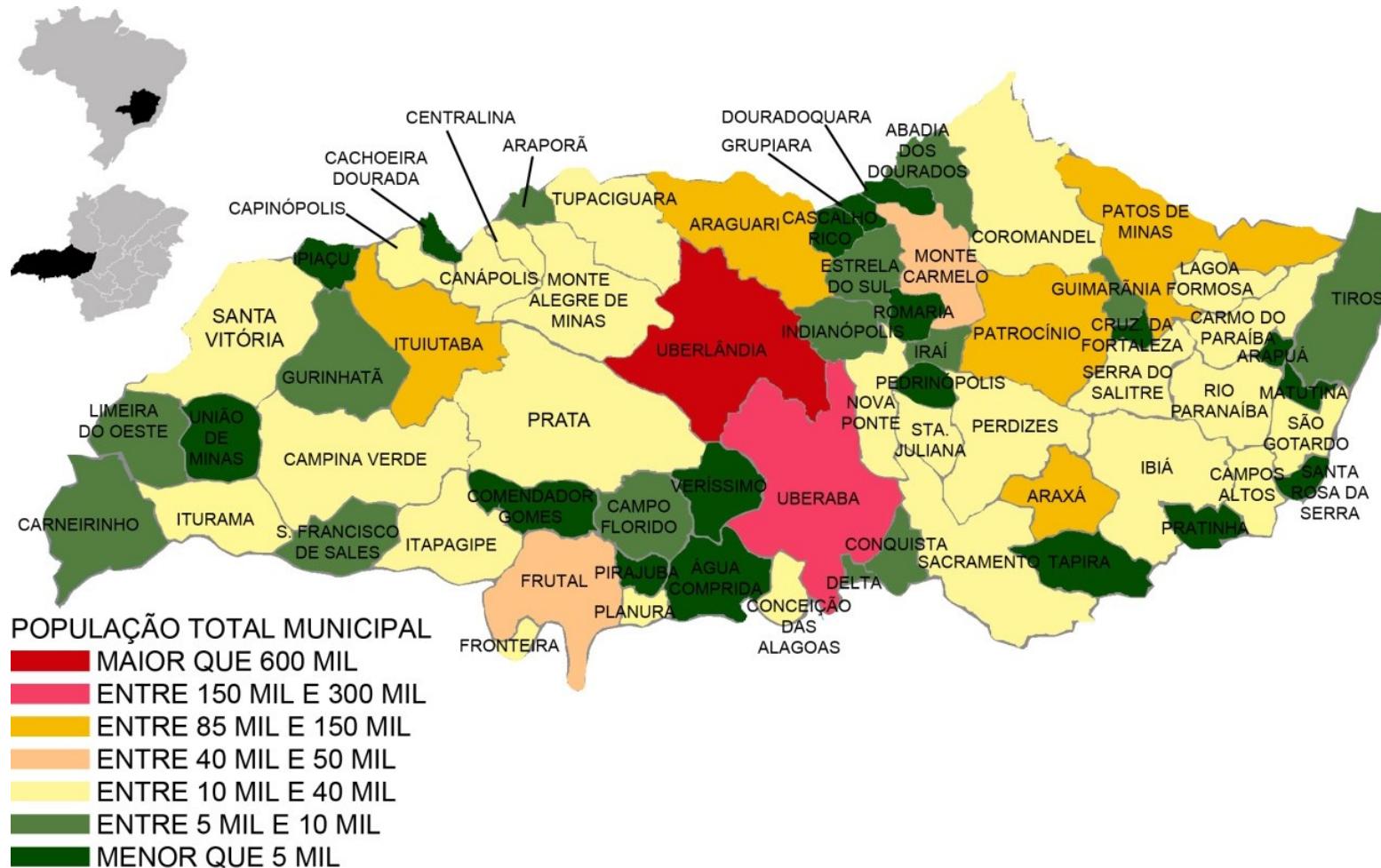
habitantes, o que já torna obrigatório a elaboração do Plano Diretor a partir da publicação do próximo Censo do IBGE.

Figura 1: Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba- MG. Em destaque, o município de Monte Alegre de Minas



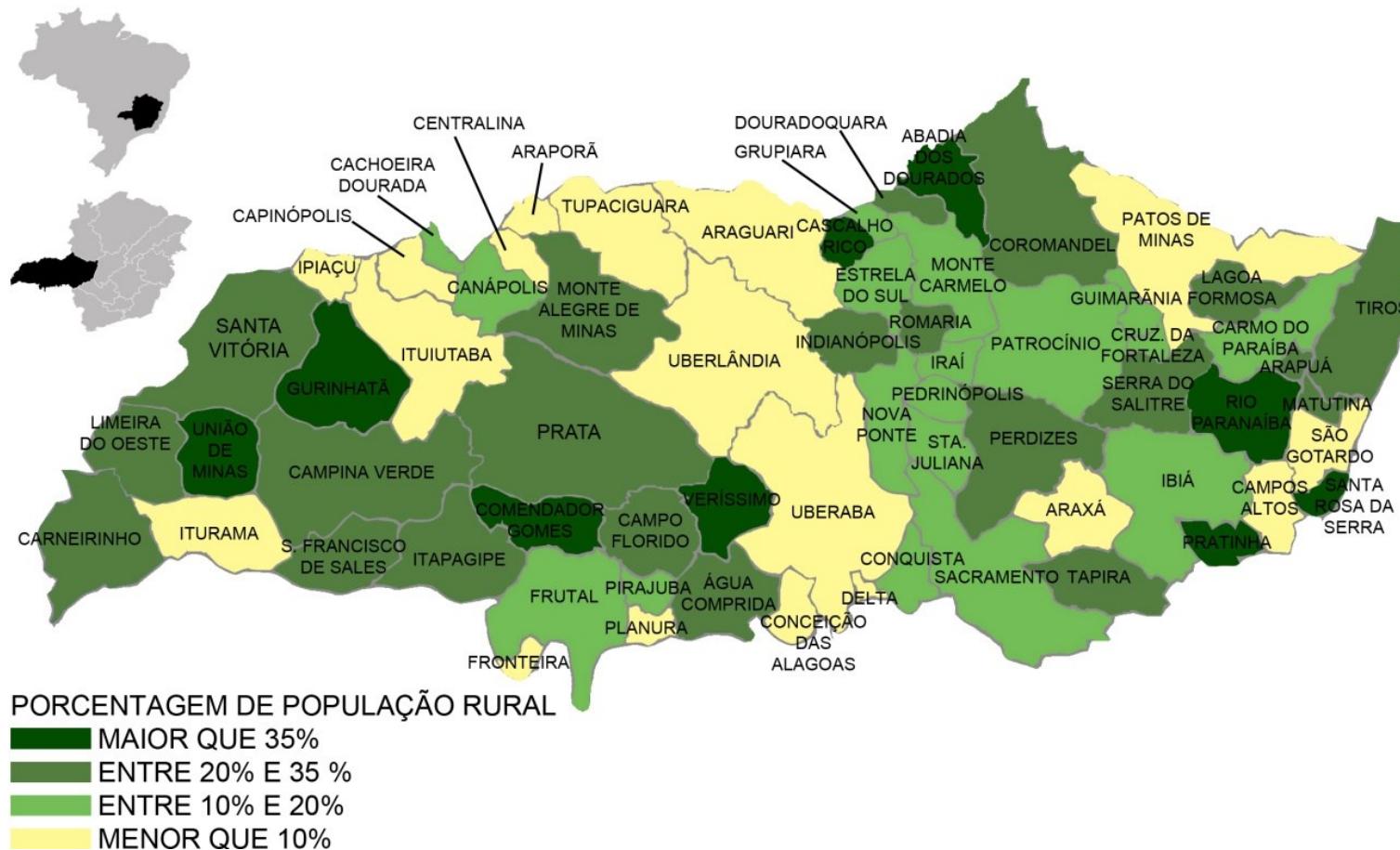
Fonte: IBGE, 2007, adaptado pelo Autor

Figura 2: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba- MG. Indicação da população total municipal dos municípios



Fonte: IBGE, 2010, adaptado pelo Autor

Figura 3: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba- MG. Indicação da porcentagem de população que vive na área rural



Fonte: IBGE, 2010, adaptado pelo Autor

O objetivo principal da pesquisa é discutir os desafios de uma abordagem municipal de planejamento que leve em conta o desenvolvimento territorial, urbano e rural, em municípios pequenos em população, através da análise do município de Monte Alegre de Minas. A partir deste eixo norteador, desenrolam-se os objetivos específicos, que são os de discorrer sobre as tipologias e metodologias de classificação de municípios pequenos em população e suas relações com o espaço rural; compreender a dinâmica urbano-rural no território municipal de Monte Alegre de Minas e analisar as especificidades de seus espaços a partir de uma análise da morfologia urbana e das tipologias presentes na hinterlândia do município. A partir desta análise, serão abordadas possibilidades de urbanização e o que está sendo pensado para um planejamento territorial que vise um desenvolvimento mais justo e que abranja

o território municipal como um todo, de acordo com o §2º do artigo 40 do Estatuto da Cidade (2001)².

Será explicitado qual foi o desenvolvimento territorial ocorrido neste município do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e quais as políticas públicas que influíram e influem neste desenvolvimento. Essa abordagem territorial em relação a um município pequeno em população visa compreender o papel que Monte Alegre exerce na rede de cidades brasileira e qual o desenvolvimento territorial experimentado pelo município nas últimas décadas.

A maneira como serão interpretados o espaço urbano e o processo de urbanização no município estudado parte do entendimento da urbanização como um fenômeno que acontece no território, e não somente “dentro da cidade”. Neste contexto, o rural começa a ganhar importância no planejamento, passando a ser visto

² A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, estabelece diretrizes gerais da política urbana e em seu Art. 40 §2º, define que o plano diretor deverá englobar o território

do Município como um todo, o que foi um avanço para a inclusão da área rural no planejamento municipal.

também como espaço habitado e não apenas como área coadjuvante e espaço da produção agrícola. (BRENNER, 2016)

Partir-se-á do preceito da universalidade do direito à cidadania, ou segundo a expressão lefebriana, do direito à cidade, às populações que queiram permanecer nas pequenas cidades e no espaço rural, o que é fundamental para o equilíbrio e para a própria viabilidade da rede urbana. (LEFEBVRE, 2001; BRENNER, 2016)

Henry Lefebvre (2001), entre os anos 1950 e 1970, foi um dos primeiros a introduzir a tese de uma urbanização territorial completa e abrangente, em que os espaços urbanos se espalham pelo território de forma difusa, inclusive no espaço rural. Para esta compreensão se faz necessário situar alguns termos, que embora comuns, necessitam ser elucidados para que a compreensão do texto aconteça de forma clara, são eles: urbano e rural; cidade e campo; território e município.

Os conceitos de urbano e rural são abstratos e usados como adjetivos, um vinculado à industrialização do espaço e outro associado à produção agropecuária e às tradições vernaculares. Já os termos cidade e campo são substantivos e designam uma parte do espaço. Por cidade entende-se a chamada malha urbana, organizada enquanto aglomeração. O campo, por outro lado, é o espaço de produção agrícola, as áreas naturais de preservação e todo o território fora da aglomeração urbana da cidade. O crítico inglês Raymond Williams demonstra a importância desta parte do território ressaltando que a expressão inglesa *country* pode designar tanto o campo (*countryside*) quanto todo o território do país ou até a ideia de nação (*country*). Por território entende-se um recorte espacial amplo, que pode abranger desde a área municipal até o espaço regional e nacional, dependendo do contexto. Município, por sua vez, refere-se à divisão administrativa que comprehende cidade e campo de determinado território municipal. Explicitando-se estes

conceitos, a compreensão de que pode haver “urbanidades” no campo e “ruralidades” na cidade fica mais clara, a partir da tese da urbanização extensiva no território. (MONTE-MÓR, 2007; WILLIAMS, 1989)

Os caminhos teóricos e metodológicos para viabilizar esta pesquisa, que tem cunho quantitativo e qualitativo por levantar e organizar dados para discorrer sobre uma interpretação da realidade social e territorial e de como esta realidade se formou, é dividida em quatro etapas: pesquisa teórica, pesquisa documental, pesquisa de campo e análise de resultados. A pesquisa teórica diz respeito à revisão bibliográfica do tema das pequenas cidades, de desenvolvimento territorial e do processo de urbanização do país, de maneira mais abrangente, enquanto a pesquisa documental e de campo são relativas ao próprio objeto de estudo, com levantamento de documentos e informações junto à Prefeitura Municipal e ao Cartório de Registro de Imóveis de Monte Alegre de Minas, assim como visitas aos Assentamentos da Reforma Agrária, distrito, escolas

rurais e à cidade de Monte Alegre para levantamento de dados e fontes primárias de pesquisa.

Para a análise dos dados coletados no município buscou-se metodologias para a interpretação do campo e da cidade de Monte Alegre, como: a classificação do município, juntamente com os outros municípios da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, segundo os métodos de classificação da OCDE, do pesquisador José Eli da Veiga (2003) e da metodologia proposta pelo IBGE (2017) em relação à sua densidade e grau de relação com a área rural; a elaboração de mapas que mostrem a evolução da morfologia urbana e seus agentes influenciadores; assim como a elaboração de mapa que mostre as tipologias presentes na hinterlândia do município de Monte Alegre de Minas, de acordo com a metodologia de análise proposta por Topalovic (2015). Todas estas metodologias, aplicadas e explicadas ao longo do trabalho, ajudam na compreensão do tema do planejamento territorial em pequenas cidades.

Por fim, a análise leva à discussão de alternativas de urbanização para pequenas cidades, abordando-se possibilidades para Monte Alegre de Minas e outros municípios semelhantes em tamanho populacional. O que procura ser uma contribuição para a ampliação do debate a respeito das pequenas cidades no geral e para o planejamento territorial em Monte Alegre de Minas.

A dissertação está dividida em três partes. A primeira parte, intitulada **“O Território e os Municípios Menos Populosos: discussão e problematização teórica”** faz uma abordagem teórica criticando a metanarrativa da “era urbana”, que leva a acreditar que o futuro levaria ao fim do rural enquanto território habitado; conceitua o que é urbano, enquanto fenômeno que acontece no território, e trata das fissuras epistemológicas sobre o conceito de urbanização; trata do possível reequilíbrio da rede urbana e dos desafios para se pensar alternativas de urbanização para os municípios menos populosos e discute os desafios para a arquitetura e urbanismo ao pensar alternativas de urbanização para

os territórios menos densamente povoados, elencando várias abordagens de arquitetos sobre o planejamento territorial, bem como, fazendo um apanhado histórico de como o território tem sido abordado na arquitetura.

A segunda parte, **“Monte Alegre de Minas e a Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: o objeto de estudo”**, discorre sobre algumas metodologias de classificação de municípios que representem melhor a realidade territorial do país, aplicando-as na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; analisa o desenvolvimento da forma urbana, suas infraestruturas e equipamentos, ilustrando como a cidade de Monte Alegre de Minas se desenvolveu enquanto “cidade local” e descreve seu território municipal e as tipologias espaciais de sua hinterlândia.

A terceira parte, conclusiva e intitulada **“O Território que se tem e o Território que se deseja: análise e perspectivas”**, analisa o desenvolvimento atual da área urbana e rural do município e ressalta possibilidades de planejamento que levariam a um

desenvolvimento territorial que garantisse o direito à cidade e à cidadania a todo o território municipal. Apresenta estudos do que se discute no meio acadêmico e governamental a respeito de alternativas de urbanização para o espaço rural e para as pequenas cidades. E através das considerações finais da presente pesquisa, procura responder à pergunta: Como o arquiteto e urbanista pode contribuir para o desenvolvimento territorial de pequenas cidades e seu espaço rural?

PARTE 1

**O TERRITÓRIO E OS MUNICÍPIOS MENOS POPULOSOS:
discussão e problematização teórica**

1.1. A questão dos municípios menos populosos: a pequena cidade no território

Com as transformações ocorridas na segunda metade do século XX em decorrência da industrialização do território brasileiro e das transformações na forma de circulação de pessoas, informações, bens e mercadorias, as pequenas cidades de maneira geral passam a ser mais inseridas na produção do território nacional e desempenham um novo papel na rede de cidades. Essas pequenas aglomerações exercem influência local em seu espaço rural circundante e, independentemente de seu tamanho populacional, conseguem manter relações econômicas, políticas e sociais com outros centros de forma direta, por meio das telecomunicações e da rede logística. Com a globalização, os pequenos centros mais inseridos economicamente, por menores que sejam, participam de um ou mais circuitos espaciais de produção,

produzindo e distribuindo bens, serviços e informações que circulam cada vez mais por intermédio da rede financeira e de informações articulada globalmente e através da ação de corporações globais. (CORRÊA, 1999, 2004, 2011)

O geógrafo Milton Santos (1994) denomina essas pequenas cidades de “cidade local” devido à sua área de influência local no território rural circundante e nas pequenas aglomerações, distritos e vilas de seu território municipal. Ele afirma que, com a industrialização e urbanização do território brasileiro, estas cidades locais mudaram de conteúdo e se especializaram para atender à produção agropecuária que estava se mecanizando e crescendo no interior do país. Essas cidades que antes eram as “cidades dos notáveis”, hoje se transformaram em “cidades econômicas”, pois, onde antes da industrialização as personalidades notáveis eram “o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz”, hoje, como cidade econômica, “são imprescindíveis o agrônomo (que

antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados”, ou seja, a cidade local se especializa para atender à produção agropecuária e agroindustrial e, segundo Santos, deixa de ser a “cidade no campo” para se tornar a “cidade do campo”.

Na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, essas transformações não podem ser analisadas sem que se leve em consideração os investimentos em políticas públicas voltadas para a implantação e modernização da agropecuária que a região recebeu a partir da década de 1970. A partir desse período a região Sudeste registra altos índices de crescimento e modernização, através de investimentos do governo federal, cujas políticas públicas buscavam dar suporte à ocupação e ao aproveitamento de áreas do cerrado que ainda não estavam integradas ao processo produtivo, o que beneficiou diretamente a área do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. (OLIVEIRA, SOARES, 2002)

Estes investimentos garantiram a implantação e modernização da agroindústria na região, porém, não vieram acompanhados de políticas que melhorassem a qualidade de vida da população que vive no campo e nas pequenas cidades. O foco do planejamento governamental em políticas públicas para fomentar a produção agropecuária reforça a ideia que se tem do rural como setor econômico em detrimento da visão do rural como um território habitado. Para as políticas governamentais brasileiras o rural continua a ser encarado, majoritariamente, apenas como setor econômico primário (agricultura, pecuária, pesca e extrativismo) e não como espaço rural. (MORAES, 2013)

A visão do rural como setor, em detrimento do rural enquanto território habitado é responsável por deixar em segundo plano os pequenos municípios brasileiros, principalmente os localizados em regiões agrícolas como o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, onde o foco do investimento governamental é sempre referente à

produção agropecuária. A maioria das ações governamentais voltadas para os municípios priorizam os que possuem população acima de 50 mil habitantes, quando “89% dos municípios do país possuem população igual ou inferior a esse número”. (MORAES, KAURIC, 2013)

Ao contrário do que se esperava, os investimentos públicos na “modernização do campo”, que direcionou recursos durante muito tempo exclusivamente para a industrialização da agricultura, não foram tão eficientes na promoção do desenvolvimento dos territórios rurais. A modernização da agricultura não foi capaz de desenvolver-se sem comprometer faixas extensas e contínuas do território, devastando recursos naturais, provocando conflitos fundiários, estimulando a grande concentração de terra e de riquezas, e principalmente,

não impedindo que o êxodo rural aumentasse e houvesse um grande avanço populacional dos mais diversos pontos do território nacional em direção aos centros urbanos industrializados. (ZUQUIM, 2007)

A falta de políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida na área rural dos pequenos municípios e ao acesso a serviços básicos dessa parcela da população acontece devido ao contestável dado de que o Brasil tem uma taxa de urbanização de 84%, de acordo com o IBGE (2010). Uma lei de 1938³ vigente até hoje permite que o Brasil considere como urbana toda sede de município e todo distrito, independentemente de sua taxa demográfica ou de suas características socioeconômicas. Essa regra coloca o Brasil entre os países com mais alta taxa de urbanização, sendo que a maioria dos municípios (73%

³ Decreto-lei nº311, de 2 de março de 1938, que regula a divisão territorial do país e define área urbana. Não há na lei que regulamenta a divisão territorial do país uma definição das áreas rurais, a palavra rural é sequer mencionada. Define-se o urbano como uma ocupação aglomerada, dotada de serviços e

subentende-se que o rural, segundo a lei, seria identificado pela oposição a isso ou como uma área residual do urbano.

do total) apresenta menos de 20 mil habitantes, e muitos destes possuem características econômicas, culturais e sociais que giram em torno do rural. Para a arquiteta e pesquisadora Maria de Lourdes Zuquim (2008), no Brasil "existe um grande número de pessoas que residem em áreas consideradas urbanas, mas com características de áreas rurais, tanto no que diz respeito à economia local como à ausência de serviços urbanos". (BRASIL, 1938; VEIGA, 2003; ZUQUIM, 2008; IBGE, 2010)

As políticas de desenvolvimento territorial, por muito tempo, atenderam o espaço rural com investimentos exclusivamente associados à agricultura moderna e priorizaram o desenvolvimento urbano, já que se entende o país como altamente urbanizado. Somente na década de 1990 foi que começaram as discussões, tanto por parte do meio acadêmico, quanto por parte do meio político, a respeito do chamado "desenvolvimento rural sustentável", que foi consequência das preocupações com o desenvolvimento territorial e com

questões ligadas à preservação ambiental. O rural começa a ser visto não somente como o lugar da agricultura, "mas sim como uma extensão da vida urbana e das preocupações crescentes com a gestão e a conservação dos recursos naturais". O desenvolvimento territorial, da área urbana e rural de forma conjunta, começa a ser considerado como uma política "includente" e parte de políticas públicas dependentes. O rural passa a ser abordado como um lugar possuidor de uma diversidade sociocultural e ambiental que tem ilimitadas possibilidades associadas à conservação dos recursos naturais e à própria viabilidade do meio urbano e da rede de cidades. (ZUQUIM, 2007)

Segundo o pesquisador brasileiro José Graziano da Silva⁴ (1999), que é o atual diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO- ONU), o rural brasileiro, desde o final do século XX, não é mais basicamente agrícola. Para ele, convivem no atual meio rural brasileiro atividades não agrícolas como o turismo, a indústria e atividades ligadas à preservação da natureza. Silva destaca também que a população residente na área rural do país é economicamente diversificada e não está ligada somente à agricultura. Há famílias cuja ocupação são atividades não agrícolas e há famílias caracterizadas pela pluriatividade, que trabalham na agricultura em tempo parcial e possuem outras atividades econômicas diversificadas. Convivem no meio rural o agronegócio, a agricultura familiar, as “novas” atividades rurais ligadas a nichos específicos de mercado (floricultura, avicultura ornamental, alimentos orgânicos, etc.), os

trabalhadores sem-terra, organizados e não organizados, e o que Silva denomina de “sem-sem”, sem-terra e sem emprego, que quase sempre também não tem casa, nem acesso à saúde e educação, e que não são organizados enquanto movimento popular. Para ele, o rural brasileiro também carece de políticas não agrícolas, que melhorem a qualidade de vida da população que reside no campo.

O rural brasileiro engloba, portanto, uma série de atividades econômicas e sociais ligadas ou não à agricultura e compreende pequenas cidades e regiões inteiras. Apesar de não existir no mundo uma “definição universalmente consagrada de meio rural”, é possível afirmar que o “rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades”. Mais importante que a ideia de dicotomia ou continuum do rural com o urbano, é compreender que de certa maneira o meio rural inclui

⁴ José Graziano da Silva, juntamente com o professor Rodolfo Hoffman, coordenavam o “Projeto Rurbano”, do Instituto de Economia da Unicamp, que tinha o intuito de pesquisar as

transformações ocorridas no espaço rural brasileiro a partir do final do século XX.

o que no Brasil se chama de “cidade”, abrindo caminho para que se verifique a existência do que segundo os termos legais brasileiros pode parecer uma contradição, as “cidades rurais”. (ABRAMOVAY, 2009)

Há uma proposta por parte do IBGE para classificar e caracterizar os espaços urbanos e rurais no Brasil, assim como, definir tipologias municipais que levem em consideração critérios como a densidade populacional e a integração do município na rede de cidades. A proposta, que analisou metodologias adotadas por outros países e o método de classificação da OCDE (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento), classifica os municípios brasileiros em cinco categorias: urbanos; intermediários adjacentes; intermediários remotos; rurais adjacentes e rurais remotos. Esta primeira aproximação por parte deste órgão oficial pretende elaborar uma nova classificação para o Censo Demográfico 2020. Uma classificação mais criteriosa, como a proposta pelo IBGE, colocaria em 76% a parcela de população urbana no país, e não mais os

84% atuais, que leva em consideração critérios meramente administrativos de que toda sede municipal é urbana. Tal revisão na classificação dos espaços urbanos e rurais oferece um dado “melhor qualificado em termos de recortes territoriais e uma informação estatística mais aderente à realidade”, o que permite uma maior eficácia na elaboração de políticas públicas e no planejamento em geral. (IBGE, 2017)

Municípios como Monte Alegre de Minas, que são pouco populosos e apresentam parcela significativa da população residente no espaço rural, necessitam de estudos que auxiliem na abordagem territorial de seu espaço para que um planejamento que englobe toda a população de seu território aconteça e os serviços e direitos relativos à cidadania sejam garantidos a seus territórios urbanos e rurais. Isto é assegurado pelo Estatuto das Cidades em seu artigo 40, que define que o plano diretor participativo deve abranger o território municipal como um todo. Enquanto alternativa, Zuquim (2007) afirma ser necessário estender até o meio rural

a infraestrutura de transporte e comunicações e os serviços urbanos básicos, principalmente o acesso à água potável, energia elétrica, saúde e educação. Essas medidas colaborariam para um território habitado, dotado de meios para a produção de alimentos e para a preservação dos recursos naturais. (BRASIL, 2001; ZUQUIM, 2007)

1.2. A urbanização do território: vive-se hoje a “era urbana”?

No início do século XXI, a partir de 2007, as estatísticas da ONU (Organização das Nações Unidas) apontaram que mais da metade da população mundial já estava vivendo, naquele momento, em áreas consideradas urbanas. Essa declaração da ONU, que supõe um mundo majoritariamente urbano, assim como “as principais vertentes dos discursos de políticas globais voltadas ao planejamento e ao desenho urbano, ainda compreendem o fenômeno da urbanização através de

um dispositivo de conhecimento naturalista, a-histórico e empirista”. O que significa que o fenômeno da urbanização é visto como uma combinação do crescimento da população acontecendo de forma simultânea à “difusão espacial das cidades”, sendo os espaços urbanos encarados como “tipos genéricos e universalmente aplicáveis de assentamentos humanos”. Esta compreensão empirista, quase naturalista do fenômeno da urbanização, que tem a tendência de considerar a densidade urbana análoga a um “sistema biológico fechado sujeito a leis científicas”, previsíveis e, desta maneira, passíveis de programação, persistiu ao longo do século XX e ainda apresenta reflexos atualmente. (ONU-HABITAT, 2012; BRENNER, 2016)

Paralelo a isso, há um consenso de que atualmente o mundo vive a chamada “era urbana”, e a metanarrativa contida nessa ideia serve como “justificativa a uma enorme variedade de intervenções espaciais” que visam promover, de acordo com o geógrafo Terry

McGee, a “dominância da cidade”. O objetivo comum dessas intervenções espaciais em todo o mundo é o de promover e construir a chamada “cidade hipertrófica”, ou seja, cidades cada vez maiores. Isso acontece através da ocupação extensiva e fragmentada da cidade contemporânea; do aumento da densidade e do crescimento das áreas metropolitanas existentes; da criação de novos assentamentos urbanos ao longo de eixos de transporte ou de antigas áreas rurais; ou por meio da intensificação do fluxo de migração do rural para o urbano ocasionado pela expansão agroindustrial, grilagem, pilhagem ecológica, dentre outras coisas. (BRENNER, 2016; MCGEE, 1971)

Se por um lado, a visão da urbanização como o reflexo do crescimento das zonas urbanas da cidade é auto evidente, por outro, ao analisar os dados divulgados no Censo da ONU sobre a urbanização, as limitações são explícitas e conhecidas. Desde a década de 1950 os problemas contidos nestes dados são apontados, mas ainda não foram corrigidos. Trata-se de que cada país

utiliza seu próprio critério para definir suas áreas urbanas, “tornando inconsistentes os dados comparativos internacionais sobre a urbanização”. Por exemplo, dos países que classificam seus tipos de assentamentos urbanos levando em conta o tamanho da população, que são 101 dos 232 Estados Membros da ONU, o parâmetro para classificar um assentamento como urbano varia entre 200 pessoas e 50 mil, sendo que 23 países adotam o mínimo de 2 mil pessoas e outros 21 especificam como cidade aglomerados com no mínimo 5 mil habitantes. Há ainda os países que adotam outros critérios nessa classificação, baseados na administração pública, densidade populacional, infraestrutura, tipo de produção econômica ou outros índices socioeconômicos. (BRENNER, 2016)

No caso do Brasil, o Decreto-lei nº 311⁵, do ano de 1938 e vigente até hoje, permite que seja considerada como urbana toda sede de município e todo distrito, independentemente de sua taxa demográfica ou de suas características socioeconômicas. Essa “regra peculiar” coloca o Brasil entre os países com mais alta taxa de urbanização, com 84% de sua população vivendo em áreas urbanas de acordo com o IBGE (2010), sendo que a maioria dos municípios (73% do total) apresenta menos de 20 mil habitantes, e muitos destes possuem características econômicas, culturais e sociais que giram em torno do rural. (BRASIL, 1938; VEIGA, 2003; IBGE, 2010)

Dessa maneira, uma série de problemas de comparação a nível global acontecem, sendo que uma cidade ou uma localidade “urbana” comparada a uma jurisdição de determinado país pode não ser considerada urbana ou ter pouco em comum com

outras aglomerações que recebem a mesma classificação de “cidade” e “espaço urbano” em outro lugar.

Não há unanimidade quanto à classificação do que é um espaço urbano ou não urbano. E levando-se em conta essa heterogeneidade de classificações, várias questões podem ser levantadas a respeito de qual critério poderia ser mais representativo. Seria adequado considerar urbana toda sede administrativa e todo distrito como no caso do Brasil? Um parâmetro que levasse em conta a densidade populacional, se houvesse esse consenso, seria mais apropriado? Caso fosse, seria adotado o parâmetro de 2 mil, 20 mil ou 50 mil habitantes para considerar uma aglomeração urbana? A concentração de empregos não agrícolas serviria de parâmetro, como é utilizado na Índia⁶?

Levando-se em consideração a maneira como a ONU tabula esses dados pode-se chegar à conclusão de que

⁵ Decreto-lei nº311, de 2 de março de 1938, que regula a divisão territorial do país e define área urbana.

⁶ A Índia adota o critério da ocupação em atividades não agrícolas, porém, leva em conta apenas os residentes do sexo masculino.

“a noção de um mundo majoritariamente urbano não é um fato, assim, tão evidente”, devido, simplesmente, a não haver um parâmetro consensual do que é uma área urbana. O espaço “urbano” de um distrito no Brasil pode ter as mesmas características de uma aldeia ou um povoado rural, se for analisado de acordo com os critérios estabelecidos na jurisprudência de outro país que adote outros parâmetros, como a densidade populacional ou características socioeconômicas, por exemplo. Dessa forma, o Censo da ONU que supõe um mundo majoritariamente urbano é inconsistente, pois se trata de “um agrupamento grosseiro de dados dos Censos nacionais”, que não tem um critério consensual sobre a maneira de classificar os aglomerados humanos, em que os dados agrupados “derivam de definições inconsistentes do fenômeno a ser mensurado”. (BRENNER, 2016)

Da mesma maneira, a forma como o Brasil classifica legalmente seus aglomerados é bastante criticada, pois o simples fato de uma localidade ser uma sede de

administração municipal não quer dizer que possa ser classificada como cidade e espaço urbano, ignorando-se assim características sociais, econômicas e a densidade populacional. Segundo Veiga (2003), há parte significativa de municípios com menos de 20mil habitantes, e principalmente, alguns com menos de 2mil habitantes, cujas sedes municipais e distritos espalhados em seus territórios não seriam considerados urbanos caso fossem adotados parâmetros mais consistentes. No Brasil, dos 5.507 municípios existentes no ano de 2000, “havia 1.178 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil e 4.642 com menos de 20 mil” habitantes, todos estes com suas sedes municipais e distritais contando legalmente como “área urbana”. (VEIGA, 2003)

Para além de um debate classificatório estéril do que seria cidade ou não, é preciso levar em consideração que a urbanização acontece para além da chamada “cidade hipertrófica”, em que o desenvolvimento de um aglomerado esteja associado ao seu crescimento

territorial e populacional, ou seja, em sua expansão territorial sem limites. Esta visão, tão presente entre administradores públicos, em parte do senso comum e até mesmo em uma parcela de pesquisadores e urbanistas, é fomentada, em certa parte, pela metanarrativa da “era urbana”, que leva à interpretação de que o futuro do planeta seria cada vez mais pautado pela hipótese das pessoas viverem em grandes centros urbanos. Dessa maneira, o “progresso” ou o desenvolvimento urbano, de acordo com essa metanarrativa, seria a pequena cidade crescer enquanto mancha urbana para se tornar uma cidade média, que por sua vez, crescesse em espaço e população para se tornar uma grande cidade, e assim por diante. A visão de desenvolvimento urbano qualitativo, de melhoria das condições espaciais urbanas e da infraestrutura de serviços sociais ainda não é unânime, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil e os demais países da América Latina.

A América Latina, estatisticamente, é a região mais urbanizada do planeta, com 80% da população vivendo em espaços urbanos. O que é acompanhado do fato de ser também uma das regiões menos povoadas em relação ao tamanho de seu território, com parte significativa de sua população vivendo em centros urbanos. Esse dado latino americano é encabeçado pelo Brasil, que considera de maneira contestável 84% de sua população urbana, como já foi visto neste trabalho. Esses dados estatísticos contestáveis incentivam o foco das políticas públicas territoriais, que dessa maneira acabam deixando em segundo plano a maior parte do território, que é formado por áreas onde estão presentes pequenas aglomerações humanas. No Brasil, a maioria das ações governamentais voltadas para os municípios priorizam os que possuem população acima de 50 mil habitantes, sendo que “89% dos municípios do país possuem população igual ou inferior a esse número”. (IBGE, 2010; ONU-HABITAT, 2012; MORAES, KAURIC, 2013)

1.3. O espaço urbano em questão: o conceito de urbanização e as fissuras epistemológicas atuais

Como esboçar, portanto, o espaço urbano e o processo de urbanização em termos conceituais? Submetendo-se o processo de urbanização a um exame mais teórico, Brenner (2016, p.8) aponta que seriam reveladas pelo menos duas fissuras epistemológicas, “logicamente irresolúveis, mas que acarretam problemas analíticos recorrentes”.

A primeira ruptura seria a de que, na maneira como é popularmente compreendido, o processo de urbanização implica a “difusão universal das ‘cidades’ como unidades elementares de assentamento urbano”. Porém, como é sabido, “essas unidades de assentamento, supostamente universais, têm assumido diversas morfologias e sido igualmente reorganizadas através de uma variedade de escalas espaciais”. Ou seja, os padrões de aglomeração são marcados pela

heterogeneidade: não há um tipo único de aglomeração e o que é “cidade” em determinado lugar, em outro contexto pode não ter essa classificação, ou ter pouco em comum com um aglomerado de outro país. Dessa maneira, o conceito do que é “cidade” não é uma noção universal. Da mesma forma, o processo de urbanização visto como “um processo universal único de difusão espacial” também não é satisfatório para definir o fenômeno urbano, visto que a ocupação humana avançou com distintas características sobre o território. (BRENNER, 2016)

A segunda ruptura apontada por Brenner (2016, p.8) remonta ao fato de que: “no dispositivo do saber hegemônico, a urbanização é definida como o crescimento das ‘cidades’ enquanto unidades de assentamento espaciais limitadas dentro de um território.” O conceito de urbanização entendida como o “crescimento da cidade”, assim como a hipótese de “limitação espacial” do espaço urbano, exige uma diferenciação do que é uma “cidade”, enquanto

unidade, do que seriam locais “supostamente não urbanos existentes fora dela”. Essa dicotomia entre urbano e não urbano tem se mostrado problemática desde o momento em que o processo urbano se expandiu com a industrialização do século XIX. Desta forma, a tentativa de delinear o que seria um “entorno não urbano” se mostraria impossível, uma vez que não existem critérios para se diferenciar um assentamento urbano de outro não urbano, além de que os limites entre os assentamentos urbanos e seu entorno, ou “exterior”, têm sofrido uma expansão constante e uma reformulação em todas as escalas de assentamento.

O processo de urbanização difusa desenvolvida a partir do século XX gerou áreas que se encontram no limiar entre o urbano e o rural. Devido a este processo, o urbanismo enquanto disciplina reencontra o termo território. O espaço urbano em alguns casos cresceu além dos limites municipais, gerando metrópoles, e em outros, se espalhou em uma série de manchas urbanas esparsas, transformando o objeto de trabalho e estudo

do urbanismo. O que é entendido como urbano, que antes era mais facilmente delimitado e contido na cidade, agora se espalha pelo território. (MEYER, 2006)

O urbano aparece então como uma “abstração concreta”, em que as relações socioespaciais contraditórias e desiguais do capitalismo, tais como a circulação financeira e de bens de consumo, são territorializadas. Estas relações se generalizam, acontecendo desde a menor escala de aglomeração até a maior, cada uma com suas particularidades, além das “urbanidades” que acontecem inclusive no espaço rural, cada vez mais industrializado. (BRENNER, 2016)

O desenvolvimento das aglomerações capitalistas está intimamente ligado a grandes transformações no espaço do entorno não urbano e, muitas das vezes, em alterações de áreas localizadas a consideráveis distâncias dos grandes centros de capital, trabalho e comércio. O espaço “não urbano” é um fator importante no processo de urbanização, pois ao longo do processo de desenvolvimento capitalista desigual, “os espaços

‘não urbanos’ têm sido continuamente operacionalizados a favor de processos de formações urbanas”. Não como “meras áreas coadjuvantes de cultivo” que deram suporte para o crescimento das operações econômicas principais dos grandes centros urbanos, mas como espaço que facilitou o crescimento urbano das cidades através de grandes mudanças de natureza industrial e ambiental. (BRENNER, 2016)

Está se conformando uma reconceitualização do urbano, que passa a ser entendido como um fenômeno que se dissolve no território, e não como um processo que ocorre de maneira delimitada em uma aglomeração. De encontro a isso, Brenner indaga que:

“(...) se confrontarmos essa interação inevitável entre acumulação e espoliação dos arranjos espaciais, considerando também a difusão massiva das condições urbanas através das paisagens variadas do capitalismo global, a concepção de urbanização baseada na ideia de ‘assentamentos’ poderia ser mantida? Poderia, ainda, o ‘fenômeno’ urbano continuar ancorado exclusivamente

‘dentro’ da cidade? De fato, à medida que as rígidas limitações analíticas impostas por essas suposições ‘pontilhadas’ do urbano vão ficando mais flexíveis, os dualismos estáticos da teoria urbana popular (cidade/campo, urbano/rural, interior/exterior, sociedade/natureza) também se tornam mais capazes de serem rapidamente superados.” (BRENNER, 2016, p.9)

Sendo assim, há a possibilidade de novas abordagens do urbano, de encontro às várias especificidades, morfologias e tendências de aglomerações, assim como às contínuas modificações do tecido urbano, que acontece de maneira desigual por todo o espaço industrializado, seja ele agrícola, de extração ou de qualquer outro modelo. Ficando a questão: como o urbanismo pode buscar novas perspectivas, tanto teóricas quanto práticas, diante da atual paisagem de urbanização emergente em nível global, que não considere um lado “externo” e oposto ao urbano?

1.4. Uma nova urbanização possível do ponto de vista das pequenas aglomerações

Frente ao entendimento da urbanização como um fenômeno que acontece no território, e não somente “dentro da cidade”, o rural começa a ganhar importância no planejamento e passa a ser visto também como espaço habitado e não apenas como área coadjuvante e espaço da produção agrícola. Em um processo de planejamento territorial que leve em consideração o território como um todo e inclua o espaço rural, onde vive e continuará vivendo parcela significativa da população, visto que de acordo com estimativa da ONU-Habitat (2017) a população rural ainda representaria 40% da população em 2030, as pequenas aglomerações têm fundamental importância, pois elas apresentam relação estreita com estes espaços.

Essas pequenas cidades exercem um papel regulador para o território rural circundante, que por sua vez,

influencia fortemente as aglomerações. A afirmação do geógrafo Marcel Roncayolo (1993) de que “a cidade é um território que organiza territórios” vem a calhar perfeitamente à renovação conceitual e metodológica do urbanismo contemporâneo e ilustra bem o papel que a pequena cidade desempenha para o território rural. (RONCAYOLO, 1993)

O geógrafo Milton Santos (1994) denomina essas pequenas cidades de “cidade local” devido à sua área de influência local no território rural circundante. Ele afirma que, com a industrialização e urbanização do país, estas cidades se especializaram para atender à produção agropecuária e agroindustrial de suas hinterlândias, transformando estas aglomerações de “cidades no campo” para o que ele chama de “cidades do campo”.

Para além de sua função enquanto apoio à produção que acontece em sua hinterlândia, a pequena cidade também provém a população que vive no espaço rural de serviços e comércio, sendo estratégica no

planejamento territorial e no equilíbrio da rede de cidades. Segundo relatório da ONU-Habitat apresentado em 2012, as cidades médias e pequenas da América Latina, onde reside a maior parte da população urbana na região, cresceram em ritmo mais elevado que as grandes cidades, o que aponta um possível reequilíbrio das redes de cidades latino-americanas. O relatório cita que houve uma desaceleração no crescimento demográfico da região e que este crescimento populacional é estável e permanecerá em torno de menos de 1% ao ano. O êxodo migratório do campo para a cidade perdeu peso e as migrações agora acontecem entre as cidades, o que gera um crescimento populacional nas cidades médias e a conformação de megarregiões e corredores urbanos. As pequenas cidades não demonstraram crescimento significativo durante este período, mas de maneira geral, permanecem estáveis. (ONU-Habitat, 2012)

É indispensável, de acordo com a ONU-Habitat (2012), que se promovam políticas de coesão territorial que garantam o desenvolvimento equitativo de cidades de todas as escalas e sua articulação no âmbito regional. Para seu diretor executivo, Joan Clos, a América Latina está a ponto de viver uma nova transição urbana, em que um salto qualitativo pode ser possível, se houver a reflexão sobre os modelos de crescimento urbano promovidos até hoje. Os modelos atuais de urbanização são marcados por um alto grau de insustentabilidade, em que, apesar de esforços positivos em algumas cidades, boa parte delas cresce com urbanizações de baixa qualidade, centradas em si mesmas, sem um planejamento regional e sem a criação de espaços de socialização que não estejam totalmente dedicados ao consumo. Devido a isso, os países latino-americanos devem centrar-se em um planejamento territorial que vise a igualdade de acesso a bens e serviços por toda a população. Os grandes centros urbanos devem passar por uma remodelação para melhorar seus

problemas de mobilidade e acesso a habitação e serviços, assim como, por sua vez, as pequenas aglomerações devem também passar por uma reforma qualitativa em seus espaços urbanos, a fim de garantir qualidade de vida a seus habitantes e às pessoas que habitam o território rural circundante. (ONU-Habitat, 2012)

A fim de obter um desenvolvimento territorial mais justo e igualitário, o conceito de ruralidade e a relação cidade-campo estão sendo discutidos e revisados no Brasil e em várias partes do mundo por acadêmicos, governos e sociedade civil. Nos países da União Europeia, por exemplo, onde o território rural acolhe mais de 28% da população total, a ruralidade passa a ser vista como “uma construção social”, onde o acesso a serviços, educação e mobilidade dessa parcela significativa da população é garantido e a importância cultural dessa parte do território é levada em consideração juntamente com seu peso econômico. No Brasil e em outras regiões em desenvolvimento, como o restante da América

Latina e o sudeste asiático, a principal questão é a inclusão social da parcela da população que vive no campo e a garantia de acesso a serviços básicos. (UNIÃO EUROPEIA, 2018)

O planejamento enquanto ação territorial está presente também no Estatuto da Cidade (2001), que reúne um conjunto de leis referentes ao espaço urbano brasileiro, e que em seu artigo 40 define que o plano diretor participativo deve abranger o território municipal como um todo, espaço urbano e rural. Com isso, o planejamento do território passa a existir, enquanto intenção, na legislação brasileira.

De encontro a isso, porém, a nível global, a ONU-HABITAT publicou um relatório para a implementação da nova Agenda Urbana através do fortalecimento dos vínculos urbano-rural, em que define ações prioritárias e identifica atores chave para melhorar os vínculos entre a cidade e o campo de acordo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana. O relatório encara que o planejamento

sustentável precisa de uma abordagem inclusiva, integrada e territorial, onde as pequenas cidades têm um papel fundamental no ordenamento do território e na relação com o mundo rural. (ONU-Habitat, 2017)

1.5. O interesse dos arquitetos e urbanistas para com o rural e as pequenas cidades

Nesse contexto, o interesse por parte dos arquitetos e urbanistas para com o rural, o “interior” e as pequenas aglomerações, passa por um crescente renascimento e representaria, de acordo com Brenner (2016), “um saliente, mas ainda indeterminado, desenvolvimento desta problemática”. O arquiteto Rem Koolhaas (2014) diz que o atual desafio da arquitetura é entender o mundo rural, que está se transformando mais rapidamente que as cidades, as quais são impossíveis de serem entendidas sem a compreensão do espaço rural. Para ele, o espaço rural, as pequenas aglomerações e o que ele denomina “*the intermediate*”,

que são áreas rurais que apresentam urbanidades, são fundamentais para um planejamento mais abrangente.

O geógrafo e professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Álvaro Domingues, considera que estas áreas rurais que apresentam urbanidades são presentes, principalmente, ao longo das infraestruturas que atravessam e conectam o território. A estrada e toda a ocupação diferenciada que ela gera é um exemplo disto. Com todas as outras infraestruturas que circulam ao longo dela, a estrada foi desde sempre uma geradora de urbanidade. Para Domingues, a “cidade” em si, é a menor parte do território urbanizado, que se estende ao longo de eixos de infraestrutura e ao logo do território rural, perfazendo uma urbanização que cria espaços nem urbanos e nem rurais, mas sim uma terceira organização espacial “transgênica”. (DOMINGUES, 2010)

Para o arquiteto brasileiro Paulo Mendes da Rocha (Roda Viva, 2013), a questão do planejamento deve envolver “a exigência de um planejamento urbano, que

pressupõe, para ter êxito, de um planejamento territorial amplo, continental". Somente assim a cidade poderia se tornar mais "virtuosa" ou mais viável. E de acordo com o arquiteto português Pedro Pacheco (2011), o planejamento deve incluir a cidade e o campo como sistemas integrados, "partes de um mesmo processo de transformação".

A pesquisadora em arquitetura e planejamento territorial Milica Topalovic, que coordena o grupo de pesquisa *Architecture of Territory* na *ETH Future Cities Laboratory*, em Singapura, afirma que o escopo tradicional da arquitetura e urbanismo, enquanto disciplina, deve ser ampliado para incluir territórios urbanos que estão fora dos limites das cidades, porque a escala da urbanização atual exige uma ampliação da escala de abordagem, que compreenda o fenômeno da urbanização do território. (TOPALOVIC, 2015)

Topalovic introduz a pergunta: Como iniciar a pesquisa sobre o fenômeno da urbanização planetária a partir do ponto de vista da arquitetura e urbanismo? A autora

utiliza uma ilustração didática que se insere neste contexto, o afresco *Alegorias do Bom e Mau Governante*, localizado no *Palazzo Pubblico* de Siena e pintado por Lorenzetti Ambrogio a cerca de 700 anos, representando a cidade e o território circundante sob seu domínio. O afresco decora a *Sala della Pace* (Sala da Paz), onde os conselheiros de Siena se encontravam. Na parede leste, a composição alegórica mostra "A Boa Cidade-República", em que camponeses são retratados na estrada que leva à cidade com produtos para serem comercializados no mercado, representando um panorama de plenitude e prosperidade tanto na cidade quanto no campo. Na parede oposta, fazendo oposição a este panorama, está localizada a alegoria "A Cidade-Estado sob Tirania", com representações de traição, fraude, avareza, entre outras características de pouca nobreza. Na parede norte da sala, entre estas duas representações opostas de prosperidade e tirania, a alegoria mostra um diagrama de virtudes políticas para

orientar os conselheiros em suas decisões, tendo em destaque a representação da justiça e do bem comum, ou a Comuna, cercados por outras virtudes. (TOPALOVIC, 2015)

Este conjunto de afrescos é significativo na história da arte, pois foi o primeiro exemplo conhecido de uma paisagem complexa retratada com vida. Na história urbana seu significado também é relevante, já que é a primeira representação conhecida de uma cidade em unidade com o campo em seu entorno. É interessante notar que nos afrescos, o sucesso da cidade, ou em um jargão atual, sua sustentabilidade, foi descrito claramente obedecendo a duas condições: a primeira, a sintonia entre a cidade e o campo; e a segunda, a questão da governança ou dos valores culturais e sociais predominantes nas escolhas políticas. A alegoria presente nos afrescos do *Palazzo Pubblico* são, segundo Topalovic, “um mapa conceitual” de sua pesquisa *Architecture of Territory*, que procura abordar

cidade e território como uma unidade, inseparáveis no fenômeno da urbanização. (TOPALOVIC, 2015)

Figura 5: Fragmento do afresco que mostra as virtudes de um bom governante. Obra de Ambrogio Lorenzetti, Palazzo Pubblico de Siena, Itália.



Fonte: Arqui – revista da FAU-UnB (2017)

Figura 6: Fragmento do afresco que mostra a cidade sob tirania. Palazzo Pubblico de Siena, Itália



Fonte: Arqui – revista da FAU-UnB (2017)

Figura 7: Efeitos do Bom Governo na Cidade, 1338 -1340 (Effetti del Buon Governo in città). Obra de Ambrogio Lorenzetti (ca.1285 - ca. 1348) para o Palazzo Pubblico de Siena, Itália.



Fonte: Arqui – revista da FAU-UnB (2017)

Figura 8: Efeitos do Bom Governo no Campo, 1338 -1339 (Effetti del Buon Governo in campagna). Obra de Ambrogio Lorenzetti (ca.1285 - ca. 1348) para o Palazzo Pubblico de Siena, Itália.



Fonte: Arqui – revista da FAU-UnB (2017)

O clichê de que as cidades abrigam hoje mais da metade da população mundial está bem estabelecido, apesar de controverso. Isso provoca especulações e previsões de que se vive atualmente o início da “era urbana”, em que houve um “triunfo da cidade” sobre o campo. Topalovic, em seu projeto de pesquisa, sugere algumas questões para que se possa examinar o fenômeno urbano a partir de outra perspectiva: E se adotarmos uma abordagem territorial em vez de uma visão focada na cidade? Se as cidades cobrem apenas 2% da superfície terrestre, e se focássemos também nos outros 98% de território? Se as cidades cresceram e se transformaram, os territórios estão, inegavelmente, neste mesmo eixo de transformação e urbanização. Nessa perspectiva, é inegável que a relação entre cidade e território precisa ser revisitada. A compreensão da dinâmica dos territórios, sejam eles paisagens produtivas, áreas naturais, espaço rural ou hinterlândias, é central para entender a cidade e sua viabilidade (ou sustentabilidade). (TOPALOVIC, 2015)

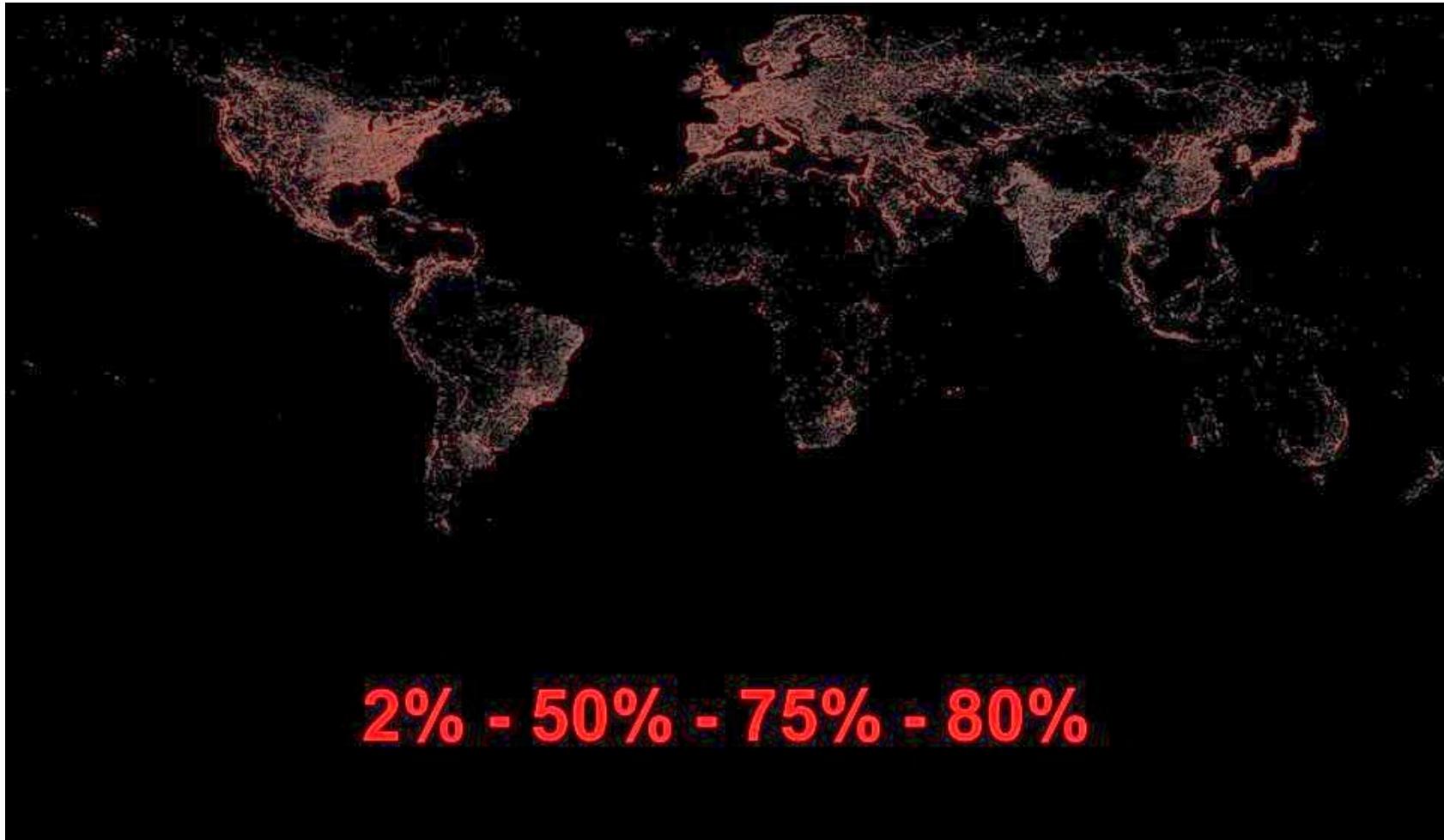
Para o arquiteto Rem Koolhaas o rural e suas transformações são um "tema urgente". Para ele, no último século os arquitetos se focaram nas transformações urbanas e na cidade em si e houveram pouquíssimos manifestos sobre o espaço rural e aproximações de como o rural poderia se desenvolver. Koolhaas critica a metanarrativa da "era urbana" dizendo que o mundo é bombardeado com informações que tratam do crescimento das cidades e do aumento da população urbana, porém, para ele, isso é apenas um pretexto para que o foco de discussão seja apenas as cidades, e não o território como um todo. O arquiteto holandês, em sua última pesquisa, quer entender como o espaço rural se transformou em um curto espaço de tempo. Em apenas um século, assim como as cidades se transformaram, o campo também se modernizou, industrializou, mudou sua dinâmica social e, inclusive, se urbanizou. (KOOLHAAS, 2012)

Ao explicar a pertinência dos arquitetos se voltarem para o planejamento territorial, Koolhaas aponta com o

seguinte: quando se diz que o urbanismo deve abranger o território e o planejamento deve se tornar territorial, incorporando a área rural e tratando a cidade e o campo em conjunto, de que espaços está se tratando? O que são o espaço urbano e rural no mundo? Territorialmente, e em escala global, as cidades ocupam 2% do planeta, e é onde vive 50% da população mundial, os quais são responsáveis por 80% da poluição que é produzida. Por outro lado, o espaço rural, que compreende áreas agricultáveis e naturais, representa 98% da superfície terrestre, e é onde vive os outros 50% da população mundial, estes, responsáveis por apenas 20% da poluição. Para Koolhaas, o foco exclusivo nas cidades por parte dos arquitetos e urbanistas cria uma situação paradoxal comparável às primeiras cartografias do continente americano, que mostravam várias áreas costeiras mapeadas e descrevia o interior do território como "terra incógnita". (KOOLHAAS, 2012)

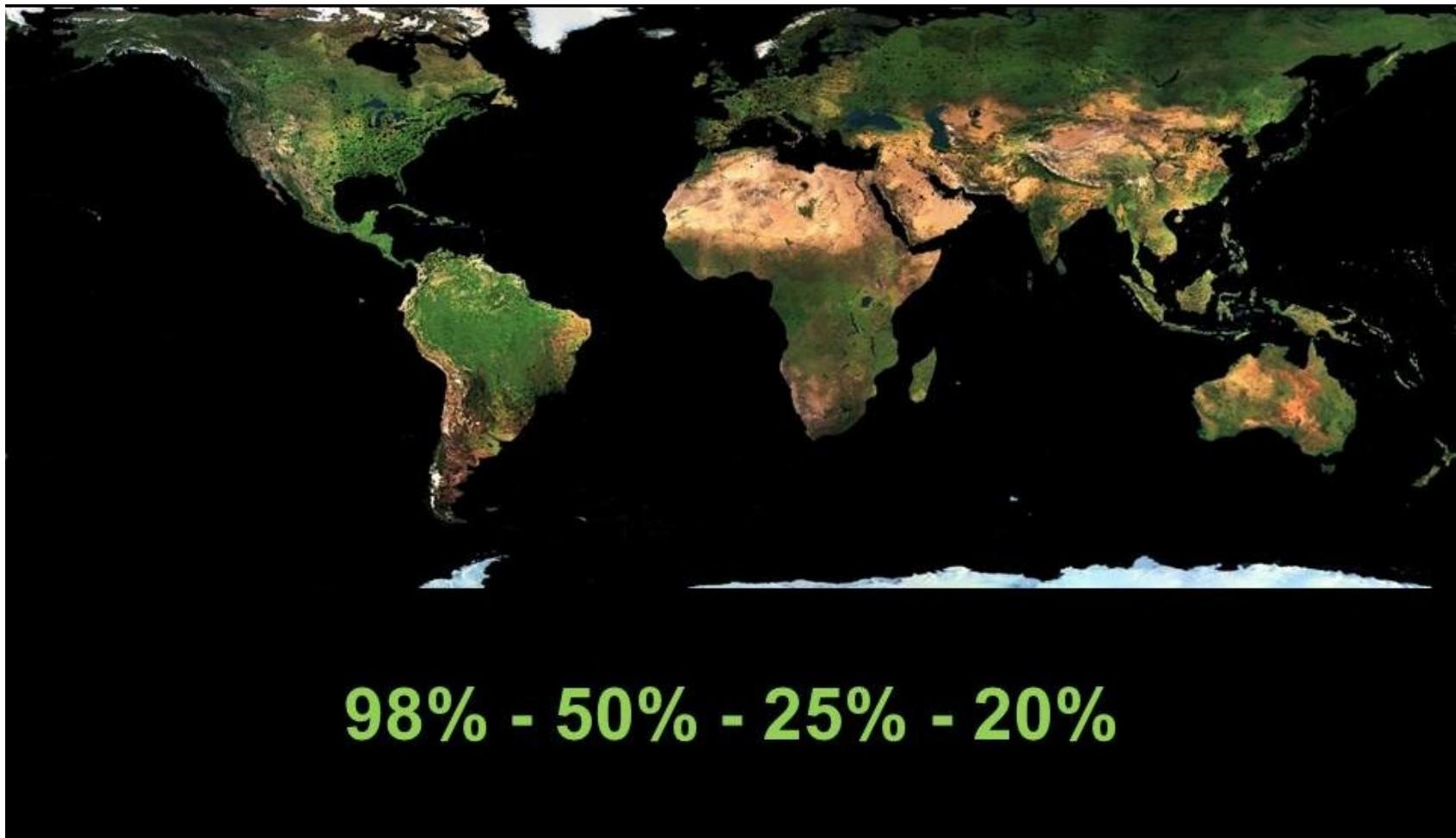
Koolhaas cita que a população mundial, apesar do crescimento da população urbana, ainda se divide em torno de metade das pessoas vivendo em cidades e a outra metade morando no espaço rural. Porém, nem todos os habitantes do espaço rural trabalham no espaço rural, e muitos dos que trabalham lá não exercem atividades agrícolas. Assim como o economista brasileiro Graziano da Silva (1999) aponta que o rural brasileiro não é exclusivamente agrícola, o arquiteto Rem Koolhaas (2012) mostra que a metade da população mundial que vive no campo não se ocupa exclusivamente com atividades de cultivo agrícola. Mais da metade da população rural, no mundo, trabalha com outras atividades que não estão ligadas ao cultivo agrícola. As transformações sociais e espaciais do espaço rural, assim como os paradoxos de que no campo convive o que há de mais moderno em tecnologia com áreas que permanecem miseráveis e precárias é o que Koolhaas pretende abordar em sua pesquisa. (KOOLHAAS, 2012)

Figura 9: Parcela urbana do planeta – 2% da superfície terrestre; 50% da população mundial e 80% da poluição produzida



Fonte: Koolhaas (2012)

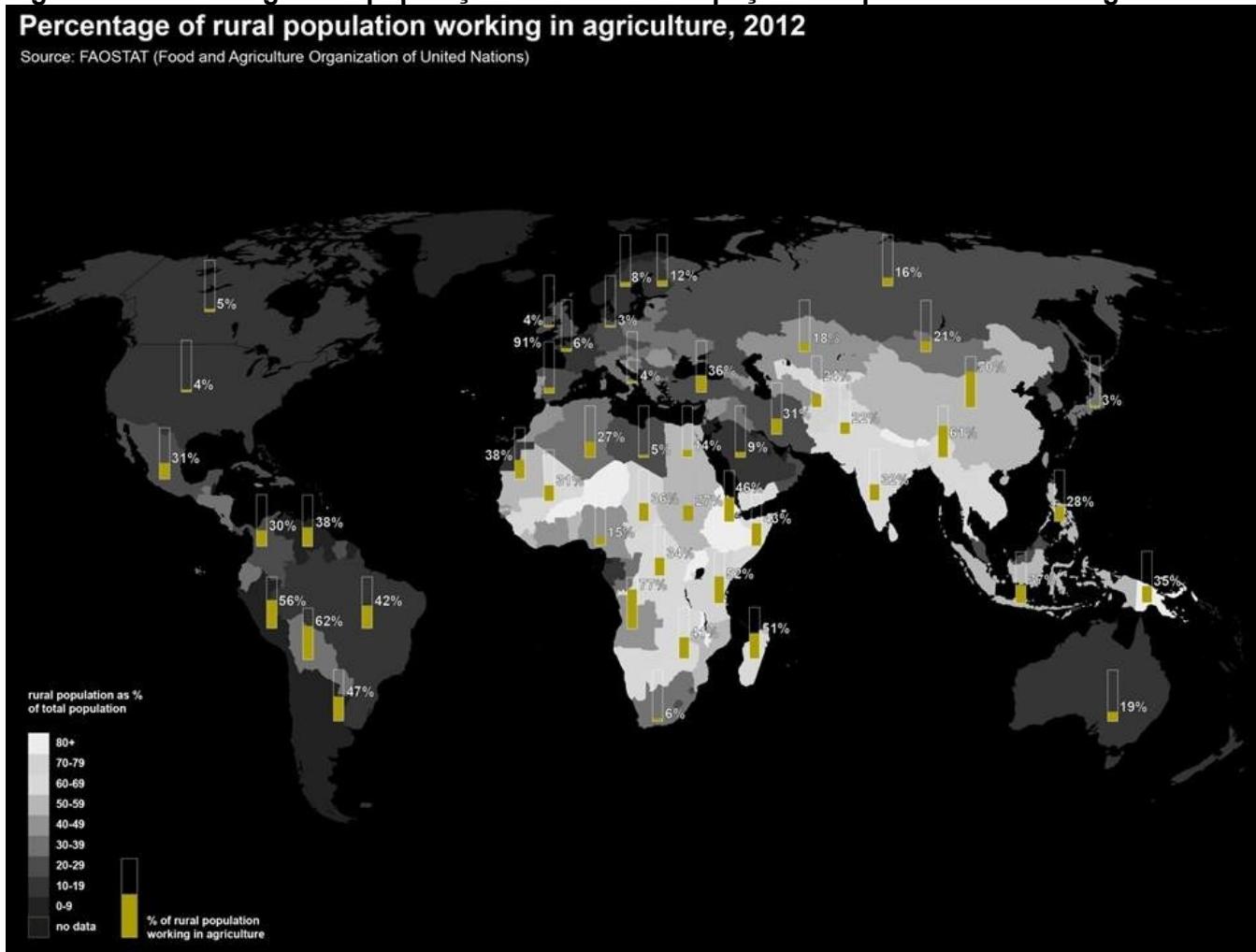
Figura 10: Parcela rural do planeta – 98% da superfície terrestre; 50% da população mundial; 20% da poluição produzida



Fonte: Koolhaas (2012)

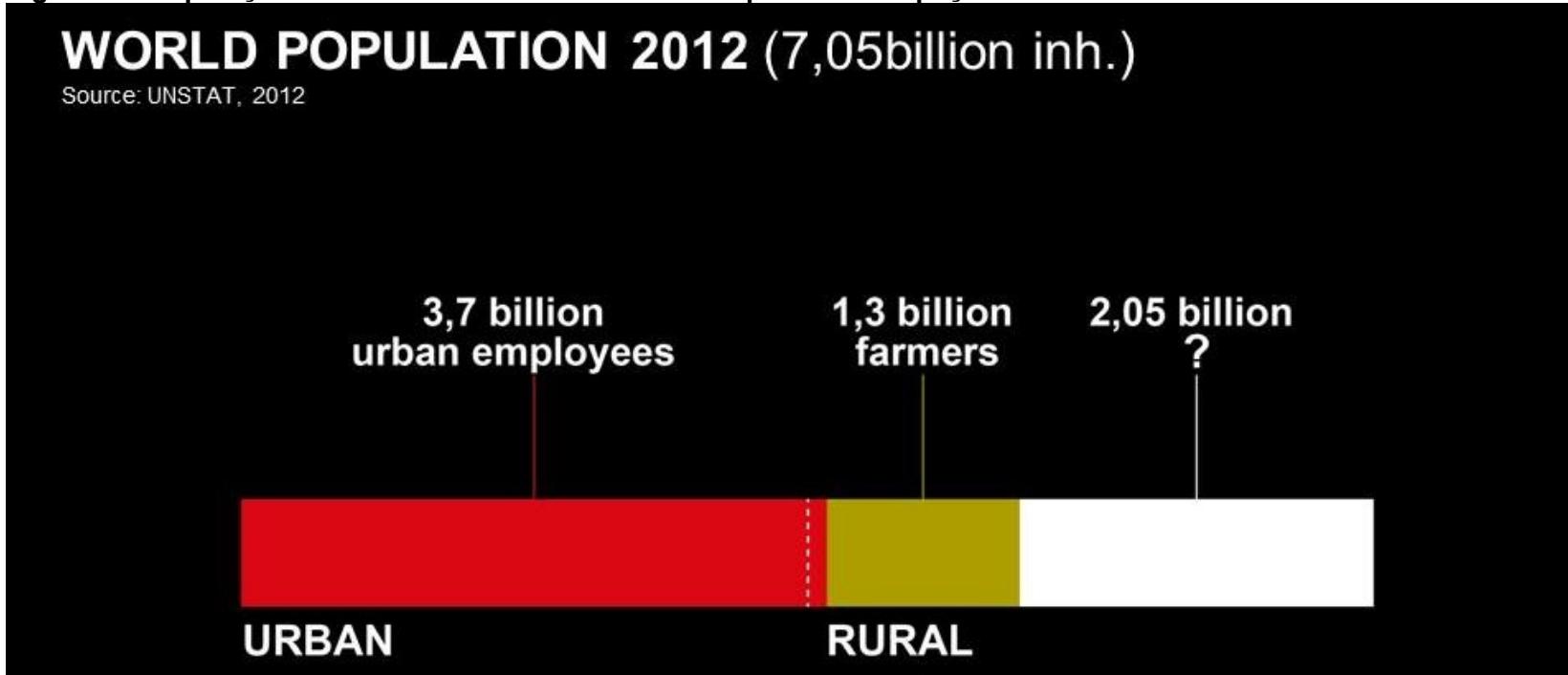
Figura 11: Porcentagem da população residente no espaço rural que trabalha com agricultura – 2012
Percentage of rural population working in agriculture, 2012

Source: FAOSTAT (Food and Agriculture Organization of United Nations)



Fonte: Koolhaas (2012)

Figura 12: População mundial urbana e rural e suas respectivas ocupações



Fonte: Koolhaas (2012)

Na China, um país em desenvolvimento que passou por uma rápida urbanização e industrialização nos últimos trinta anos, o interesse por parte dos arquitetos e urbanistas para com o espaço rural e as pequenas vilas

e aldeias está em compreender as rápidas transformações que o território chinês está sofrendo e propor soluções em planejamento e projetos de equipamentos públicos. O grupo de pesquisa e de

projeto em arquitetura *Rural Urban Framework* (RUF), desenvolvido pelos pesquisadores e arquitetos Joshua Bolchover e John Lin, ligados à Universidade de Hong Kong, tem o intuito de pesquisar as transformações e tipologias do espaço rural chinês, afim de propor novos modelos de desenvolvimento rural que possibilitem a evolução social, econômica e espacial das aldeias que resistem ao abrupto processo de urbanização. Além das atividades de pesquisa, o grupo também desenvolve projetos de arquitetura, enquanto instituição sem fins lucrativos, buscando desenvolver edifícios de equipamentos que contribuam ativamente para o desenvolvimento social da área onde estão localizados e influenciem os formuladores de políticas públicas em suas abordagens de projetos de escolas, instalações comunitárias e outros edifícios públicos. (BOLCHOVER, LIN, 2013)

Figura 13: Escola Primária na vila de Qinmo, província de Guangdong, China. Projeto do grupo Rural Urban Framework



Fonte: Bolchover, Lin (2013)

No âmbito da arquitetura o território não é nenhuma novidade. Apesar do foco na cidade ser evidente no último século, durante os séculos dezenove e vinte, vários arquitetos se engajaram no entendimento do território e do processo de urbanização. Muitos dos principais arquitetos modernos tiveram como base de seus projetos áreas de desenvolvimento extra urbanos decorrentes da industrialização e do êxodo rural. (TOPALOVIC, 2015)

Na década de 1960, o livro “A Arquitetura da Cidade”, de Aldo Rossi, revolucionou a maneira pela qual os arquitetos se comprometem com a urbanização. Os fenômenos urbanos característicos daquele contexto eram as megalópoles, o crescimento da urbanização e o agravamento das diferenças entre a cidade e o campo. Atualmente as escalas urbanas continuam a se ampliar e o texto de Rossi permanece relevante e atual. Na década de 1970, Vittorio Gregotti escreve “Território da Arquitetura” buscando abordar a paisagem geográfica e o próprio território no arcabouço da produção arquitetônica. Perante o contexto de urbanização difusa da atualidade, os limites da disciplina arquitetura e urbanismo devem ser ampliados mais uma vez para compreender a urbanização que acontece fora dos limites da cidade? (ROSSI, 1966; GREGOTTI, 1975; TOPALOVIC, 2015)

O historiador da arquitetura André Corboz (2002) dividiu as teorias sobre a urbanização no século XX em quatro períodos: o primeiro período, segundo ele, pretendia

“projetar a cidade fora da cidade existente”, quando, em 1859, Ildefons Cerdá propôs o projeto de reforma e extensão da cidade de Barcelona, projetando um tecido urbano fora dos muros da cidade histórica e incorporando as aldeias vizinhas. O próprio termo “urbanização” é creditado à Cerdá, quando ele escreve sua obra “Teoria da Urbanização”, em 1867. Neste primeiro período destacado por Corboz, outro projeto relevante é a Cidade Jardim de Ebenezer Howard, do início do século XX, que pretendia criar uma rede de pequenas cidades que combinariam as vantagens da vida rural e da vida urbana, conceito este que se realizou repetidamente e em vários contextos até hoje. (CORBOZ, 2002)

Há também neste primeiro período do século XX, o projeto *Broadacre City*, proposto por Frank Lloyd Wright em 1932, como um sistema de vilas agrícolas interligadas através de estradas, em que cada lote ou unidade territorial corresponderia a 4000m², ou seja, um acre. Este acre corresponderia a uma unidade de

habitação e produção agrícola, seguindo uma utopia de vinculação da vida rural e urbana, em um território disperso para uma sociedade descentralizada. Esta proposta seria a “antítese da cidade tradicional” e a “antítese da dicotomia entre cidade e campo”, sendo considerada pela crítica de Kenneth Frampton como a proposta urbana mais próxima do marxismo, que “defendia a abolição gradual da distinção entre cidade e campo através de uma distribuição mais equânime da população na terra”, em que o carro e a evolução dos meios de transporte desempenhariam uma função importante na conexão e coesão do território ocupado.

Porém, o que pode ser considerado mais interessante nesta proposta é a “otimista fatalidade” com que a crítica considera a realização desta utopia, que não precisaria de “nenhuma ajuda” para ser construída, que “será algo que acontecerá espontaneamente” a medida que o território é urbanizado. De certa maneira, a urbanização difusa do território demonstra que a utopia de Frank Lloyd Wright, em certa medida, seria uma premonição para espaços urbanos dispersos espalhados pelo território. (ARAUJO *et al*, 2008; FRAMPTON, 1997)

Figura 14: Perspectiva do projeto Broadacre City, de Frank Lloyd Wright



Fonte: MANNA (2008)

O segundo período das teorias de urbanização no século XX, segundo Corboz, é o que ele denomina de “desenho urbano contra a cidade”, em que o ideal era substituir o desenvolvimento urbano vernacular “não planejado”, por estruturas urbanas socialmente, tecnicamente e higienicamente controladas. Este período está marcado pelo CIAM e pela Carta de Atenas, de 1933, que tratava da cidade funcional e setorizada. O terceiro período vem para contradizer as simplificações excessivas do modelo de cidade funcional. Este terceiro período, segundo Corboz, pode ser denominado como “desenho urbano dentro da cidade”, tendo como referência o texto-chave “A Arquitetura da Cidade”, de Aldo Rossi, que em 1966 exigia o retorno à ideia de uma cidade como continuidade histórica, embora neste período os arquitetos continuassem a ver o território como um tema de arquitetura, abraçando os fatos da urbanização para além dos limites da cidade. (CORBOZ, 2002)

Por fim, o quarto período apontado por Corboz ainda está em andamento e seu paradigma ainda não está completamente definido, porém, a condição determinante para o período atual seria a fusão entre a escala urbana e a escala territorial, ou o que ele denomina de “coexistência da cidade e do território”. Dessa maneira o urbanismo poderia compreender e atuar frente ao fenômeno da urbanização difusa, tanto na metrópole quanto no território rural. (CORBOZ, 2002)

A arquiteta e pesquisadora Milica Topalovic afirma que atualmente há uma mudança de posição entre os arquitetos e um vínculo crucial deve se fortalecer entre os arquitetos e os geógrafos urbanos no que se refere ao planejamento do território. A geografia se estendendo da economia à política e a arquitetura enraizada na história urbana e nos instrumentos propositivos da disciplina. Entre os profissionais que abordam o território, a força dos arquitetos é o desenho, que é poderoso enquanto ferramenta propositiva. Os

arquitetos e urbanistas tem a capacidade de sintetizar a complexidade do território, e essa síntese territorial só é possível através de uma abordagem qualitativa e fenomenológica que compreenda a inter-relação entre o espaço rural e o espaço urbano. (TOPALOVIC, 2015)

Cabe, portanto, aos arquitetos e urbanistas, além dos demais profissionais dedicados ao planejamento urbano e regional, estabelecerem como se dará o redesenho, não só da cidade, mas do território no século XXI. Restando aos arquitetos e urbanistas uma importante escolha ética quanto à natureza de suas intervenções: colaborar, por um lado, na produção de eficientes “paisagens operacionais”, que consistem no “redesenho industrial das atividades extrativistas, agricultoras e logísticas desses territórios” a fim de melhorar a infraestrutura e as condições sociais que “favoreçam a acumulação de capital, em geral voltado à exportação”. Ou por outro viés, explorar novas formas de urbanização e reorganização do espaço não urbano, fazendo das “não cidades” espaços para o uso coletivo

com qualidade de vida, já que o chamado direito à cidade, entendido como o direito ao acesso aos serviços básicos, habitação e bens de consumo, se aplica ao longo dos variados cenários de urbanização estendida, onde estão incluídas as pequenas aglomerações e a população rural. (BRENNER, 2016, p.10)

Sobre as possibilidades de urbanização do território, em específico do espaço rural e das pequenas cidades, Neil Brenner aponta que:

“Ainda que os urbanistas levantem formas distintas de inteligência e de capacidades de visualização espacial para esses locais, paralelamente, eles têm um papel inestimável em construir novos mapas cognitivos do tecido urbano constituído desigualmente a nível planetário. Em troca, esses mapas propiciariam as tão necessárias diretrizes de orientação a todos aqueles

que aspiram a redesenhar em formas mais socialmente progressistas, politicamente inclusivas e igualitariamente ecológicas o nosso tecido urbano. Tendo em vista que esses argumentos desafiam o dogma da cidade hipertrófica – isto é, a suposição predominante de que as cidades cada vez maiores representam o inevitável futuro da humanidade –, eles também ampliam o horizonte para que imaginemos uma alternativa de urbanização. Muitas urbanizações são, de fato, possíveis. Em vez de serem predeterminados por questões tecnológicas ou pela necessidade econômica, os projetos de urbanização são um meio e produto da energia, imaginação, luta e experimento das políticas coletivas.” (BRENNER, 2016, p.11, grifo nosso)

Dessa maneira, o desafio da arquitetura e urbanismo em pensar esses territórios menos densamente

povoados consiste em, primeiramente, ser uma antítese ao modelo da “cidade hipertrófica” e produzir alternativas de urbanizações. Possíveis reordenações desses territórios podem levar em conta uma forma de urbanização e de desenvolvimento territorial baseado no aproveitamento equilibrado dos recursos ecológicos, e também, na possibilidade de comunidades e famílias que optem por permanecer nessas áreas menos povoadas conseguirem ter acesso às infraestruturas públicas, aos meios sustentáveis de subsistência e “a alguma medida de controle político sobre as condições básicas que permeiam suas vidas cotidianas.” É preciso dar o direito à cidadania, ou segundo a expressão lefebriana, o direito à cidade, às populações que queiram permanecer nas pequenas aglomerações e no espaço rural, o que é fundamental para o equilíbrio e para a própria viabilidade da rede urbana. Para o geógrafo Neil Brenner (2016, p. 11), “talvez o papel dos urbanistas dedicados a desenhar os espaços não

urbanos do mundo seja este, o de facilitar a imaginação
e a produção destas alternativas de urbanizações".

PARTE 2

MONTE ALEGRE DE MINAS E A REGIÃO DO TRIÂNGULO

MINEIRO E ALTO PARANAÍBA: o objeto de estudo



Figura 15: Vista da cidade de Monte Alegre e BR-365

Fonte: Foto do Autor (2013)

2.1. Urbano ou Rural? Metodologias de Classificação de Municípios aplicadas à região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Para que os instrumentos de planejamento sejam mais eficazes, se faz necessário compreender a realidade territorial que está sendo abordada. Tanto para os instrumentos legais quanto para o projeto e desenho urbano, o entendimento das particularidades sociais, econômicas e geográficas de cada território é de fundamental importância.

O universo dos municípios menos populosos é vasto e o papel local desempenhado por uma pequena cidade varia de acordo com a região em que ela se encontra. No caso da rede de cidades brasileira, uma cidade de pequeno porte, com cerca de 30 mil habitantes, pode desempenhar uma influência estritamente local no sudeste do país ou ser um centro de influência regional

no interior de uma região menos povoada como a área amazônica. Dentro de uma mesma região, cidades de mesmo porte populacional podem se diferenciar também em relação à sua inserção na rede logística de rodovias e ferrovias, por exemplo.

A legislação brasileira não difere ou classifica seus municípios em relação ao seu tamanho, densidade populacional ou em relação à sua integração na rede de cidades. De acordo com o Decreto-lei nº311, de 1938, toda sede municipal ou distrito são encarados simplesmente como área urbana. O critério de classificação de uma área enquanto urbana ou rural é puramente administrativo no Brasil, porém, há a discussão sobre a implantação de métodos de classificação mais criteriosos, que levem em consideração a densidade populacional, a quantidade de população rural e a integração regional dos municípios por parte da comunidade acadêmica e órgãos governamentais de pesquisa e estatística.

No senado, o projeto de lei nº 316, de 2009, propunha a alteração do Estatuto da Cidade “para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural”, a partir de critérios como a população, densidade demográfica e composição do produto interno bruto municipal. O projeto de lei tem a proposta de classificar os municípios brasileiros em cinco categorias, sendo elas: município rural, município relativamente rural, município de pequeno porte, município de médio porte e município de grande porte. (BRASIL, 2009)

Segundo o projeto de lei, um município rural seria aquele cuja população fosse inferior a 50 mil habitantes, o produto interno bruto municipal tivesse mais que uma terça parte vinculada à agropecuária e a densidade demográfica fosse inferior a 80 hab./km². Um município relativamente rural, por sua vez, teria população inferior a 50 mil habitantes, valor adicionado da agropecuária entre uma terça parte e quinze centésimos do produto interno bruto municipal e densidade demográfica menor que 80 hab./km². Já os municípios classificados como

de pequeno porte obedeceriam a regra de terem população menor a 50 mil habitantes, valor adicionado da agropecuária inferior a quinze centésimos do produto interno bruto municipal e densidade demográfica inferior a 80hab./km², ou ainda, se a população fosse inferior a 20 mil habitantes e a densidade populacional superior à marca de 80hab./km². Para os municípios de médio porte, os parâmetros são os de terem população entre 50 mil e 100 mil habitantes ou se tiverem densidade superior a 80hab./km², mesmo com população entre 20 mil e 50 mil habitantes. Para os municípios com população superior a 100 mil habitantes, o projeto de lei dá a classificação de município de grande porte. (BRASIL, 2009)

Este projeto de lei, em sua justificativa, coloca a falta de critérios de classificação legal para o espaço urbano, que define como urbanas “localidades que não contam com serviços e facilidades típicas de uma área efetivamente urbanizada”. O método adotado no país,

de caráter puramente administrativo, estabelece como urbano as sedes municipais e distritos com base na demarcação legal dos perímetros urbanos. Como a delimitação do perímetro urbano está a cargo de cada administração municipal, não há um critério único nacional para estabelecer a fronteira entre o que é área urbana e o que é área rural. O projeto de lei, ao introduzir um critério mais racional de classificação dos espaços urbanos e rurais, busca um melhor entendimento das reais necessidades de cada localidade, contribuindo para que “políticas públicas voltadas para a solução dos problemas urbanos e rurais” possam ser elaboradas “com maior precisão, melhorando a eficiência na aplicação dos recursos públicos”. O projeto de lei teve sua tramitação encerrada e foi arquivado no final da legislatura de 2014. (BRASIL, 2009)

Apesar de ainda não haver um suporte de classificação de tipologias dos municípios brasileiros na legislação, o IBGE, enquanto instituto oficial de estatística, lançou a

publicação “Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação” com o intuito de estabelecer tipologias municipais para o Censo Demográfico de 2020. Este estudo procura ser uma primeira tentativa de classificação municipal, tendo em vista “a grande demanda de classificações por parte da academia, da administração pública e da sociedade” afim de discutir o planejamento territorial do Brasil. O espaço rural e urbano, enquanto manifestações espaciais, “se apresentam de forma bastante complexa e heterogênea”, sendo um desafio a definição de padrões em um país com a extensão territorial continental, como é o caso brasileiro. A proposta possui critérios comuns para todo o país e “se justifica na orientação de estudos e na condução de planejamento e gestão territorial que tenham como base de formulação e operacionalização de políticas públicas os municípios”. (IBGE, 2017)

O critério de classificação fundamental da metodologia proposta pelo IBGE é a densidade demográfica, o que

é alinhado com tipologias bem aceitas internacionalmente como a da OCDE (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento), que será tratada a seguir. Além disso, outro critério adotado foi a “acessibilidade a centros com alto nível hierárquico em relação a rede urbana”, ou seja, a integração do município na rede de cidades e sua conexão com centros urbanos hierarquicamente maiores por meio da rede logística rodoviária, ferroviária ou hidroviária. Outro fator na definição das tipologias é a “proporção da população em áreas de ocupação densa em relação à população total”, que é a proporção da população municipal total que habita a aglomeração urbana, abordando assim, uma proporção entre população urbana e rural. (IBGE, 2017)

O grau de urbanização também é uma variável na classificação dos municípios segundo o IBGE, sendo que os municípios que apresentem mais de 75% da população residente em áreas de ocupação densa são classificados com alto grau de urbanização, os que

possuem entre 50 e 75% são classificados com moderado grau de urbanização, e os que possuem menos de 50 % da população residente em áreas de ocupação densa são classificados como possuidores de um baixo grau de urbanização. Cruzando-se os dados referentes a grau de urbanização, densidade demográfica, localização e proporção de população urbana e rural, a metodologia de classificação do IBGE propõe cinco tipologias de municípios: os predominantemente urbanos, os intermediários adjacentes, os intermediários remotos, os rurais adjacentes e os rurais remotos. (IBGE, 2017)

Os municípios predominantemente urbanos são aqueles com mais de 50 mil habitantes em áreas de ocupação densa, ou aqueles que possuem entre 25 mil e 50 mil habitantes em área de ocupação densa, com grau de urbanização superior a 50%, ou ainda, municípios entre 10 mil e 25 mil habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 75%. Os municípios intermediários são aqueles que

possuem entre 25 mil e 50 mil habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 25 e 50%, ou os que possuem entre 10 mil e 25 mil habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 50 e 75%, ou ainda, aqueles com população em área de ocupação densa entre 3 mil e 10 mil habitantes e grau de urbanização superior a 75%. Já os municípios predominantemente rurais são aqueles cuja população em área de ocupação densa está entre 25 mil e 50 mil, ou 25 mil e 10 mil ou 3 mil e 10 mil habitantes, com grau de urbanização inferior a 25%, 50% e 75%, respectivamente. Estes dados foram cruzados com a dimensão da localização, afim de se distinguir, dentre os municípios classificados como intermediários e rurais, aqueles adjacentes a centros urbanos de maior hierarquia daqueles que se encontram remotos na rede de cidades. (IBGE, 2017)

Aplicando-se a metodologia de classificação de municípios proposta pelo IBGE na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, chega-se ao seguinte

resultado: há vários municípios predominantemente urbanos, cercados por municípios intermediários e rurais. Todos os centros microrregionais são municípios predominantemente urbanos, juntamente com alguns municípios menos populosos que possuem parte significativa de sua população habitando a sede municipal. Os municípios predominantemente urbanos são envoltos por municípios intermediários e municípios rurais adjacentes. Não há na região municípios intermediários remotos e apenas dois municípios são considerados municípios rurais remotos, os municípios de Limeira do Oeste e Carneirinho, no pontal do Triângulo Mineiro.

O município de Monte Alegre de Minas é considerado um município intermediário adjacente devido à parcela significativa de população rural (26% segundo o Censo IBGE 2010) e à integração regional que o município possui, sendo cortado pelas rodovias BR-365 em sentido leste-oeste e BR-153, em sentido norte-sul. Além disso, o município de Monte Alegre de Minas está

entre Ituiutaba, um centro microrregional, e Uberlândia, a capital regional, contribuindo para sua classificação enquanto município adjacente.

A intensão de se obter dados e classificações mais fiéis ao real grau de urbanização do país e às características dos municípios brasileiros é recorrente no meio acadêmico e científico. Alguns autores, como o economista José Eli da Veiga, são bastante críticos à forma puramente administrativa de classificação do que é urbano e rural no Brasil, que coloca qualquer sede municipal e distrito como urbano, sem nenhum critério mais rigoroso como a densidade demográfica, ou ainda, não classificando as tipologias destes espaços. Veiga (2002) já ensaiava uma classificação dos municípios brasileiros com base em critérios mais significativos, como a densidade demográfica e o tamanho populacional, antes da metodologia proposta pelo IBGE.

Figura 16: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Classificação dos municípios de acordo com o IBGE, 2017



Fonte: IBGE, 2017. Adaptado pelo Autor (2017)

A metodologia proposta por Veiga (2002) se baseia na utilização da densidade demográfica e do patamar de população, classificando os municípios menores em população em duas classes: os municípios de médio porte ou intermediários e os municípios de pequeno porte ou essencialmente rurais. Os municípios que Veiga denomina como de médio porte ou intermediários são aqueles com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, ou com densidade superior a 80 habitantes/km², mesmo para municípios com população menor que 50 mil habitantes. Já os municípios classificados como de pequeno porte ou essencialmente rurais seriam aqueles com população menor que 50 mil habitantes ou com densidade menor que 80 habitantes/km². Além destas duas classificações, Veiga distingue também os municípios inequivocamente urbanos como as aglomerações

metropolitanas e demais centros urbanos médios e grandes com mais de 100 mil habitantes.

Veiga afirma que, utilizando-se dados dos anos 2000, os municípios classificados como de médio porte ou intermediários corresponderiam a 13% da população e a 10% dos municípios brasileiros, e os municípios de pequeno porte ou essencialmente rurais concentrariam 30% da população e 80% dos municípios do país. De acordo com a classificação proposta por Veiga, a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba possuiria apenas seis municípios essencialmente urbanos e três intermediários, o restante dos municípios da região receberiam a classificação de essencialmente rurais, levando-se em conta dados do Censo IBGE 2010. (VEIGA, 2002)

Figura 17: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Classificação dos municípios do de acordo com José Eli da Veiga, 2002



Fonte Veiga (2002), IBGE (2010). Elaborado pelo Autor (2017)

O pioneirismo na classificação de unidades territoriais enquanto essencialmente urbanas ou rurais é da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento (OCDE), que em 1991 assumiu o desafio de elaborar uma abordagem metodológica que permitisse entender e comparar o rural e o urbano entre os 24 países membros da organização, a qual o Brasil não faz parte. Este estudo visava organizar dados para o planejamento de políticas públicas de desenvolvimento territorial. (BLUME, SCHNEIDER, 2014)

A metodologia da OCDE recorre a indicadores demográficos em dois níveis de detalhamento, o local e o regional. Para o nível local, a metodologia adota o patamar de 150 hab./km² para definir se uma unidade local, como um município, por exemplo, é classificada como uma unidade urbana ou rural. Nesta metodologia, apenas municípios com densidade superior a 150 hab./km² são classificados como urbanos. (BLUME, SCHNEIDER, 2014)

Após esta primeira classificação, a nível local, a metodologia parte para a classificação em nível regional ou territorial, que depende de duas classificações. Em uma primeira classificação, as regiões ou territórios são classificados em três tipologias: Regiões Essencialmente Rurais, quando mais de 50% da população regional reside em municípios de base rural; Regiões Relativamente Rurais, quando a população regional residente em unidades de base rural gira entre 15% e 50%; e Regiões Essencialmente Urbanas, que são aquelas com menos de 15% da população regional residente em municípios de base rural. A região, após isso, é reclassificada de acordo com a observação de um critério secundário como a presença de centros urbanos de grande porte. Neste sentido, Regiões Essencialmente Rurais são reclassificadas em Regiões Relativamente Rurais se esta possuir um centro urbano com mais de 200 mil habitantes e a população residente neste centro não for inferior a 25% da população regional. Ou ainda, Regiões Relativamente Rurais

serão reclassificadas em Regiões Essencialmente Urbanas se esta possuir um centro urbano com mais de 500 mil habitantes e a população residente neste centro não for inferior a 25% da população regional. Outro critério utilizado é a acessibilidade, definida pelo tempo de deslocamento entre os centros urbanos e as áreas não urbanas, classificando as áreas rurais em remotas ou próximas à cidade. (BLUME, SCHNEIDER, 2014)

Aplicando-se a metodologia de classificação da OCDE na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, temos apenas o município de Uberlândia classificado como uma unidade local urbana. Porém, por este município concentrar 28,2% da população regional (IBGE, 2010), a região é classificada como uma Região Relativamente Rural, e não como Essencialmente Rural.

A metodologia proposta pela OCDE, por levar em consideração a realidade de países menos populosos e menores territorialmente, é difícil de ser replicada de forma que descreva a realidade brasileira. A densidade demográfica proposta como parâmetro na metodologia

da OCDE não presume municípios extensos territorialmente como os que se encontram no Brasil. Mesmo assim, a metodologia de classificação da OCDE é basilar para o desenvolvimento das outras propostas metodológicas, tanto de Veiga, quanto do IBGE. (BLUME, SCHNEIDER, 2014; IBGE, 2017)

Também com o intuito de auxiliar a formulação de políticas públicas de desenvolvimento territorial que considerem o espaço rural e a diversidade do território brasileiro, o estudo “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas”, coordenado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICAA) e financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014), apresentou uma classificação dos espaços rurais brasileiros. A proposta enfoca duas questões principais: a de mensurar o real tamanho do rural brasileiro e a de compreender como o rural se “expressa no amplo e diferenciado território do país”. (BITOUN, MIRANDA, 2015)

Figura 18: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Classificação dos municípios de acordo com a OCDE, 2014



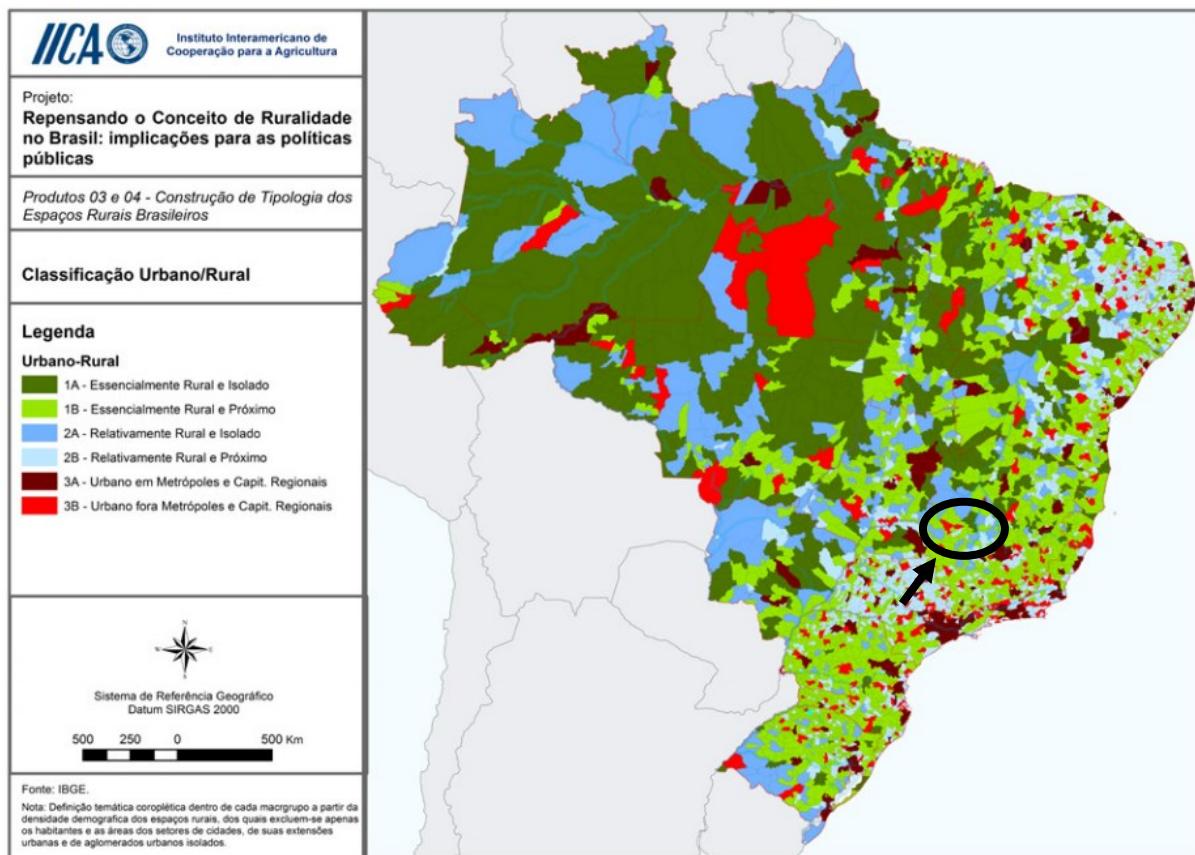
Fonte: BLUME, SCHNEIDER (2014), IBGE (2010). Elaborado pelo Autor (2018)

O gradiente de classificação desta metodologia é próximo ao proposto pela OCDE e as variáveis utilizadas para a classificação foram o tamanho populacional, o percentual de população residente em ambiente rural, o percentual do Valor Agregado da Produção Agropecuária do total do Valor Agregado em 2010 e a distância até a sede municipal mais próxima com classificação hierárquica superior. Aplicando-se esta metodologia com os dados do último Censo (IBGE, 2010) têm-se que o percentual da população brasileira residente em municípios essencialmente e relativamente rurais corresponde a 37% da população e a 87% do total de municípios do país. (BITOUN, MIRANDA, 2015)

Esta metodologia desenvolvida pelo IICAA coloca Monte Alegre de Minas no grupo de municípios essencialmente rurais e isolados, mesmo MAM estando ao lado de Uberlândia, a capital regional e Ituiutaba, centro urbano microrregional. Segundo a metodologia, na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba apenas

cinco municípios são considerados urbanos: Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba, Araxá e Patos de Minas. Em relação ao espaço rural, a maior parte do Triângulo Mineiro compõe uma subdivisão do cerrado (tipo regionalizado 8) marcado pelo agronegócio e pela pecuária, juntamente com o centro e o sul de Goiás e o oeste e centro de Minas. Monte Alegre de Minas está no tipo regional 8, caracterizado por um espaço rural de cerrado, integrado nacionalmente pelo agronegócio e onde convive a pequena propriedade, com pecuária e agricultura familiar, com algumas propriedades maiores voltadas para o agronegócio. Por outro lado, Uberlândia e Uberaba fazem parte do tipo regional 10, também de cerrado, porém, com a agricultura mais tecnológica, com maior presença de grandes propriedades voltadas para o agronegócio, juntamente com o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e sudoeste de Goiás. (BITOUN, MIRANDA, 2015)

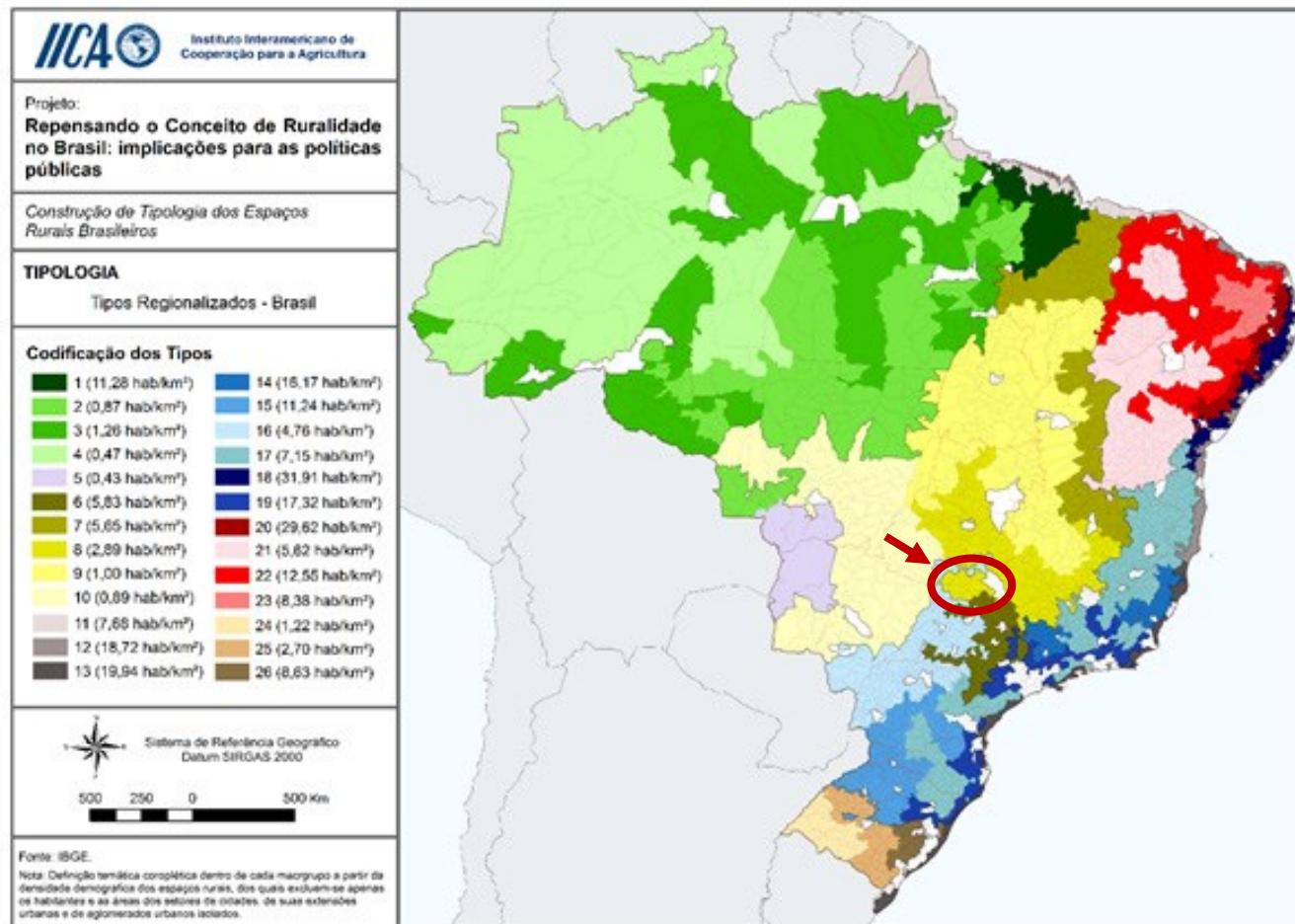
Figura 19: Brasil - classificação dos municípios de acordo com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2015



* em verde escuro estão os municípios essencialmente rurais e isolados; em verde claro os municípios essencialmente rurais e próximos; em azul escuro os municípios relativamente rurais e isolados; em azul claro os municípios relativamente rurais e próximos; em marrom os municípios urbanos em metrópoles e capitais regionais e em vermelho os municípios urbanos fora de metrópoles e de capitais regionais. Em destaque, a região do TMAP.

Fonte: BITOUN, MIRANDA (2015)

Figura 20: Brasil - tipologias dos espaços rurais propostas pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2015



* em destaque a Região do TMAP, pertencente, em sua maior parte ao tipo regional 8 e tipo regional 10. Fonte: BITOUN, MIRANDA (2015)

Todas estas metodologias, que são tentativas de aproximar os dados estatísticos e estabelecer tipologias espaciais que se aproximem da realidade territorial do país, constituem uma primeira aproximação para estabelecer as bases para o debate sobre “o significado e o papel dos espaços rurais na construção de um novo padrão civilizatório e de um projeto de desenvolvimento para o Brasil no século XXI”. Subdimensionar o real tamanho da população rural implica, principalmente, as políticas públicas de planejamento do território, desfavorecendo parte significativa da população nacional e os municípios menores em população, que correspondem a mais de 80% do território brasileiro.

(BITOUN, MIRANDA, 2015)

Estas metodologias classificatórias têm por base possibilitar que o planejamento territorial e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social se voltem para a realidade territorial do país, que possui e continuará possuindo uma parte significativa de sua população residindo na área rural e nas

pequenas cidades que dão suporte a estes territórios. Deve ser garantido a paridade no atendimento dos serviços públicos essenciais e o acesso aos direitos para as populações que vivem tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas. Para isso, é fundamental “a valorização dos espaços rurais e o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento de um projeto democrático, inclusivo, sustentável de país”. (BITOUN, MIRANDA, p.32, 2015)

2.2. Monte Alegre de Minas na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: a rede de cidades e a formação do território

É a partir dos fluxos migratórios, da disputa pelo poder regional, da atuação do Estado em determinado espaço e de um conjunto de fatores sociais, econômicos e geográficos que definem e transformam as relações entre os lugares que o território se forma enquanto uma construção social. Para compreender como se deu a formação social do território de Monte Alegre de Minas é necessário abordar a estrutura e a dinâmica da região onde o município está inserido – a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

As cidades se organizam em rede, havendo uma interdependência e uma hierarquia que obedece a uma divisão territorial do trabalho, em que os territórios se especializam produtivamente e trocam bens de consumo e capital humano entre si. A divisão territorial

do trabalho no espaço acontece desde o nível regional até a escala internacional, definindo a especialização produtiva de cada território em produtor de *commodities* agrícolas, polo industrial, centro logístico, polo tecnológico, etc. No processo histórico de formação e transformação social dos territórios, o que acontece em uma região redefine outras regiões, transformando as relações de troca e interdependência entre os lugares. Dessa maneira, a posição que o Brasil ocupa no mundo dita as relações entre as regiões internas do país, influenciando diretamente a rede de cidades e o papel que os núcleos urbanos desempenham de acordo com sua localização geográfica, tamanho populacional e especialização produtiva. (SANTOS, 1994)

O Brasil na divisão internacional do trabalho conserva as características históricas que moldaram seu estado atual de subdesenvolvimento. O país continua sendo caracterizado como subdesenvolvido, semiperiférico e dependente em relação aos países capitalistas centrais. Mesmo com a industrialização do país no decorrer do

século XX, a maior parte da indústria brasileira fica encarregada de produzir semimanufaturas e manufaturas, exportando produtos com pouco beneficiamento para o mercado externo e importando boa parte dos produtos beneficiados e tecnologia dos países centrais do capitalismo. (OURIQUES, VIEIRA, 2017)

Historicamente, a cada ciclo econômico, o Brasil se reforça como fornecedor de produtos primários para os países centrais do capitalismo, mantendo seu subdesenvolvimento e dependência internacional. Vale ressaltar também que a continuada expansão da fronteira agrícola é marcada pelo aumento do desmatamento, desastres ambientais e hegemonia dos donos do capital financeiro. (OURIQUES, VIEIRA, 2017)

A formação do país enquanto exportador de *commodities* agrícolas e minerais acompanhou o desenvolvimento tecnológico dos meios de produção e de comunicação. O campo atual é tão tecnológico

quanto a cidade. Para o geógrafo Milton Santos (1994) a evolução das comunicações e dos meios de transporte e produção geraram uma maior integração do território, permitindo que a informação, as pessoas, os produtos e o capital tivessem maior mobilidade. Essa fluidez provocada pela chamada revolução técnico-científica teve impacto na divisão interurbana do trabalho no território brasileiro, distribuindo funções produtivas entre as cidades. (SANTOS, 1994)

As pequenas cidades como Monte Alegre de Minas, em sua maior parte, são associadas à produção no campo. Os agentes reguladores da produção agrícola estão situados nas cidades locais, onde se encontram os estoques de bens de consumo, capital de giro e mão de obra da produção no campo. Os polos de difusão de mensagens e ordens para a produção agrícola industrial são as cidades, desde as maiores até as menores, cabendo às cidades locais a regulação da produção que acontece em sua hinterlândia, em seu espaço municipal. (SANTOS, 1994)

Monte Alegre de Minas, enquanto cidade local, desempenha este papel regulador para a produção agrícola que acontece no território de seu município. A agricultura e pecuária sempre foram as principais atividades do município. Além disso, a especialização da produção é notada em Monte Alegre, principalmente na segunda metade do século XX, quando o município era considerado o maior produtor de abacaxi do Brasil, exportando a fruta para vários países da América do Sul, principalmente para os membros do Mercosul.

Para o geógrafo Roberto Lobato Corrêa (2004), essa especialização de produção observada em cidades pequenas afirma a identidade do lugar e seu posicionamento na rede de cidades. Porém, como toda especialização produtiva é vulnerável economicamente, não demorou até que a cadeia produtiva do abacaxi entrasse em crise devido à oscilação do preço provocada pelo aumento da oferta da fruta. Atualmente Monte Alegre diversificou sua produção agrícola, trocando a alcunha de maior

produtora de abacaxi para “capital nacional do abacaxi”. A produção do município está mais diversificada, com o aumento da pecuária, da silvicultura, da fabricação de farinha de mandioca e da produção de grãos. A inserção de Monte Alegre de Minas no contexto regional a caracteriza como uma cidade local que está inserida na produção e circulação agrícola da região através de importantes eixos rodoviários (as rodovias BR-153 e BR-365). O município de MAM tem grande influência dos municípios hierarquicamente maiores dos quais é limítrofe, estando localizado entre a capital regional, Uberlândia, e um dos centros microrregionais da região, Ituiutaba.

Na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba há quatro tipologias de município de acordo com sua população, grau de influência e serviços públicos ofertados. Há a capital regional, Uberlândia, que é a cidade mais populosa da região e concentra um grande número de serviços públicos, exercendo influência em toda a região; há os centros microrregionais, com

população em torno de 40 e 100 mil habitantes, que apresentam alguns serviços públicos e exercem uma influência microrregional, que são municípios do porte de Araguari, Monte Carmelo e Patrocínio; há as cidades locais, que segundo Santos (1994), exercem uma influência local em seu espaço municipal, e que as autoras Oliveira e Soares (2001) identificaram como sendo os municípios de Monte Alegre de Minas, Campina Verde, Prata, Tupaciguara, Canápolis, entre outras; e há o que foi identificado por estas autoras como pequenos centros, que é a denominação generalizada utilizada pelo IPEA e que identifica as pequenas cidades que não se classificam especificamente como cidades locais, que são municípios do porte de Araporã, Cascalho Rico, Indianópolis, Abadia dos Dourados, dentre outros. Estes pequenos centros apresentam população inferior a 10 mil habitantes, tendo alguns, população em torno de 2 mil habitantes. Eles também exercem influência em seu território municipal, porém, não atendem à

demandas municipais de serviços e equipamentos como a cidade local. (OLIVEIRA, SOARES, 2001)

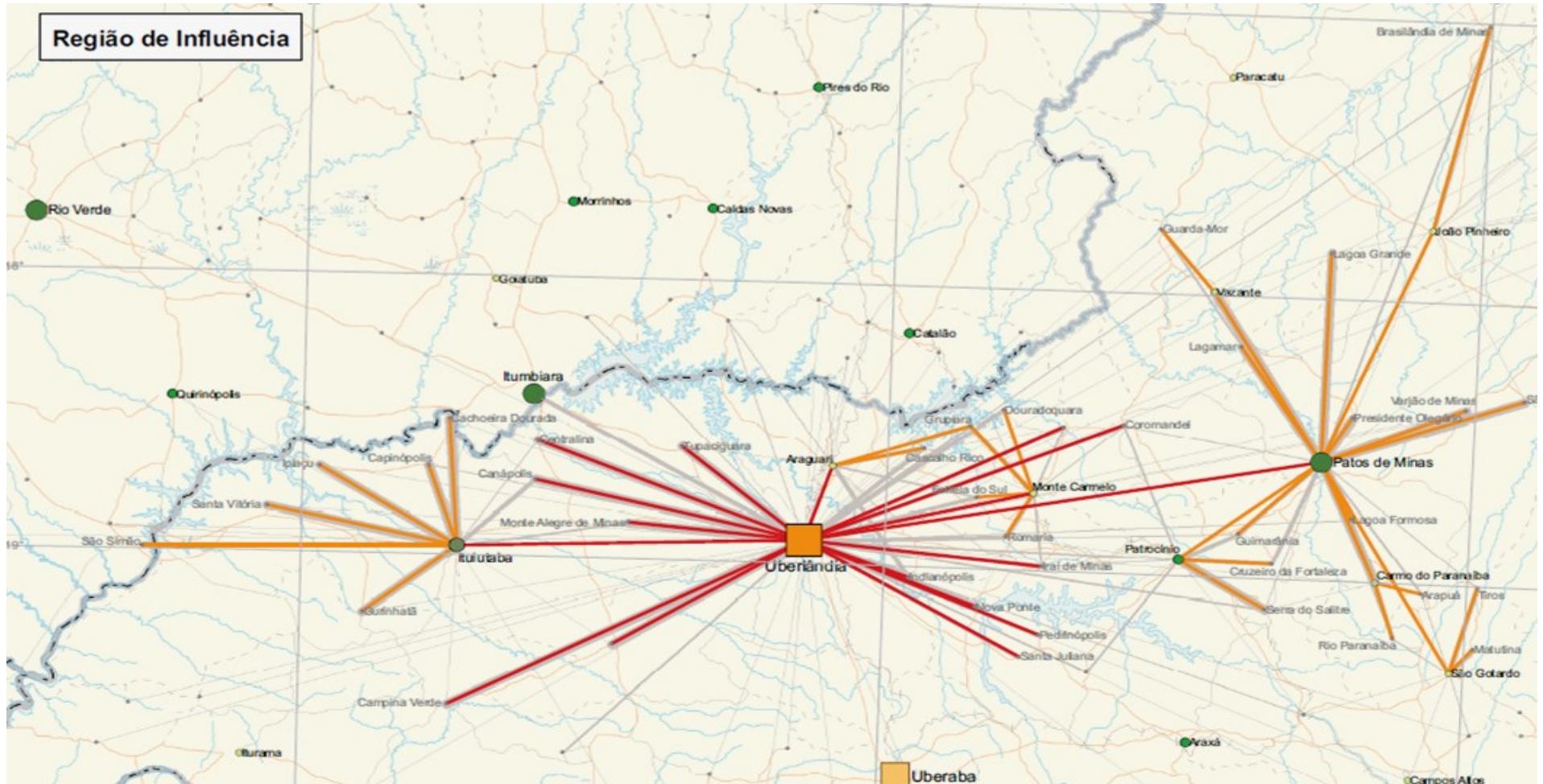
O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba caracteriza-se por ser uma região agrícola devido ao fato de que suas cidades, tanto as pequenas quanto as maiores, abrigam atividades agropecuárias e agroindustriais que influenciam a área urbana e rural dos municípios. É o campo que comanda a vida econômica e social do sistema urbano, sobretudo nos municípios menores em população.

"A região agrícola tem sua unidade devido à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades." (SANTOS, 1994:76)

Há uma distribuição equilibrada das pequenas e médias cidades que estão nas proximidades de Uberlândia, porém, há municípios mais e menos dinâmicos, bem

como também há desigualdade no desenvolvimento intra-regional. Na rede de cidades, Uberlândia influencia toda a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, bem como algumas cidades dos estados vizinhos, refletindo a influência das cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Brasília na região, sendo uma capital regional do tipo A. Ituiutaba é um centro microrregional tipo B e Monte Alegre de Minas é uma cidade local influenciada por Uberlândia e Ituiutaba, das quais é limítrofe. Dos outros municípios influentes na rede de cidades da região, Uberaba é a capital regional secundária, influenciada por Belo Horizonte e São Paulo, e os municípios de Patos de Minas-MG e Itumbiara-GO são centros microrregionais A (Ver Figura 21) . (IBGE, 2007)

Figura 21: Região de influência de Uberlândia-MG



Fonte: IBGE (2007).

A área municipal de Monte Alegre de Minas foi uma das primeiras a serem delimitadas no Triângulo Mineiro, com emancipação política datada de 1870. A área inicial de MAM, emancipada do município de Prata e que inicialmente se estendia até a divisa com o estado de Goiás, deu origem a outros quatro municípios: Tupaciguara, Canápolis, Centralina e Araporã (Ver Figura 22).

Um dos fatores que definiu o desenvolvimento da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba são as rodovias e ferrovias que cortam seu território, interligando a região central do país e a capital federal aos centros urbanos do sul e sudeste. Lobato Corrêa (2004) destaca que a construção de rodovias gerou, por um lado, uma maior interligação entre os centros urbanos, com a circulação de pessoas e mercadorias, e por outro, gerou também uma perda de centralidade por parte das cidades pequenas, que ficam subordinadas às cidades hierarquicamente maiores da rede às quais estas se encontram. As cidades locais, ao mesmo

tempo que exercem influência em seu território municipal, dependem cada vez mais das cidades maiores e das capitais regionais quanto ao acesso a bens e serviços específicos. Monte Alegre de Minas estabelece relações de interdependência e complementaridade com as cidades próximas e é dependente das cidades maiores da região, principalmente Uberlândia, Ituiutaba e a cidade goiana de Itumbiara, as quais se têm acesso a partir das rodovias federais BR-365 e BR-153. Estas cidades maiores desempenham o papel de polos regionais, concentrando universidades, complexos hospitalares e outros serviços e comércio específicos.

A evolução socioeconômica do território do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba está marcada pelo desenvolvimento das infraestruturas de transporte, que buscavam interligar São Paulo e o litoral com o Brasil Central. Há três principais marcos históricos que podem ser destacados como definidores da formação regional do TMAP, são eles: 1) a chegada da linha da ferrovia

Mogiana na última década do século XIX; 2) a infraestrutura rodoviária e os investimentos levados ao interior do país com a construção de Brasília, como parte do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubistcheck no final da década de 1950; e 3) o investimento estatal para incorporar a região de cerrado enquanto área de expansão da agricultura comercial a partir dos anos 1970. Todos estes fatores, juntamente com a atuação dos grupos locais da elite e políticos, foram responsáveis pela formação da rede de cidades do TMAP tal como existe atualmente. (GUIMARÃES, 2010)

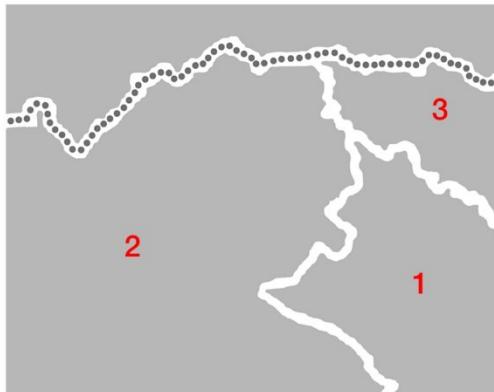
A articulação comercial com São Paulo, principal polo da economia nacional, fomentou o desenvolvimento econômico da região do Triângulo, assim como, foi fundamental na reorganização da rede de cidades local, colocando Uberlândia, antes denominada São Pedro do Uberabinha, como a principal cidade da região, ultrapassando Araguari e Uberaba, antes protagonistas. Isso se deve primeiramente à ferrovia, que passava

nestas três cidades citadas (Uberaba, Uberlândia e Araguari), e ao pioneirismo da Companhia Mineira de Auto Viação, empresa de estradas inaugurada em 1912, de propriedade de Fernando Vilela e com sede em Uberlândia, que permitiu a integração do Triângulo Mineiro ao Centro Oeste do país. A Companhia dispunha de um conjunto de três mil quilômetros de estradas de rodagem privadas que canalizava os fluxos de toda a região do TMAP, bem como de Goiás e Mato Grosso para o município de Uberlândia, que se definia como ponto estratégico de integração do Brasil Central com a economia paulista através da ferrovia, e ultrapassava economicamente Uberaba e Araguari, definindo-se como principal centro na região. (GUIMARÃES, 2010)



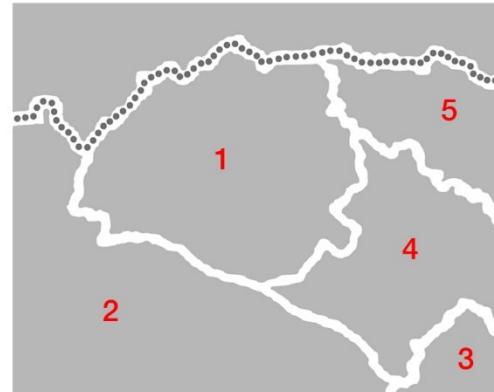
Figura 22: Monte Alegre de Minas – evolução territorial

EVOLUÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE E ENTORNO



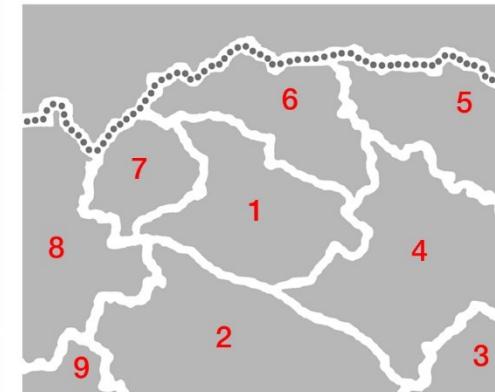
ATÉ 1850

- 1 - São Sebastião do Uberaba, emancipado da Vila de Araxá em 1836;
- 2 - Vila de Prata, emancipada de Uberaba em 1848;
- 3 - Nossa Senhora do Patrocínio, emancipada de Araxá em 1840.



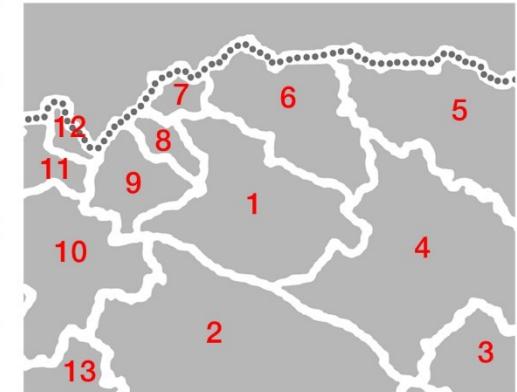
DE 1850 A 1900

- 1 - São Francisco das Chagas de Monte Alegre, emancipado de Prata em 1870;
- 2 - Prata;
- 3 - Uberaba;
- 4 - São Pedro do Uberabinha (atual Uberlândia), emancipado de Uberaba em 1888;
- 5 - Brejo Alegre (atual Araguari), emancipado do município de Bagagem (atual Estrela do Sul) em 1882, que por sua vez, havia se emancipado de N. S. do Patrocínio em 1858.



DE 1900 A 1950

- 1 - Monte Alegre;
- 2 - Prata;
- 3 - Uberaba;
- 4 - Uberlândia;
- 5 - Araguari;
- 6 - Abadia do Bom Sucesso (atual Tupaciguara), emancipada de Monte Alegre em 1912;
- 7 - Canápolis, emancipada de Monte Alegre em 1948;
- 8 - Vila Platina (atual Ituiutaba), emancipada de Prata em 1901;
- 9 - Campina Verde, emancipada de Prata em 1938.



DE 1950 ATÉ HOJE

- 1 - Monte Alegre de Minas;
- 2 - Prata;
- 3 - Uberaba;
- 4 - Uberlândia;
- 5 - Araguari;
- 6 - Tupaciguara;
- 7 - Araporã, emancipada de Tupaciguara em 1992;
- 8 - Centralina, emancipada de Canápolis em 1953;
- 9 - Canápolis;
- 10 - Ituiutaba;
- 11 - Capinópolis, emancipado de Ituiutaba em 1953;
- 12 - Cachoeira Dourada de Minas, emancipada de Capinópolis em 1962;
- 13 - Campina Verde.



Fonte: GRACIANO (2014)

Assim como tantas outras estradas no território nacional, a Companhia Mineira de Auto Viação Intermunicipal surgiu por iniciativa privada. Sua inauguração data de 12 de agosto de 1912, na cidade de Uberlândia. Segundo Guimarães (2010), a empresa surgiu com um capital de duzentos e cinquenta contos de réis obtidos através da venda de 1250 ações para capitalistas da região que seriam beneficiados pela rodovia, que passou a funcionar através de um contrato de concessão de direitos de exploração firmado entre a Companhia e o Estado. O primeiro trecho da rodovia ligava Uberlândia a Monte Alegre e depois Monte Alegre a Ituiutaba, com entroncamento entre Monte Alegre e Itumbiara, aproveitando a Ponte Afonso Pena sobre o Rio Paranaíba. Monte Alegre funcionava como um entroncamento no meio deste primeiro trecho que levava à ferrovia Mogiana, em Uberlândia. O desenho deste trajeto seguia as trilhas dos carros de boi que cortavam a região até a ferrovia. O idealizador desta Companhia, Fernando Vilela, residia em Ituiutaba e

buscava privilegiar sua cidade com o trajeto da rodovia, tendo em vista a ausência de ramal ferroviário na cidade e a necessidade de escoar a produção da região. Dessa maneira surge a primeira rodovia que integrava o Centro-Oeste à ferrovia que ligava o Triângulo a São Paulo e ao litoral. (GUIMARÃES, 2010)

Anos mais tarde o papel do Triângulo Mineiro enquanto entreposto de ligação foi ratificado com a construção de Brasília e o Plano de Metas do governo Juscelino Kubistcheck da segunda metade da década de 1950. No ano de 1958 é inaugurada a rodovia BR-153, que na época recebia o nome de BR-14, principal eixo rodoviário norte-sul do país, passando por Brasília. A existência da Ponte Afonso Pena sobre o Rio Paranaíba foi determinante para viabilizar o trajeto da rodovia BR-153, que corta a parte oeste do município de Monte Alegre, gerando um entroncamento com a BR-365, que na década de 1950 era denominada BR-71 e que provinha do antigo eixo da Companhia Mineira de Auto Viação, descrita anteriormente. Este importante

entroncamento de rodovias ficou conhecido como Trevão de Monte Alegre, lugar onde se implantou um posto de gasolina com comércio e logo se caracterizou como um dos pontos de maior movimentação dos fluxos regionais por estar localizado às margens do que era, até o início da década de 1960, a única ligação rodoviária do sul e sudeste do país com Brasília. (GUIMARÃES, 2010)

Apesar de colaborar com o avanço das economias municipais do TMAP, a BR-153 não colocou nenhum município da região em posição logística estratégica. A rodovia beneficiou municípios como Frutal, Prata, Ituiutaba e Monte Alegre, porém, o potencial logístico não foi aproveitado na região. Segundo Guimarães (2010), a BR-153 beneficiou logicamente o município paulista de São José do Rio Preto e os municípios goianos de Itumbiara, Anápolis e Goiânia, que desempenharam o papel de entrepostos nesta rota. Apesar disso, o Plano de Metas do governo JK marcou um período base na redefinição da espacialização do

Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, reafirmando o papel de entreposto entre as regiões Centro Oeste e Sudeste. (GUIMARÃES, 2010)

Na década de 1970, os programas de expansão da produção agrícola para o cerrado, durante a ditadura militar, irão levar avanços tecnológicos responsáveis pela modernização da agricultura na região. Este fomento do Estado para a industrialização da agricultura irá consolidar o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba enquanto uma região agrícola, com forte presença do agronegócio. (GUIMARÃES, 2010)

Fazem parte dessas políticas públicas, programas como o PRRC (Programa de Renovação e Revigoramento de Cafezais), do início da década de 1970; o PCI (Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados), elaborado em 1972 pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais; o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), do ano de 1973, caracterizado como um projeto de colonização dirigida; e a inserção da

microrregião no POLOCENTRO, em 1975, que incentivava e apoiava a ocupação racional das áreas do cerrado na região do centro-oeste brasileiro, e que posteriormente deu lugar ao PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), em 1979, que tinha como objetivo produzir cereais para o mercado mundial, incorporando técnicas e equipamentos modernos através de um acordo de cooperação Brasil-Japão. (OLIVEIRA, SOARES, 2002)

Todos estes marcos históricos definiram como a região do TMAP se desenvolveu e consolidou sua rede de cidades. O potencial para ser um entreposto entre São Paulo e o Brasil Central foi inaugurado com a ferrovia Mogiana no século XIX e reafirmado com o rodoviarismo do Plano de Metas de JK e a construção da nova capital. Bem como, a ocupação do território regional pelo agronegócio foi fomentada pelo incentivo estatal para a modernização da produção agropecuária no cerrado, reforçando a concentração fundiária e de renda na região.

2.3. O processo de urbanização de Monte Alegre de Minas: análise morfológica e contextualização

A forma urbana da cidade de Monte Alegre de Minas é reflexo das transformações pelas quais passou a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba com a implantação de infraestruturas, investimentos estatais para o desenvolvimento e integração da região, ciclos econômicos e atuação dos grupos sociais locais.

Este tópico do trabalho analisa a morfologia urbana da cidade de Monte Alegre, explicitando como a forma urbana se desenvolveu em função do contexto social e econômico, com as infraestruturas e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do cerrado e da região do TMAP. Utilizando termos do geógrafo Milton Santos (1994), a análise morfológica da evolução urbana de Monte Alegre mostrará como esta pequena cidade se transformou ao longo do século XX, passando de

simples “cidade no campo” para “cidade do campo”, administrando e atendendo a demanda da produção de sua hinterlândia, exercendo o papel de “cidade local” para o campo de sua área municipal.

O termo “morfologia”, puro e simples, é utilizado para designar a “ciência que estuda as formas, interligando-as com os fenômenos que lhes deram origem”. No que se refere aos estudos urbanos, a morfologia urbana estuda os aspectos do meio urbano e os condicionantes externos que levaram a determinada paisagem urbana, bem como sua estrutura. Para que se use uma linguagem mais precisa, é necessário diferenciar os termos morfologia e forma urbana, que algumas vezes são utilizados como sinônimos mas tem significados distintos. Morfologia urbana “é a disciplina que estuda o objeto – a forma urbana – nas suas características exteriores, físicas, e na sua evolução no tempo”. A morfologia urbana depende da utilização de dados multidisciplinares para explicar a forma urbana, portanto, para que se explique “a cidade como

fenômeno físico e construído”, são necessários dados provenientes da economia, sociologia, geografia, e muitas outras áreas além da arquitetura e do urbanismo. (LAMAS, 1992)

A morfologia urbana estuda as cidades no tempo, ou seja, a evolução da forma urbana e do território a partir dos condicionantes que são colocados ao longo da história. Para a compreensão da evolução da forma urbana de Monte Alegre será necessário compreender os contextos sociais e econômicos pelos quais passaram a região do TMAP e o país, porém, é importante salientar que a análise morfológica “não se ocupa do processo de urbanização” em si, o que significa que os fenômenos sociais e econômicos “motores da urbanização” são utilizados na morfologia “como explicação da produção da forma, mas não como objeto de estudo”. Ou seja, o contexto de transformação da forma urbana será abordado enquanto fator do processo de urbanização e não como objeto de estudo. O objeto de estudo da morfologia urbana é a forma

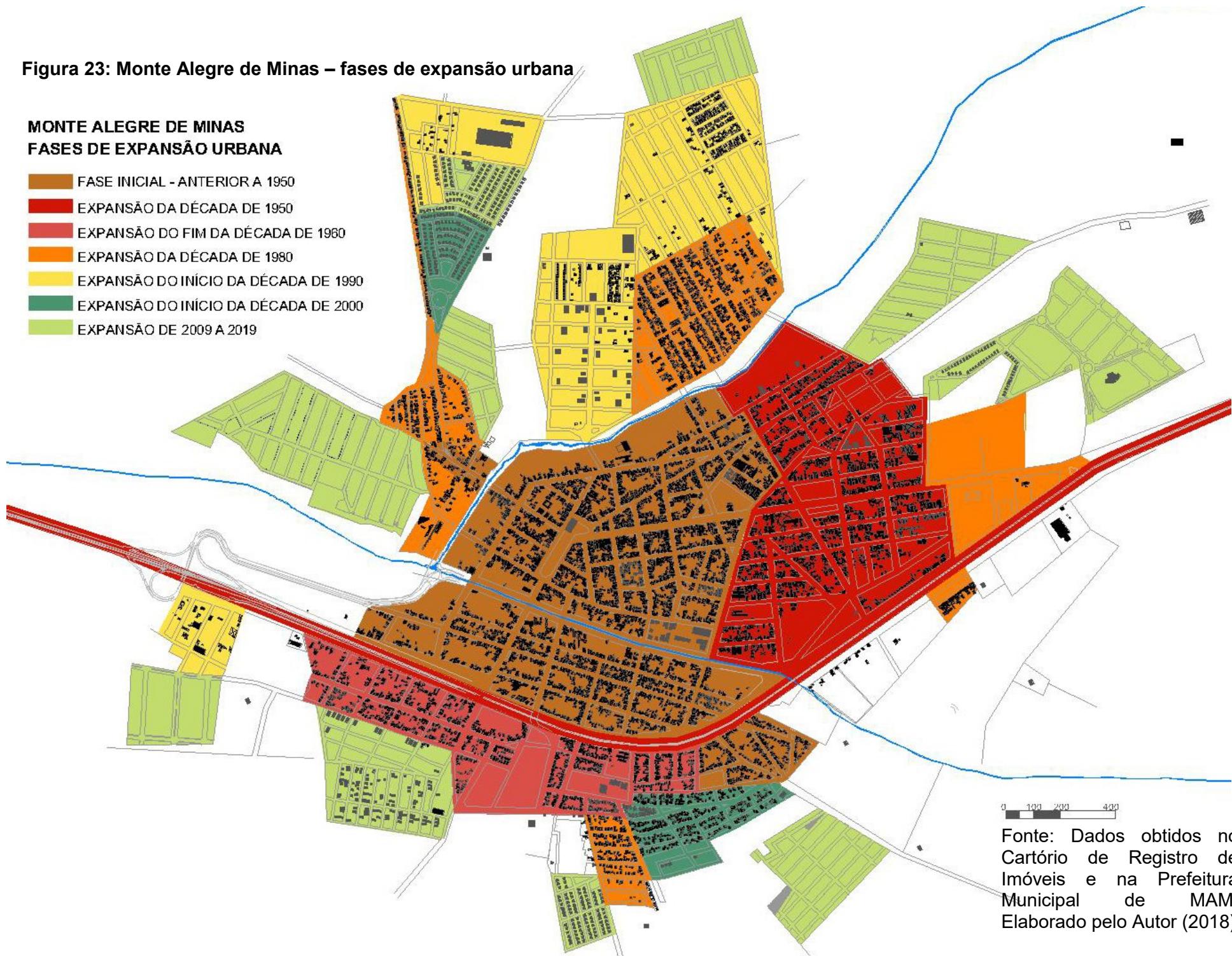
urbana e sua contextualização, que surge como uma resposta a um problema ou contexto espacial, sendo “produto de uma ação e solução de um problema”. (LAMAS, 1992)

A morfologia urbana pode ser entendida como se desenvolvendo em fases que acompanham os ciclos históricos e econômicos aos quais determinado espaço urbano está submetido. No caso de Monte Alegre de Minas, seu desenvolvimento se funde com os ciclos pelos quais passou a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, podendo ser divididos em três, além do período atual.

Figura 23: Monte Alegre de Minas – fases de expansão urbana

**MONTE ALEGRE DE MINAS
FASES DE EXPANSÃO URBANA**

- FAZ INICIAL - ANTERIOR A 1950
- EXPANSÃO DA DÉCADA DE 1950
- EXPANSÃO DO FIM DA DÉCADA DE 1960
- EXPANSÃO DA DÉCADA DE 1980
- EXPANSÃO DO INÍCIO DA DÉCADA DE 1990
- EXPANSÃO DO INÍCIO DA DÉCADA DE 2000
- EXPANSÃO DE 2009 A 2019



Fonte: Dados obtidos no Cartório de Registro de Imóveis e na Prefeitura Municipal de MAM.
Elaborado pelo Autor (2018)

O primeiro período, que caracteriza a fase inicial da urbanização de MAM, corresponde à consolidação da ocupação do território, na transição do século XIX para o século XX, tendo como marco a integração regional proporcionada pela ferrovia Mogiana, que passava por Uberaba, Uberlândia e Araguari, e pelas estradas da Companhia Mineira de Auto Viação, que tiveram seu primeiro trecho passando por Monte Alegre, em 1912, e foram criadas para interligar com rodovias o Triângulo e o centro do país ao eixo ferroviário que levava a São Paulo. O segundo período, que marca a primeira expansão urbana de Monte Alegre, corresponde às décadas de 1950 e 1960 com o Plano de Metas do governo JK, que interiorizava infraestruturas e focava no rodoviário para interligar o território nacional à nova capital federal, Brasília. O terceiro período, responsável pela segunda fase de expansão urbana em MAM, é marcado pela Ditadura Militar e seus investimentos geoestratégicos de ocupação do território e desenvolvimento econômico, com foco na expansão

da fronteira agrícola para o cerrado e modernização da produção voltada para exportação, na década de 1970. Já o quarto período, contemporâneo, responsável pela fase mais recente de expansão urbana de Monte Alegre, é marcado pelo crescimento econômico do governo Lula e pelo programa habitacional Minha Casa Minha Vida, que teve grande impacto nas cidades brasileiras, e em especial, nas pequenas cidades.

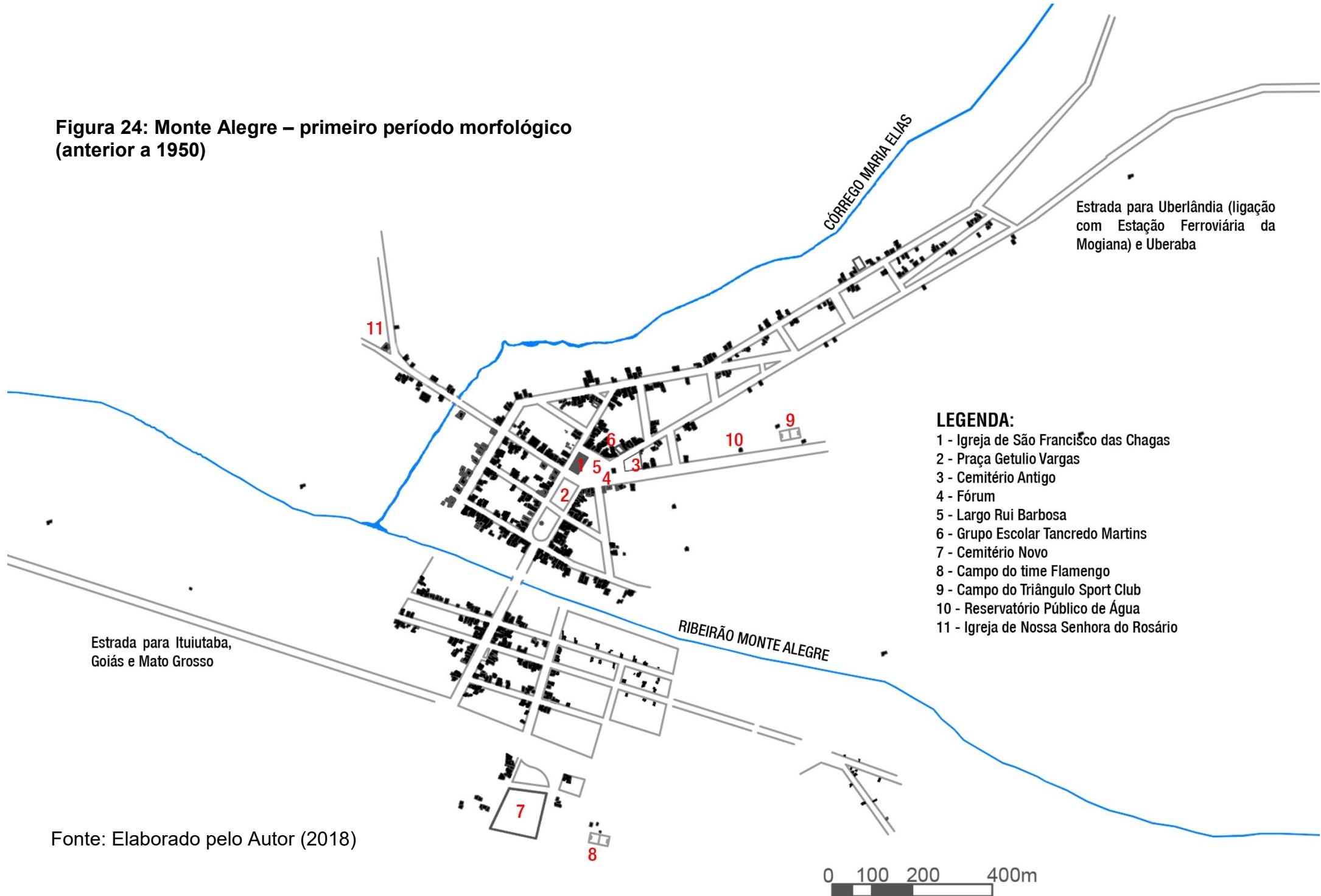
“As transformações da forma [do território] sobrevêm quando esta se revela inadaptada ao contexto. A permanência das mesmas formas urbanas foi possível porque o contexto no qual essas formas foram produzidas não se modificou. As modificações da forma urbana são consequências da vitalidade social e econômica das sociedades.

(...)

A análise histórica da cidade revela existirem elementos em contínua transformação e elementos que não se modificam totalmente e persistem. Estes últimos são principalmente os monumentos, os traçados ou vias e também, em certa medida, a estrutura fundiária.”

(LAMAS, 1992, P. 114)

**Figura 24: Monte Alegre – primeiro período morfológico
(anterior a 1950)**



2.3.1. Primeira fase morfológica: a ocupação do território

A ocupação do território municipal de Monte Alegre de Minas remonta ao início do século XIX, por volta das décadas de 1810 e 1820, em que uma comitiva proveniente da então Vila de Barbacena, na província de Minas Gerais, que tinha como objetivo tomar posse de terras devolutas no interior do país, é obrigada a parar devido ao adoecimento de um dos integrantes do grupo. A comitiva, liderada por José Antônio Pereira, fixa-se entre dois córregos e é feita a promessa de que, caso o integrante enfermo viesse a se curar seria erguida uma capela em louvor a São Francisco das Chagas. O grupo fixa morada nesta área por alguns anos e a capela em louvor a São Francisco das Chagas erguida por eles viria a ser a Igreja Matriz que originou

o Arraial de São Francisco das Chagas de Monte Alegre. (IBGE, 2018)

Ainda no período imperial, no ano de 1865, enquanto Monte Alegre ainda era um distrito do município de Prata, passa pelo Arraial uma coluna do exército brasileiro com o intuito de recrutar homens para compor reforços à tropa dos chamados Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. Neste episódio, o Visconde de Taunay⁷, que acompanhava essa coluna do exército, descreve a ambiência urbana da seguinte maneira:

“Monte Alegre é um lugarzinho simpático de aspecto realmente risonho. Terá seus 400 ou 500 habitantes, algumas casas bastante boas, caiadas e de telhas. A Matriz é sumamente tosca. Diverti-me em lhe tirar uma vista. Muito pobrezinha com as suas torres e sua única porta a que dá acesso uma escadinha. O

⁷ Alfredo Maria d'Escragnolle Taunay (1843-1899) foi um aristocrata carioca de família francesa, que obteve o título de Visconde junto ao Império Brasileiro ao final da monarquia. Taunay foi escritor, historiador e sociólogo, com vários livros publicados, sendo um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, além

de ser engenheiro militar e político com papel importante na Guerra do Paraguai e ocupando os cargos de deputado, senador e presidente das províncias do Paraná e de Santa Catarina em sua carreira política.

interior também de pobreza extrema, está bem de acordo com o movimento quase nulo do lugarejo de que é o mais importante edifício e a que animam as poucas tropas de cargueiros que por ali transitam." (TAUNAY, 1921, p. 96)

Figura 25: Desenho da Igreja de Monte Alegre realizado sobre a página 17 do livro "Viagem pitoresca a Mato Grosso", de Visconde de Taunay – ano de 1865



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (2018)

O referido lugarejo de “movimento quase nulo” no final do século XIX, começa a ter maior número de casas e movimento mais frequente de viajantes à medida que a região central do Brasil é povoada. Este período de ocupação e consolidação da área urbana de MAM assiste à transformação do primeiro indício de ocupação do território, com ranchos ao redor do adro da capela dedicada a São Francisco das Chagas, até a consolidação de Monte Alegre enquanto núcleo urbano, no final do século XIX e início do século XX. A forma urbana de MAM irá se consolidar com o aparato burocrático e administrativo que é instalado com o desmembramento do município da área municipal de Prata, que tem a data de emancipação em 16 de setembro de 1870; com o recebimento do foro de cidade, em 1880; com a elevação a sede de comarca, em 1883; e, por fim, com a instalação do primeiro trecho da estrada da Companhia Mineira de Auto Viação, em 1912, que ligava o pontal do Triângulo Mineiro e o sul de Goiás à estação ferroviária da Mogiana, em

Uberlândia, tendo Monte Alegre como primeiro entroncamento, interligando o trecho entre Uberlândia e Ituiutaba com a cidade goiana de Itumbiara. Monte Alegre passa de um lugarejo de 500 habitantes em meados do século XIX, como descrito por Taunay, para uma cidade de 1.028 habitantes em 1940, de acordo com o recenseamento daquele ano. O curioso é que o censo de 1920 estimava a população residente na sede do município de MAM em 2.790 habitantes, caindo para menos da metade 20 anos mais tarde, em 1940. Uma hipótese é que devido à reorganização da rede de cidades da região, Uberlândia, que passou a protagonizar a relação do TMAP com São Paulo concentrando o escoamento da produção via Mogiana, absorveu parte da população que antes residia em MAM (ver Tabela 1). Outro fato de destaque ao observar os censos demográficos do início do século XX é a concentração de pessoas que viviam no campo, fora da sede municipal, que eram maioria absoluta naquele período. (TAUNAY, 1921; GUIMARÃES, 2010)

Figura 26: Entrada do primeiro carro na cidade, em 1912, em decorrência da inauguração das estradas da Companhia Mineira de Auto Viação



Fonte: Arquivo do Depto. De Cultura (2018)

Tabela 1: População de Monte Alegre de Minas e outros municípios do TMAP em 1920 e 1940

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL EM 1920	POPULAÇÃO TOTAL EM 1940	POPULAÇÃO RESIDENTE NA SEDE DO MUNICÍPIO EM 1920*	POPULAÇÃO RESIDENTE NA SEDE DO MUNICÍPIO EM 1940
MONTE ALEGRE DE MINAS	10.987	16.193	2.790	1.028
UBERLÂNDIA	22.956	42.179	6.912	15.192
ITUIUTABA	20.772	35.052	1.992	1.424
PRATA	14.800	14.073	1.872	2.033
UBERABA	59.807	58.984	19.338	22.541
ARAGUARI	8.700	35.218	27.729	11.128
TUPACIGUARA	1.806	15.989	9.960	1.553

*Estimativa

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados de Guimarães (2010)

No início do século XX, Monte Alegre define seu núcleo urbano e se consolida enquanto cidade. O traçado urbano das primeiras vias e quadras seguiram o alinhamento do Córrego Maria Elias e Ribeirão Monte Alegre e convergiam para o largo e adro da Igreja Matriz. Isso acontece de forma natural, por meio do traçado vernacular das vias, já que de acordo com Lamas (1992), a forma urbana não pode ser desvinculada da forma do seu “suporte geográfico”, ela é indissociável do seu lugar específico e do território. (LAMAS, 1992)

As vias, eram conectadas às estradas da Cia. Mineira de Viação, que davam acesso às cidades vizinhas e conectavam a região à estação ferroviária da Mogiana, em Uberlândia. É deste período também, o conjunto de edifícios de arquitetura eclética projetados pelo arquiteto prático italiano Luiz Bianchi e construídos pelo construtor português Joaquim Cruz, ambos radicados

na cidade. Dentre estas construções estão os prédios públicos do Antigo Fórum, do Grupo Escolar, da Cadeia Pública e do Reservatório de Água. A Igreja Matriz também passou por uma remodelação na década de 1920, com sua nave reconstruída e ampliada e com a fachada adquirindo características neogóticas, com projeto dos construtores europeus Fioravante Blarazinni, Francisco Ramella e Eduardo Boroni. A antiga Igreja do Rosário, que se situava próximo à Igreja Matriz, no lado oposto do Córrego Maria Elias, foi demolida na década de 1940 por ordem do Pároco Oscar Bitner, de origem alemã. Não se sabe ao certo o motivo da demolição do templo, porém, isto impactou no desenvolvimento daquele entorno e na celebração da festa de congado, que permanece até a atualidade⁸. Juntamente com a remodelação e execução de novos edifícios na área central da cidade, o espaço público existente em torno da Igreja também foi modificado, o

⁸ Uma nova Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi erguida somente na década de 1990, em outro local.

que antes era um largo e adro de terra batida que abrigava tropeiros deu lugar a um jardim público em frente à Igreja, que posteriormente veio a se chamar Praça Getúlio Vargas. O espaço entre a Matriz e o Antigo Fórum, então denominado Largo Rui Barbosa, permanecia sem pavimentação e já contava, no início do século XX, com um poste de iluminação pública.

Figura 27: Prédio do antigo Fórum na década de 1940, onde também funcionou por alguns anos o Paço Municipal



Fonte: Arquivo do Depto. De Cultura (2018)

Figura 28: Igreja do Rosário, que foi demolida na déc. de 1940



Fonte: Arquivo do Depto. de Cultura (2018)

Figura 29: Antigo Reservatório Público de Água déc. 1930



Fonte: Arquivo do Depto. de Cultura (2018)

Figura 30: Reforma da nave da igreja na déc. de 1920



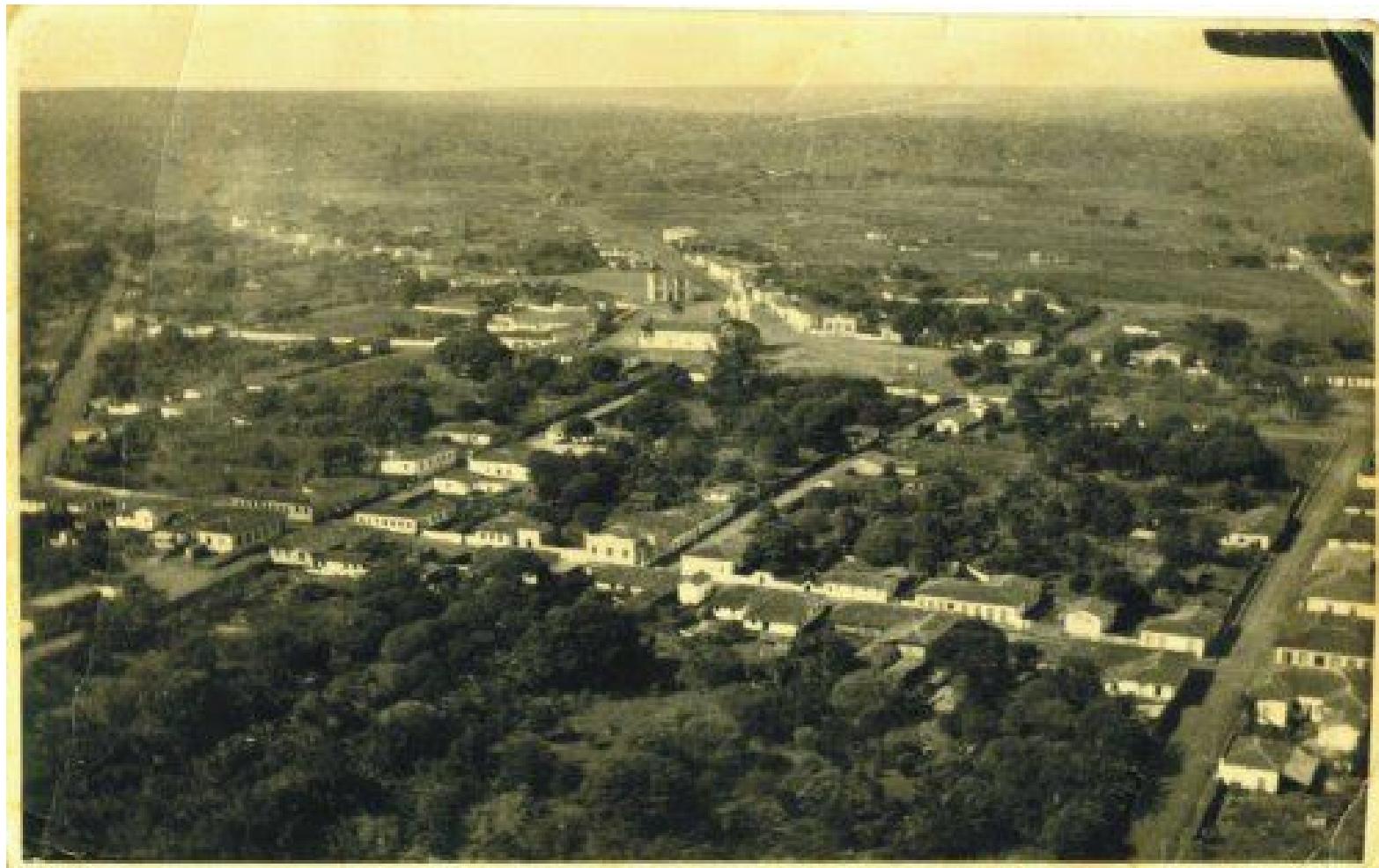
Fonte: Arquivo do Depto. de Cultura (2018)

Figura 31: Praça em frente à igreja na década de 1940



Fonte: Arquivo do Depto. de Cultura (2018)

Figura 32: Vista aérea de Monte Alegre na década de 1940



Fonte: Arquivo do Departamento de Cultura (2018)

**Figura 33: Antigo Largo Rui Barbosa, em chão de terra batida, entre a Igreja e o Fórum.
Na foto, soldados da Revolução Constitucionalista marcham por Monte Alegre de Minas em 1932.**



Fonte: Arquivo pessoal de Fabio Antônio Arantes (2018)

2.3.2. Segundo período morfológico: a expansão rodoviária

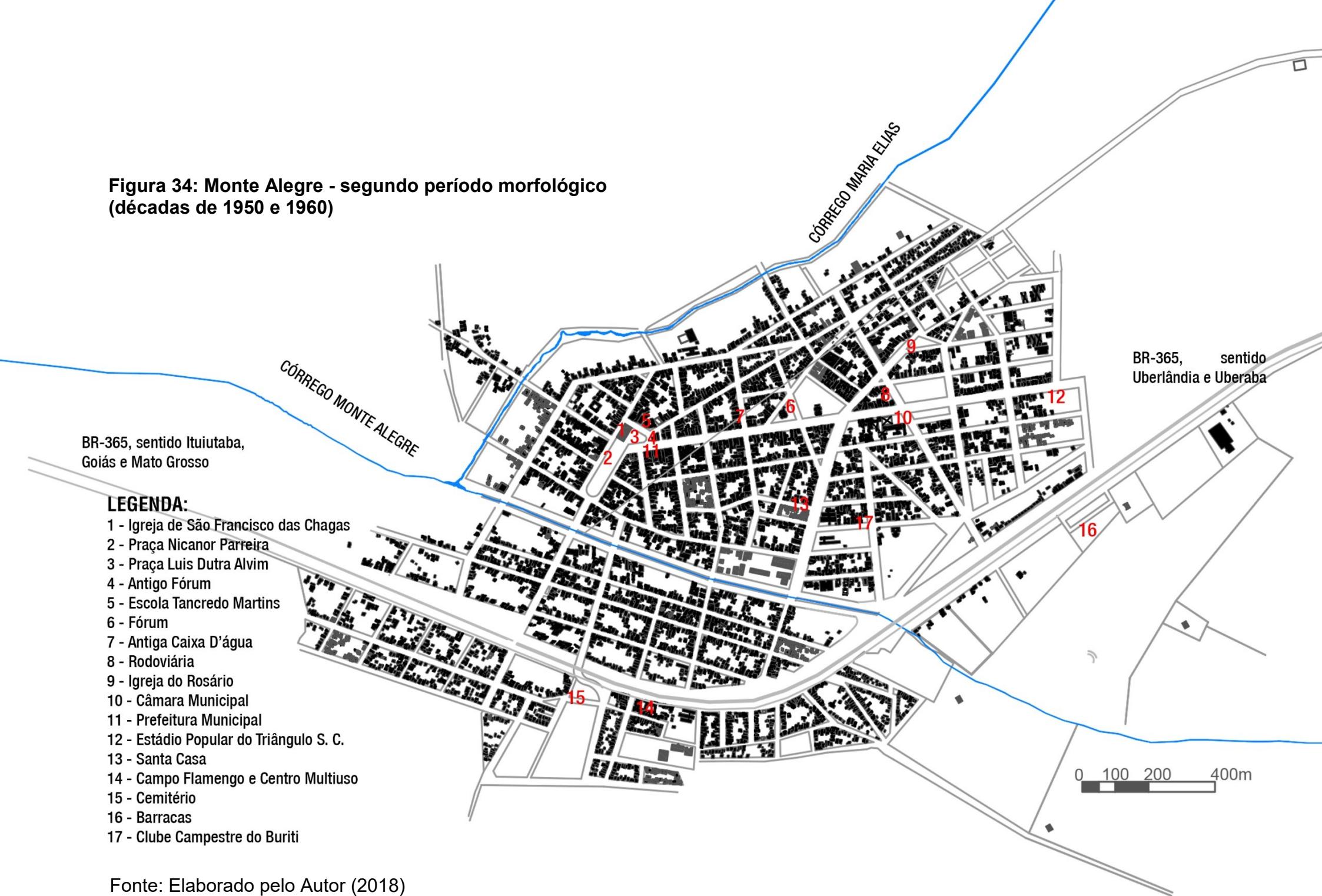
Após a consolidação do núcleo urbano na transição do século XIX para o século XX, a primeira fase de crescimento da cidade de Monte Alegre de Minas acontece entre as décadas de 1950 e 1960, com a interiorização de infraestruturas e o investimento em rodovias que conectassem o território nacional a Brasília, como parte do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitscheck.

Esta primeira fase de expansão urbana é marcada, principalmente, pela implantação de importantes rodovias federais no território municipal montealegrense, uma delas cortando o perímetro da cidade. Em 1958 o governo de JK inaugura o trecho que corta o município das rodovias então denominadas BR-14 e BR-71, atuais BR-153 e BR-365, respectivamente. Com a rodovia BR-365 passando no perímetro urbano

de Monte Alegre, a cidade tem sua primeira fase de expansão, com a criação de novos loteamentos. O presidente da república Juscelino Kubitscheck, em razão da inauguração das rodovias que passam no município de Monte Alegre, escreve uma carta em 14 de novembro de 1958 dizendo:

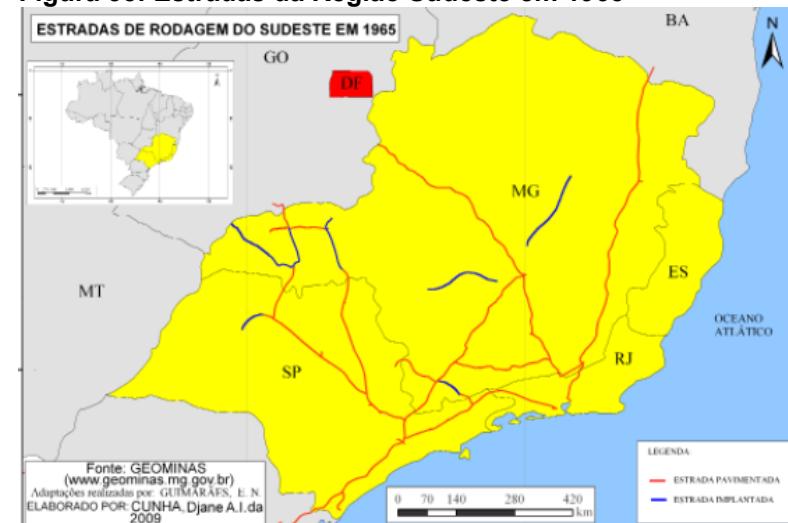
“Sinto-me feliz ao inaugurar o trecho da rodovia BR-14 e BR-71. Estamos avançando sobre o Brasil, conquistando o seu território e plantando no planalto o centro mais enérgico no processo do Brasil, com a construção de Brasília. Aos meus amigos de Monte Alegre, cujo desenvolvimento se vai acelerar, o abraço de Juscelino Kubitscheck”. (KUBITSCHECK, 1958)

**Figura 34: Monte Alegre - segundo período morfológico
(décadas de 1950 e 1960)**



Entre 1953 e 1954 são registrados os loteamentos da Vila Petrópolis, Vila Prudente e Vila Santa Maria, que irão marcar a expansão urbana no prolongamento da Avenida 16 de Setembro, que parte do largo da Igreja Matriz e vai de encontro à rodovia. No ano de 1967 é registrado o loteamento que deu origem à Vila Flamengo e à Vila Rancho Alegre, margeando a rodovia na margem oposta ao Centro. O crescimento urbano de MAM neste primeiro período de expansão se dará em torno da BR-365, que reorganiza o espaço e a dinâmica da cidade. A BR-153, importante eixo de circulação norte-sul no território nacional, não terá grande impacto na área urbana de Monte Alegre por estar distante do distrito sede, seu impacto será maior no espaço municipal, onde há o entroncamento com a BR-365, localidade conhecida como Trevão, o que será melhor detalhado no próximo tópico que trata da área municipal de MAM.

Figura 35: Estradas da Região Sudeste em 1965



*Em Vermelho: estradas pavimentadas. Em Azul: estradas implantadas

Fonte: GUIMARÃES (2010)

A evolução das formas urbanas está relacionada a dois fatores, o primeiro deles é o “desenvolvimento urbano” e o outro é a reutilização das partes da cidade. O “desenvolvimento urbano” é entendido como o “conjunto de processos que conduzem ao crescimento das cidades, por expansão ou alteração no seu interior”. A reutilização das partes da cidade é a ressignificação e a recuperação, reabilitação e restauro de áreas

urbanas pré-existentes, mudando seus significados dentro da malha urbana. (LAMAS, 1992)

Além do crescimento da malha urbana de Monte Alegre, este primeiro período de expansão também marca a remodelação de espaços da cidade, principalmente de sua parte central, com intervenções de arquitetura e urbanismo moderno nas praças que circundam a Igreja Matriz. Em 1966, o arquiteto João Jorge Coury, arquiteto mineiro radicado em Uberlândia e principal responsável pela difusão do movimento moderno na arquitetura e urbanismo pela região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, é convidado para remodelar a Praça Getúlio Vargas, em frente à Igreja Matriz de Monte Alegre. Assim como em outros projetos de praça de Coury na região, a praça de MAM, que após a reforma passou a se chamar Praça Nicanor Parreira, ganha características do urbanismo moderno como os bancos coletivos, a permeabilidade visual do espaço, que permite uma ampla visão do entorno, e o espaço central livre que permite a aglomeração de pessoas. O

projeto moderno une as duas partes da antiga praça, fechando a rua que a dividia, e demole o coreto, prevendo a construção de uma concha acústica, que não foi executada. (GUERRA, 2013)

Figura 36: Praça Nicanor Parreira em 1970



Fonte: Acervo do Depto. de Cultura (2018)

Figura 38: Praça Nicanor Parreira na comemoração do centenário de Monte Alegre de Minas, em 1970



Fonte: Acervo do Departamento de Cultura (2018)

Figura 37: Plantas da Praça Cônego Ângelo (acima), em Ituiutaba-MG e Praça Nossa Senhora Aparecida (abaixo), em Uberlândia-MG. Ambas de autoria de Coury e com a mesma tipologia da Praça Nicanor Parreira de Monte Alegre-MG



Fonte: Guerra (2013)

O largo ao lado da Matriz também é remodelado, passando a se chamar Praça Luiz Dutra Alvim e adquirindo novo desenho a partir de projeto realizado e executado pela Prefeitura Municipal. Uma placa de boas-vindas aos que chegavam à cidade é colocada nesta praça lateral à Igreja, sustentada por pilares de concreto armado de linguagem modernista.

Interessante notar como o contexto nacional e regional refletem no espaço urbano de MAM neste período. Desde o desenvolvimentismo do governo de Juscelino e a interiorização de infraestruturas no território nacional, que provocam o crescimento da malha urbana da cidade em torno da rodovia que a corta, até o ideal moderno de país, preconizado pela arquitetura e urbanismo modernos da nova capital e seguidos nos espaços públicos de Monte Alegre com intervenções de linguagem arquitetônica modernista e a praça moderna do arquiteto João Jorge Coury.

Figura 39: Praça Luis Dutra Alvim na década de 1970



Fonte: Acervo do Depto. de Cultura (2018)

2.3.3.Terceiro período morfológico: ditadura e redemocratização

Os anos que seguem a este período de expansão e interiorização de infraestruturas são marcados pela ruptura democrática do Golpe Militar de 1964, que “foi amplamente apoiado pela burguesia local” no TMAP, inserindo a região em articulações econômicas e políticas de grande escala, tendo inclusive políticos locais ocupando cargos na cúpula do governo, como o überlandense Rondon Pacheco, que governou o Estado de Minas Gerais entre 1971 e 1975, no auge do “milagre econômico” do governo militar. (BRANDÃO, 1989)

As políticas deste período buscavam a “homogeneização do espaço para o grande capital, ampliando a área ‘produtiva’”, fomentando o desenvolvimentismo econômico e a “ocupação do território” com políticas que privilegiavam a implantação de uma produção agrícola industrial, beneficiando os latifúndios e grandes proprietários de terras. “Esta

estratégia ‘territorial’, de ordem e segurança nacional, tinha na geopolítica seu sustentáculo”, que contava com o General Golbery do Couto e Silva como um dos principais mentores intelectuais, que colocava a área central do território brasileiro como estratégica geopoliticamente, onde o Triângulo seria o “nó de amarração natural de todo o bloco continental, plataforma essencial ao futuro expansionismo para o interior”. (COUTO E SILVA, 1981; BRANDÃO, 1989)

Figura 40: Inauguração do Parque de Exposição Agropecuária, em 1978

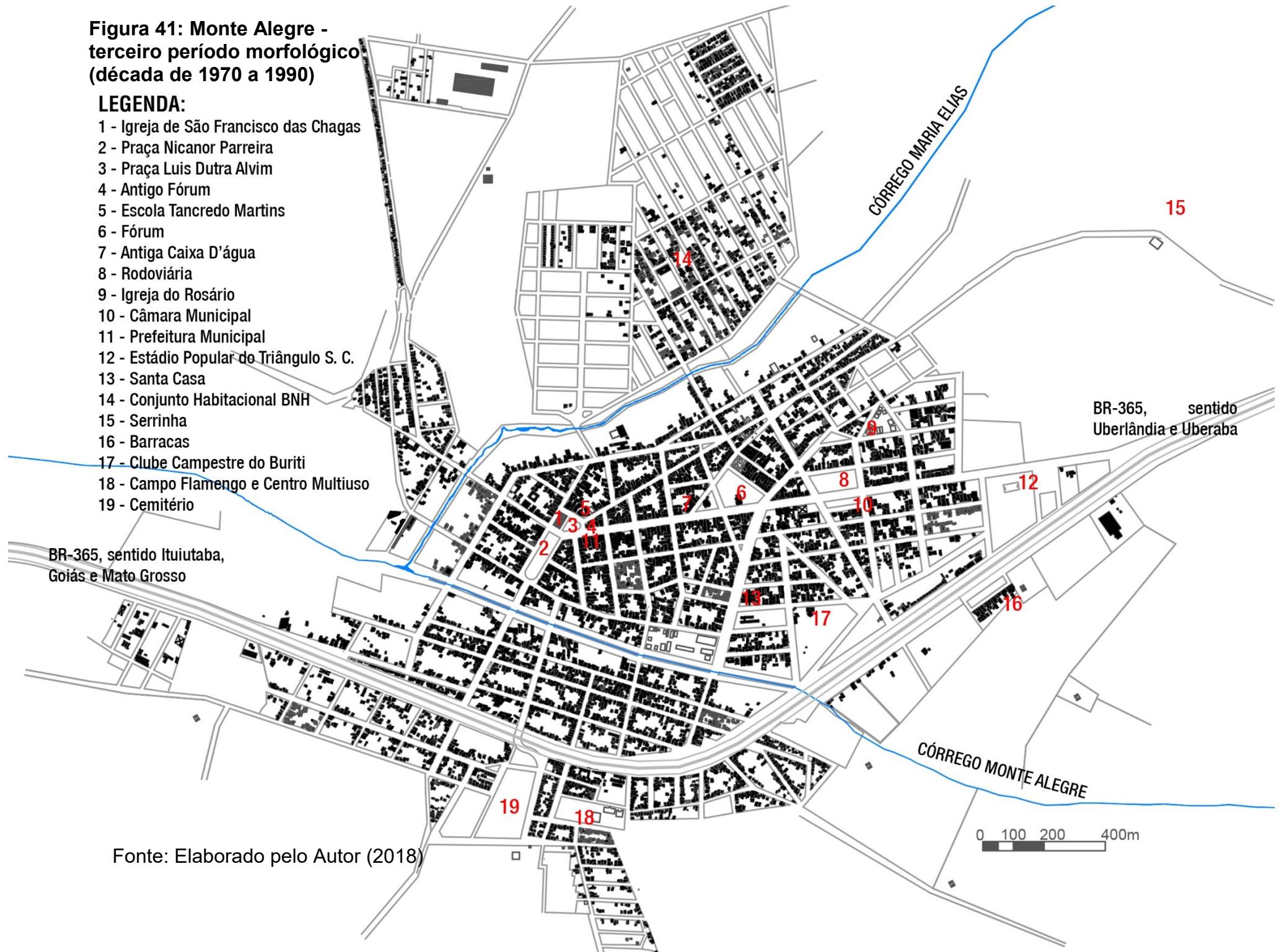


Fonte: Arquivo pessoal de Fábio Antônio Arantes (2018)

Figura 41: Monte Alegre - terceiro período morfológico (década de 1970 a 1990)

LEGENDA:

- 1 - Igreja de São Francisco das Chagas
- 2 - Praça Nicanor Parreira
- 3 - Praça Luis Dutra Alvim
- 4 - Antigo Fórum
- 5 - Escola Tancredo Martins
- 6 - Fórum
- 7 - Antiga Caixa D'água
- 8 - Rodoviária
- 9 - Igreja do Rosário
- 10 - Câmara Municipal
- 11 - Prefeitura Municipal
- 12 - Estádio Popular do Triângulo S. C.
- 13 - Santa Casa
- 14 - Conjunto Habitacional BNH
- 15 - Serrinha
- 16 - Barracas
- 17 - Clube Campestre do Buriti
- 18 - Campo Flamengo e Centro Multiuso
- 19 - Cemitério



Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba fica novamente em posição privilegiada na política de integração nacional idealizada com a geoestratégia do General Golbery, que vai ser implementada com a série de políticas voltadas para a modernização da produção agrícola e ocupação do cerrado, elencadas anteriormente neste trabalho. O cerrado e especialmente o TMAP, oferecia todas as características necessárias para a implementação dessas políticas de fomento à agroindústria, pois a região era dotada de “adequada estrutura fundiária”, devido à concentração da propriedade da terra, com maior presença de latifúndios a minifúndios. Além de também contar com infraestrutura para escoamento da produção, topografia favorável para o uso de máquinas e pivôs de irrigação, com grandes áreas de terreno quase plano, e solo ácido e deficiente, mas bem drenado, que pode ser corrigido através de implementos químicos. Todos estes fatores determinaram a implantação destas políticas de

expansão da fronteira agrícola e produção industrial voltada para exportação, dependente e financiada com capital estrangeiro através de acordos internacionais. (BRANDÃO, 1989)

Durante este período Monte Alegre se especializa produtivamente transformando-se no maior produtor de abacaxi no país, exportando a fruta para países do Mercosul, principalmente Argentina, Uruguai e Paraguai. Como resposta ao incentivo estatal para a produção agroindustrial na região, MAM vai se firmar enquanto “cidade do campo” e o TMAP vai se reiterar como uma “região agrícola”, segundo termos utilizados pelo geógrafo Milton Santos (1994).

A área urbana de Monte Alegre passa por algumas mudanças durante a fase do “milagre econômico” do governo militar. Os prefeitos Ademar Delfino e Braz Vieira, ligados ao partido Arena e apoiados pelos militares e pelo então governador de Minas Gerais, o überlandense Rondon Pacheco, fizeram algumas obras que iriam reorganizar o espaço urbano. Este período

em MAM está mais ligado à reorganização do espaço urbano, com a implantação de infraestruturas e equipamentos urbanos, do que com a expansão da malha urbana, que só iria acontecer no final do governo militar, com loteamentos financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

Figura 42: Construção do Conjunto Habitacional Paloma I e II, financiado pelo BNH, em 1984



Fonte: Acervo do Depto. de Cultura (2018)

Dentre os novos equipamentos deste período estão a nova sede do Fórum, de 1979, com projeto arquitetônico padrão repetido em outras cidades mineiras como a cidade vizinha Campina Verde; o Estádio Popular do time local Triângulo Esporte Clube, que foi construído próximo à rodovia BR-365 em decorrência da utilização de sua antiga área para a construção das praças que abrigam a nova sede do Fórum e a agência do Banco do Brasil; o Parque de Exposições, de 1978, construído também próximo à rodovia, em frente ao Estádio Popular; a construção de novas sedes para a Prefeitura e Câmara, durante a década de 1970; e a canalização do Córrego Monte Alegre, com a implantação da Avenida Tancredo Neves em suas margens, entre 1979 e 1980. É também da década de 1970 o conjunto de casas com comércio nas margens da BR-365 conhecido como “Barracas”, que são voltadas para os comerciantes que aproveitam o tráfego de veículos da rodovia. A Santa Casa de Misericórdia, único hospital de MAM, é uma instituição

filantrópica fundada em janeiro de 1964, pouco antes do golpe militar, que aconteceu em abril daquele ano.

No final do governo militar, em 1983, acontece o loteamento dos conjuntos habitacionais Paloma I e Paloma II, que contou com financiamento do BNH. Nos anos seguintes, já no período de redemocratização, são registrados os loteamentos de ampliação do Bairro Flamengo, em 1988, o Conjunto Habitacional Paloma III e o Bairro Industrial, em 1990, e o Bairro Jardim Eldorado, em 1993.

Figura 43: Fórum, construído em 1979



Fonte: Foto do Autor (2013)

Nota-se que o terceiro período morfológico de Monte Alegre é caracterizado pela reorganização do espaço urbano e implantação de infraestrutura e equipamentos durante o regime militar e que a ampliação da malha urbana aconteceu apenas no final do período ditatorial, a partir de 1983, impulsionada pela política habitacional do BNH, e seguida pela implantação de novos loteamentos já no período democrático, no início da década de 1990.

Figura 44: Paço Municipal construído na década de 1970



Fonte: Acervo do Depto. de Cultura (2018)

Figura 45: Parque de Exposição Agropecuária na década de 1970



Fonte: Arquivo do Depto. de Cultura (2018)

2.3.4. Período atual: início do século XXI

O período mais recente de expansão e reorganização espacial em Monte Alegre acontece no início do século XXI, com o crescimento econômico e investimento estatal em infraestrutura do governo Lula, através de políticas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida (MCMV). A partir deste período acontece o maior número de registros de novos loteamentos, que somados, são maiores que os registros de loteamentos anteriores ao ano 2000, expandindo a malha urbana consideravelmente. Somado a isso, há um grande número de investimentos em infraestrutura e equipamentos públicos, tanto por parte do governo federal, quanto por parte da administração municipal, que é marcada por três mandatos do prefeito Último Bittencourt. Estes investimentos por parte do poder público foram mais efetivos durante o início dos anos

2000, aproveitando-se do bom momento da economia e da estabilidade política do país. Nos anos posteriores, a partir de 2013, com a crise econômica que acarretou uma grave instabilidade política, boa parte das obras em infraestrutura foram paralisadas e os repasses estaduais e federais aos municípios atrasaram, comprometendo a conclusão de algumas dessas ações.

As rodovias que cortam o município passam por obras de duplicação desde o início da década de 2010. Através de recursos do PAC, a BR-153, transbrasiliana, foi duplicada no trecho ao norte do Trevão de Monte Alegre e seu entroncamento com a BR-365 neste local passa atualmente por obras para a construção de um viaduto⁹ e alças de conexão entre as duas rodovias. Já a BR-365, que atravessa a cidade de MAM, foi duplicada em toda sua extensão dentro do município, exceto na área do perímetro urbano, que teve a obra paralisada por alguns anos, com retomada no ano de

⁹ A BR-153 passará sobre a BR-365.

2018, permanecendo em obras durante a elaboração desta pesquisa.

Figura 46: Obras de duplicação da BR-365 na área urbana de Monte Alegre, em 2013



Fonte: Foto do Autor (2013)

A BR-365, que impulsionou a primeira fase de expansão da cidade, teve em suas margens algumas

ocupações irregulares de lotes e construções que avançavam na faixa dominial da rodovia, o que atrasou a execução das obras devido a impasses judiciais entre o DNIT e os proprietários da terra, que tinham a escritura do imóvel contando com a área invadida e pagavam IPTU¹⁰. Após este impasse, o abandono da obra por parte da construtora responsável e a interrupção no envio de verbas devido à crise econômica e política recente, a obra é retomada neste ano de 2018. (G1, 2018)

A BR-365, após concluída a duplicação, terá dois acessos para a área urbana, um em cada extremidade da cidade, com viaduto e alças de acesso e a atual passagem de nível na Avenida da Saudade será remodelada para permitir o fluxo nos dois sentidos da via. Na parte oeste da cidade, às margens da rodovia, estão sendo construídos por parte da prefeitura, novos boxes para os comerciantes que vendem abacaxi,

¹⁰ Na área dominial da rodovia estavam 93 residências. Estas famílias saíram do local desde 2010, sendo que a última deixou o

local no dia 20 de junho de 2018. As famílias foram indenizadas e algumas conseguiram casas em conjuntos do MCMV. (G1, 2018)

farinha de mandioca e outros produtos para os que passam na BR-365.

Figura 47: Novos boxes para comerciantes às margens da BR-365, 2018



Fonte: Google Street View (2018)

Figura 48: Combi de vendedor às margens da BR-365, 2013



Fonte: Foto do Autor (2013)

Por meio do PAC 2 e convênios com a AMVAP (Associação de Municípios do Vale do Alto Paranaíba) o município conseguiu recursos para a execução da Estação de Tratamento de Água (ETA) e Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). A ETA está concluída e em operação, com adutora recolhendo água do Rio Babilônia (identificado na Figura 52), na área rural do município. A ETE teve suas obras interrompidas por falta de repasse de verbas federais e atualmente está em vias de ser concluída. Ambas se localizam nas extremidades da área urbana, a ETA na extremidade leste da cidade, margeando a rodovia BR-365, e a ETE, na parte mais a oeste da malha urbana, a jusante do Ribeirão Monte Alegre.

A política habitacional do Minha Casa Minha Vida teve impacto significativo na malha urbana de MAM, assim como as ações antecessoras do BNH. São quatro loteamentos do MCMV em Monte Alegre até o momento: os residenciais Pedra Branca e Pedra Branca II, com registro em 2006 e 2009, respectivamente; o

loteamento Renascer, rebatizado posteriormente de J Tolendal, registrado em 2010; e o residencial Primavera, de 2013. Todos estes loteamentos, como é de praxe em outros MCMV de outras cidades brasileiras, são na extremidade da área urbana, onde a terra é mais barata. O loteamento Renascer, com 40 casas, está na extremidade sul da cidade e é cercado por pastagem e plantações de eucalipto. O residencial Primavera, também com 40 casas, tem acesso mais facilitado ao centro, situando-se próximo ao parque de exposições e à nova sede da prefeitura. Por sua vez, os residenciais Pedra Branca I e II são os que mais impacto geraram, possuindo juntos 235 casas. Atualmente, na extremidade norte da cidade, está sendo construído mais um conjunto do MCMV, o residencial Morada da Colina, com 100 casas e previsão de entrega em 2019, além deste, no ano de 2018 foi iniciada a construção do loteamento Parque das Acácas, ao sul da malha urbana.

Figura 49: Estação de Tratamento de Água, 2013



Fonte: Foto do Autor (2013)

Figura 50: Residenciais Pedra Branca I e II, do MCMV, em 2017



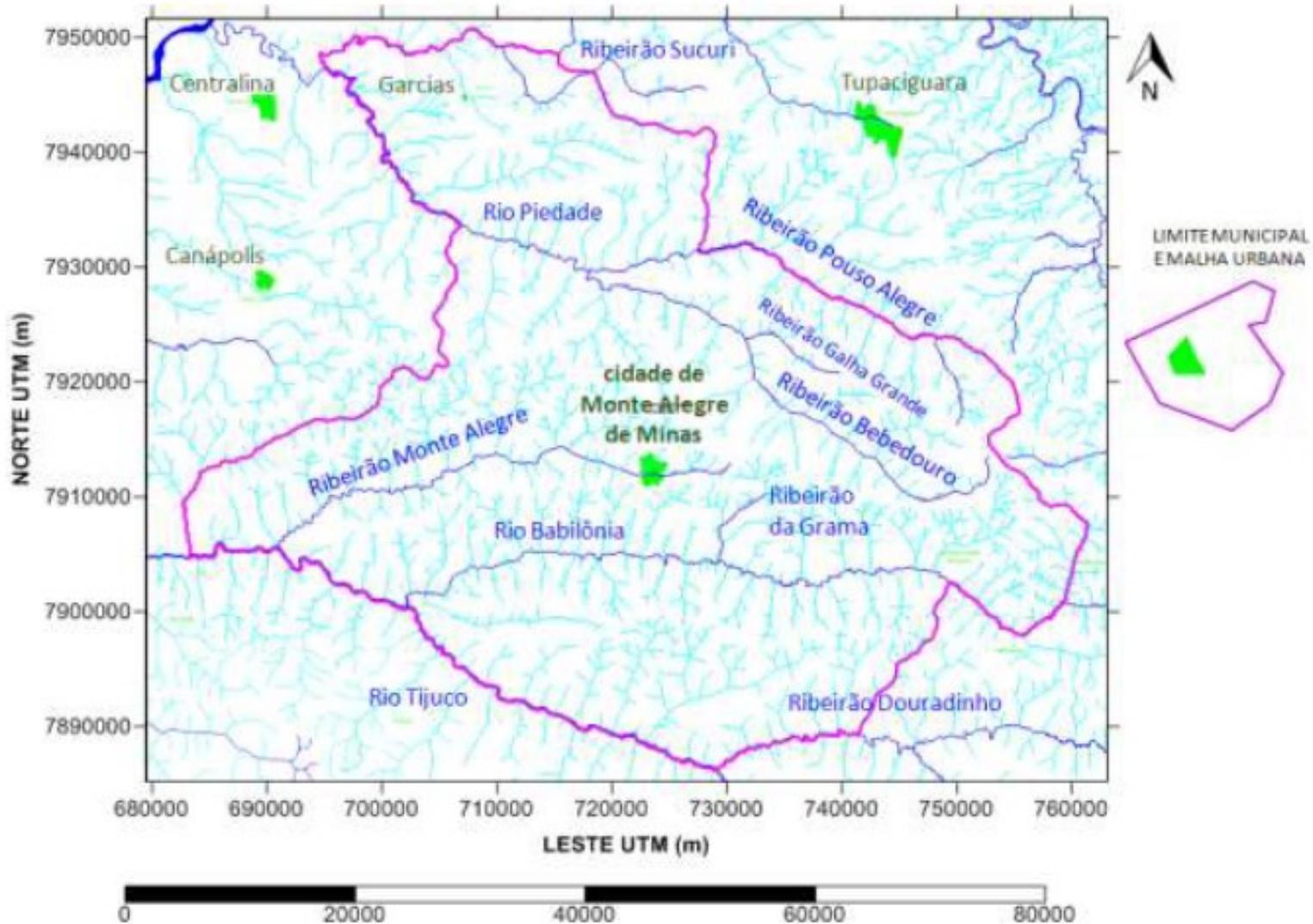
Fonte: Getúlio Mamede (2017)

Figura 51: Esquema do PMSB com a localização da ETE, emissário e interceptor



Fonte: PMSB (2015)

Figura 52: Rede hidrográfica principal do município de Monte Alegre de Minas



Fonte: PMSB (2015)

Além das obras provenientes ou com financiamento de políticas do governo federal, as ações locais oriundas da administração municipal também determinaram a reorganização espacial de Monte Alegre nas primeiras décadas do século XXI. Neste período aconteceu a canalização do Córrego Maria Elias e a construção de suas vias marginais, bem como, a distribuição de creches, centros de educação e Postos de Saúde da Família (PSF) nos bairros do distrito sede e distrito de Garcias¹¹.

Na área da cultura, a política do ICMS Cultural do Estado de Minas Gerais foi aproveitada por MAM no tombamento de alguns bens imóveis tanto urbanos quanto rurais e na criação ou aprimoramento de alguns equipamentos culturais como Centro de Convenções e Biblioteca Municipal. Esta política estadual é um programa de incentivo voltado à preservação do patrimônio cultural dos municípios mineiros através do

repasse de recursos àqueles que preservem seu patrimônio cultural “através de políticas relevantes”. (IEPHA, 2018)

Os momentos de crescimento econômico, porém, podem ser responsáveis pelo desenvolvimento e por alguns equívocos gerados por mudanças aceleradas e sem tempo de maturação e discussão. É o caso das praças que foram remodeladas em MAM. Havia verba para ser aplicada na reforma de praças, o que foi muito bem aproveitado nas praças dos bairros como na Praça do Bairro Paloma, que foi reformada com excelente projeto paisagístico que preservou as árvores de espécies nativas pré-existentes, criando um espaço público de qualidade no bairro. Mas este não foi o caso da praça mais central da cidade, que não teve suas pré-existências devidamente valorizadas.

Trata-se da Praça Nicanor Parreira, já citada neste trabalho e que tinha projeto do arquiteto mineiro João

¹¹ Garcias é um distrito do município de Monte Alegre que está detalhado no tópico seguinte deste trabalho.

Jorge Coury. A praça, que era de 1966, apesar de algumas descaracterizações, conservava as principais características de seu projeto moderno que remontava ao primeiro período de expansão urbana de Monte Alegre, com a criação de Brasília. Uma intervenção que retomasse suas características originais, demolindo o palanque construído na década de 1990 e reformando calçamento, fonte e paisagismo era totalmente viável e com custos menores que os de construir uma nova praça. Porém, em 2007 a praça de 1966 foi demolida por completo, inclusive com árvores adultas cortadas, para dar lugar a uma praça nova. A praça de calçamento de mosaico de pedra portuguesa foi trocada por outra de blocos intertravados de concreto. E o que mais surpreende é que a nova praça, nada excepcional, foi tombada como patrimônio municipal no ano seguinte de sua construção. A justificativa é de que a ambiência retoma ao que a praça foi em sua primeira concepção, mas na realidade o que se pretendia com o tombamento era simplesmente a pontuação na política de repasse

do ICMS Cultural, já que tal justificativa é inconcebível em se tratando de preservação do patrimônio construído, sendo a imitação de obra de outra época caracterizada como pastiche. Tal equívoco representou a perda de um bem histórico e paisagístico da cidade, gerando incompreensão por parte da população, que tinha a praça da década de 1960 em sua memória coletiva, além de gerar críticas por parte do próprio IEPHA-MG.

Figura 53: Praça Nicanor Parreira na década de 1970 (esquerda) e em 2013 (direita)



Fonte: Foto de André Bianchi (2013)

Outro ponto que gera questionamento a alguns cidadãos de Monte Alegre e a quem visita a cidade é o porquê da localização da nova sede da Prefeitura estar às margens da rodovia BR-365 e a estação rodoviária estar no centro da cidade, em frente à sede da Câmara Municipal. As obras de construção da nova sede da prefeitura aconteceram concomitantemente à reforma da rodoviária, que sempre esteve naquele local, desde a década de 1970, gerando a dúvida de que, já que as obras aconteciam ao mesmo tempo, faria mais sentido mudar também a rodoviária de local, transferindo-a para as margens da rodovia, e trazendo a prefeitura para a praça em frente à Câmara Municipal. A administração municipal diz que cogitou fazer esta transferência, que criaria um centro cívico, com Câmara e Prefeitura próximas, e possibilitaria a passagem de mais linhas de ônibus na rodoviária, que não precisariam entrar na cidade para parar na estação. Porém, por ter feito as obras com recursos próprios do município, a administração municipal alega ter faltado dinheiro para

bancar as duas construções, já que teria que construir também uma nova rodoviária, em vez de reformá-la.

Figura 54: BR-365 e Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas, 2017



Fonte: Google Street View (2018)

Figura 55: Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas, 2018



Fonte: Foto do Autor, 2018

O momento atual, comparado com as outras fases de transformação e ampliação da malha urbana de Monte Alegre, é o que mais transformações gerou. Houve o maior número de registro de novos loteamentos e equipamentos urbanos implantados. As obras de infraestrutura também acontecem em grande número com a ETE, a ETA, a duplicação da rodovia e novas vias sendo construídas. O papel do Estado e suas políticas de fomento ao desenvolvimento se mostra visível tanto em obras de infraestrutura do governo federal, quanto em obras e loteamentos financiados por políticas públicas, que juntamente com o papel da administração municipal, são os grandes agentes geradores e transformadores do espaço urbano em cidades pequenas como Monte Alegre.

O capital imobiliário também é definidor do espaço urbano e tem sua influência, embora esta seja menor em uma pequena cidade. Um exemplo é o caso do loteamento Residencial Primaville, na extremidade oeste da cidade, registrado em 2015. Este loteamento

aberto tem em sua propaganda a ideia de se morar em uma cidade pequena e trabalhar em uma cidade grande, com o foco de seu marketing nas pessoas que moram em Uberlândia e querem um local mais calmo para viver, sugerindo um deslocamento pendular das pessoas que ali comprarem lotes. O loteamento ainda não tem construções, mas já está com todos os lotes vendidos, sendo cedo para dizer se este bairro inaugurará uma tendência de parte da população de Monte Alegre tê-la como “cidade dormitório”.

Figura 56: Imagem promocional do loteamento Primaville, em Monte Alegre de Minas, 2016



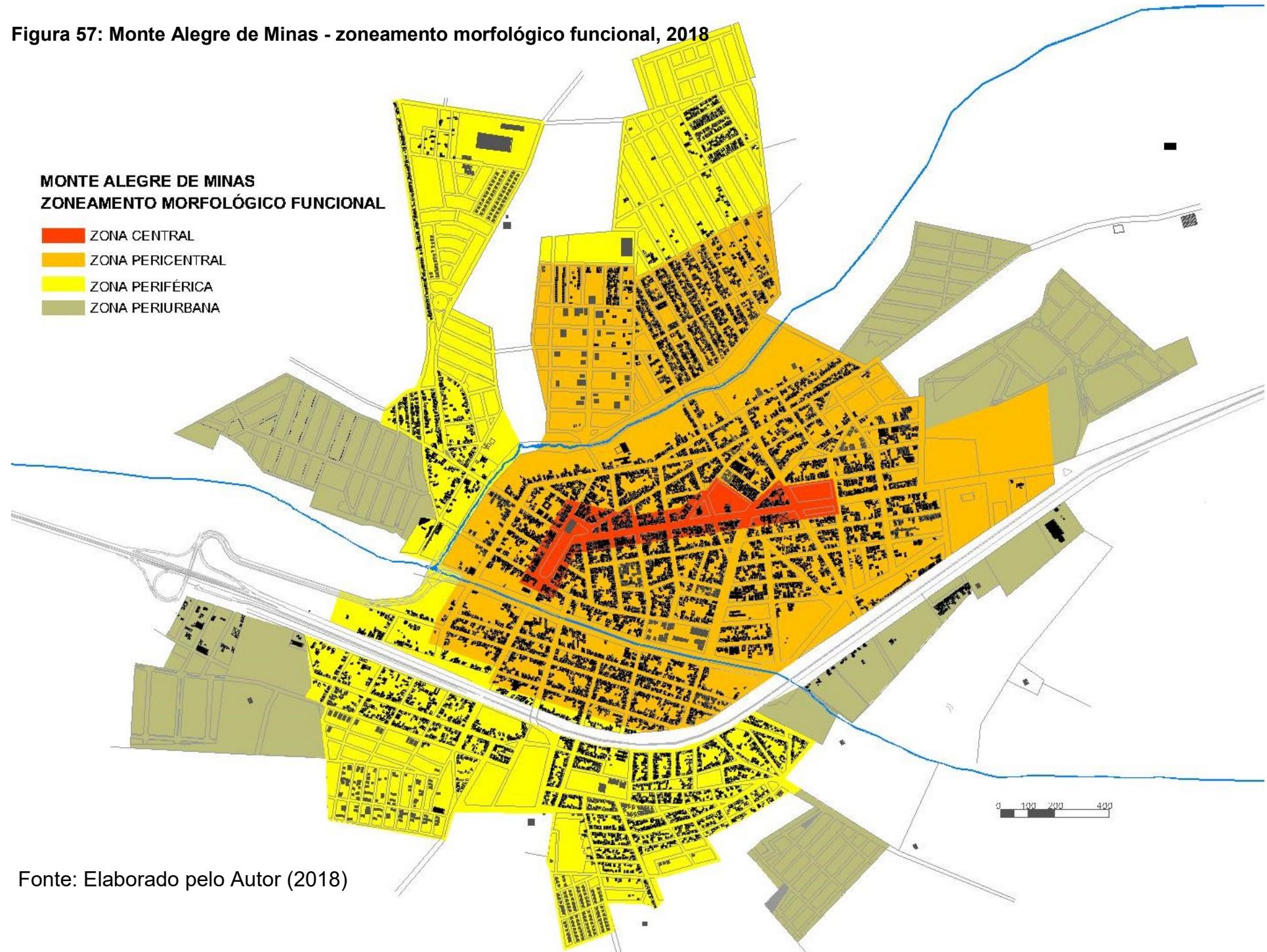
Fonte: João de Barro Engenharia (2018)

Como afirmam os geógrafos Amorim Filho e Sena Filho (2005), em cidades pequenas como Monte Alegre o zoneamento morfológico funcional não é muito claro, ou seja, o centro, a zona periurbana e a periferia não são delimitadas com clareza e tem pouca diferenciação. Porém, a compreensão da organização morfológico-funcional do espaço intraurbano tem sua importância teórica, e sobretudo, prática, em função do seu potencial de aplicação no planejamento e nas políticas urbanas. Devido a isto, aplicou-se a metodologia de diferenciação da morfologia funcional em Monte Alegre de Minas, para o auxílio na interpretação e planejamento do espaço urbano da cidade.

Antes, convém explicitar alguns termos utilizados para a diferenciação morfológica do espaço intraurbano. As cidades podem ser divididas em quatro zonas ou quatro áreas diferenciadas por sua morfologia, funções, densidades e posições relativas. Estas áreas são denominadas: Centros Urbanos, Zonas Pericentrais, Periferias e Auréola Periurbana. Segundo Amorim Filho

e Sena Filho (2005), nos centros de cidades pequenas “o conjunto igreja-prefeitura-mercado permanece o elemento essencial da paisagem urbana central” e comprehende, morfologicamente, a praça e avenida central que concentra os equipamentos terciários, administrativos, comerciais e religiosos. A Zona Pericentral faz a transição entre o centro e a periferia, com o predomínio da função residencial e a presença de outras várias unidades funcionais, tais como: hospitais, rodoviárias, cemitérios, etc. A Periferia é a área do entorno urbano, um espaço heterogêneo com ocupação variada e podendo ter uso residencial, industrial ou comercial. Já a Auréola Periurbana acontece ao longo de eixos rodoviários, nos loteamentos que circundam a mancha urbana, mesclando paisagem rural e urbana, típicos da urbanização difusa. Na cidade pequena estes espaços se mesclam e as zonas não são delimitadas com clareza, havendo também uma transição brusca para a zona rural. (AMORIM FILHO, SENA FILHO, 2005)

Figura 57: Monte Alegre de Minas - zoneamento morfológico funcional, 2018



Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

Em Monte Alegre, observa-se que a zona central compreende a avenida principal, chamada Avenida 16 de Setembro, no trecho entre a Praça Nicanor Parreira, no entorno da Igreja Matriz, até a Praça Vereador José de Arantes, entre a Rodoviária e a Câmara Municipal. Esta área central está marcada pela presença maior de serviços, como agências bancárias, cartórios e edifícios administrativos, assim como há predominância comercial. A Zona Pericentral compreende boa parte da cidade e confunde-se com a periferia em seus extremos, possuindo predominância do uso residencial e alguns equipamentos como hospital, escolas, delegacia, creches e postos de saúde. Na periferia há a presença de postos de gasolina e comércio típico das margens de rodovias, além de conjuntos de habitação popular tanto na extremidade norte quanto na extremidade sul da área urbana, não há grande diferenciação das margens da zona pericentral e a transição para a zona rural é brusca. Já a zona periurbana concentra os usos industriais e comerciais

das margens da rodovia e atualmente também compreende os novos loteamentos que ainda não estão totalmente ocupados, dentre eles, o loteamento onde está localizado a nova sede da prefeitura, às margens da BR-365.

Nota-se que na atual configuração do espaço intraurbano, a Prefeitura Municipal, um equipamento de características administrativas que exerce uma centralidade, está localizada na zona periurbana, às margens da rodovia, enquanto a estação rodoviária, que se beneficiaria de uma localização próxima à rodovia, está situada na zona central, em frente à Câmara Municipal. A inversão da localização destes equipamentos, com uma proximidade entre a sede da prefeitura e a câmara, criaria um centro cívico e seria positivo para a urbanidade da zona central enquanto a rodoviária às margens da rodovia poderia contar com mais rotas de ônibus, que não precisariam entrar na cidade para pararem na estação.

Figura 58: Monte Alegre de Minas - quarto período morfológico (2000-2018)

LEGENDA:

- 1 - Igreja Matriz
- 2 - Praça N. Parreira e L.D. Alvim
- 3 - Antigo Fórum
- 4 - Escola Tancredo Martins
- 5 - Fórum
- 6 - Antiga Caixa D'água
- 7 - Rodoviária
- 8 - Câmara Municipal
- 9 - Igreja do Rosário
- 10 - Nova Prefeitura Municipal
- 11 - Novo Loteamento
- 12 - Distrito Industrial
- 13 - Conjunto Minha Casa Minha Vida
- 14 - Conjunto Habitacional BNH
- 15 - Acesso à Rodovia
- 16 - Cemitério
- 17 - Santa Casa
- 18 - Estadio Popular do Triângulo S. C.
- 19 - Campo Flamengo e Centro Multiuso
- 20 - Barracas
- 21 - Clube Campestre do Buriti

BR-365, sentido Ituiutaba,
Goiás e Mato Grosso



Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

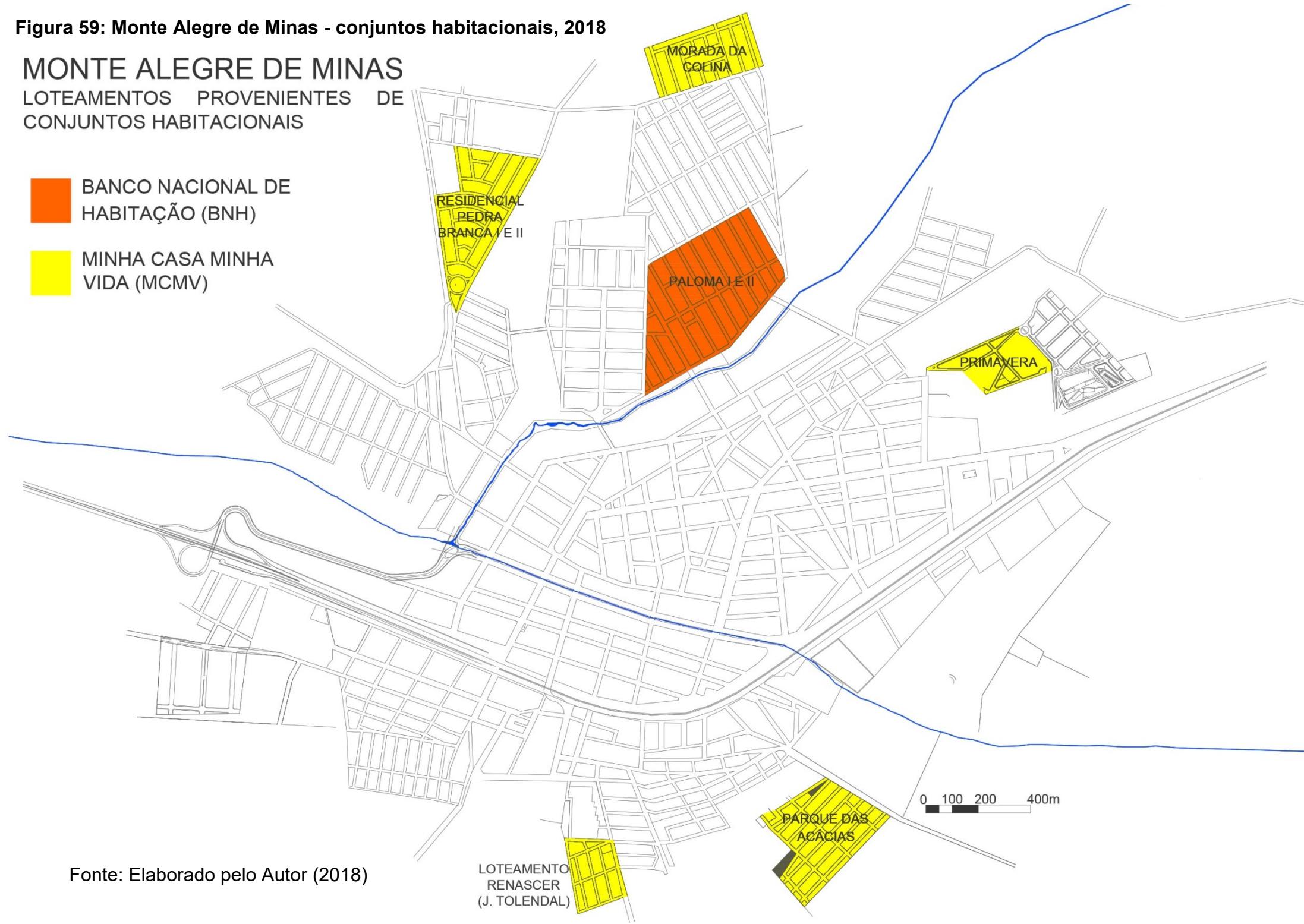
Figura 59: Monte Alegre de Minas - conjuntos habitacionais, 2018

MONTE ALEGRE DE MINAS

LOTEAMENTOS PROVENIENTES DE
CONJUNTOS HABITACIONAIS

BANCO NACIONAL DE
HABITAÇÃO (BNH)

MINHA CASA MINHA
VIDA (MCMV)



Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

Em outubro de 2014 foi aprovado pela Câmara Municipal a delimitação do Perímetro Urbano de Monte Alegre, que considera uma grande parte da área rural do entorno da cidade como área urbana. Em sentido oeste, o perímetro urbano engloba o Bexiguento e Monumento aos Retirantes de Laguna, que estão a 4 Km do limite da área urbanizada atual. Considerando que a malha urbana atual de MAM tem aproximadamente 3,5 Km entre suas extremidades leste-oeste e 3,0 Km em sentido norte-sul, o perímetro urbano delimitado, com 3.309,85 hectares é demasiadamente extenso.

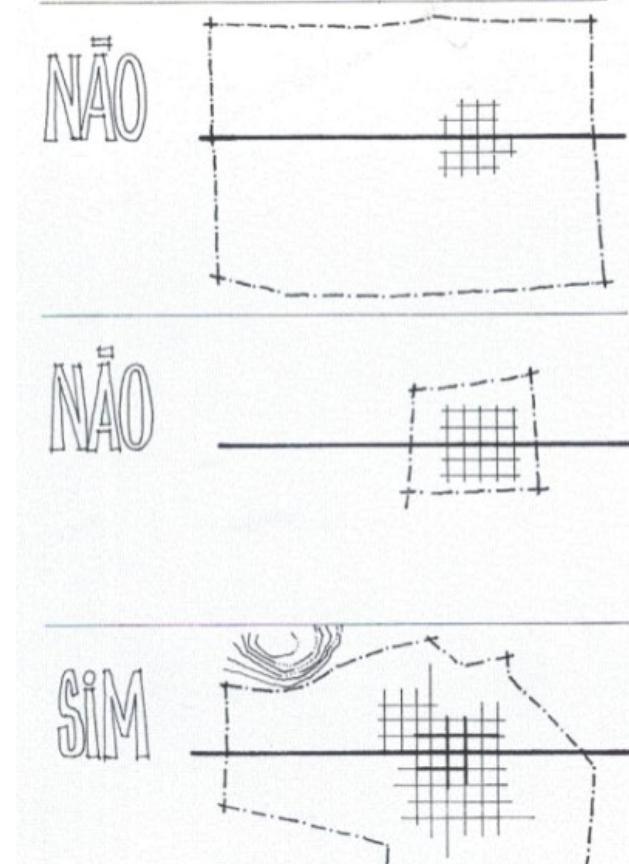
O perímetro urbano deve prever a provável expansão da cidade e sua delimitação reflete isso. Porém, como é defendido tecnicamente entre pesquisadores urbanos e descrito pelo arquiteto Carlos Nelson (1988), seu traçado não deve ser nem muito grande e nem muito reduzido. Um perímetro urbano muito grande estimula a dispersão urbana e o aparecimento de áreas vazias em meio à malha urbanizada. Uma cidade dispersa

encarece seus gastos com infraestrutura sem necessidade, já que tem que suprir grandes distâncias pouco densas, “quanto maior a densidade urbana mais barato será executar infraestrutura, serviços e melhorias na cidade”, economizando e otimizando o gasto de dinheiro público. Já um perímetro urbano muito reduzido gera o encarecimento dos terrenos urbanos, que “serão raros e logo estarão todos ocupados”. O ideal é que o perímetro urbano preveja a expansão gradual da malha urbana e seja atualizado periodicamente, à medida que a cidade cresça.

Além de ilustrar o controverso dado sobre o tamanho da área urbana no Brasil, tema abordado na primeira parte deste trabalho, o perímetro urbano de MAM sugere uma urbanização dispersa e que tende para a região oeste, sentido Bexiguento, onde há um projeto de loteamento de distrito industrial, descrito no próximo tópico deste trabalho. A tendência de crescimento da cidade de MAM é realmente nesta direção e pode ser que no futuro a malha urbana chegue até onde está o

Monumento aos Retirantes de Laguna, porém, o perímetro urbano deve ser menor e crescer gradualmente, sendo revisto pela Câmara Municipal quando houver necessidade. Isso deve acontecer para que não haja o incentivo ao aparecimento de vazios urbanos e oneração desnecessária do gasto com infraestrutura. Em relação ao projeto de implantação do distrito industrial nas proximidades do Bexiguento (próximo ao ponto MV02), ele não precisa estar inserido no perímetro urbano, este distrito pode ser, como o nome sugere, um distrito periurbano fora do perímetro.

Figura 60: Croqui de reflexão sobre a delimitação de perímetros urbanos feito pelo arquiteto Carlos Nelson dos Santos (1988)



Fonte: Carlos Nelson dos Santos (1988)

Figura 61: Perímetro Urbano de Monte Alegre de Minas, 2014



Fonte: Lei Municipal nº 2.772, de 10 de outubro de 2014. Elaborado pelo autor (2018)

2.4. A hinterlândia urbanizada: o território municipal de Monte Alegre de Minas

Este tópico apresenta o território municipal de Monte Alegre, mostrando quais as urbanidades presentes no espaço rural do município geradas pelo processo de urbanização difusa que ocorreu durante o século XX. Será mostrado como ocorreu a ocupação e formação do território de MAM e como funciona a dinâmica de sua hinterlândia.

A noção de hinterlândia e de território não são sinônimas. Hinterlândia significa uma territorialidade de incorporação econômica de terras e recursos para um dado centro, o que no caso de Monte Alegre, devido à sua escala, é o espaço rural municipal, que supre de água e alimentos a área urbana, que por sua vez, centraliza o comércio, serviços e decisões que atendem

o campo. Devido a esta relação e influência, o distrito sede do município pode ser entendido como “cidade local”. (TOPALOVIC, 2015; SANTOS, 1994)

Ao longo da história, as cidades funcionaram como centros de poder político e econômico, de onde a produção agrícola e a exploração dos recursos de suas hinterlândias eram controlados. Do século XIX em diante, e em específico no século XX, no caso de Monte Alegre, novas tecnologias, meios de transporte e a abertura de mercados introduziram uma notável complexidade nas relações entre cidade e hinterlândia. (TOPALOVIC, 2013)

Independente da escala urbana, desde as pequenas cidades até as metrópoles¹², a hipótese em que a compreensão da relação cidade-hinterlândia, através da habilidade de conceitualizar esta relação em termos qualitativos, e influenciar isto por meio de planejamento

¹² Um exemplo é o fato de que o município de São Paulo, em seu Plano Diretor de 2002, havia extinguido as áreas rurais de seu planejamento e na revisão do Plano de 2015 recupera a

importância das áreas rurais do município e o papel da agricultura familiar para a segurança alimentar da população e proteção de mananciais.

e estratégias de projeto, é fundamental para abordar a sustentabilidade e a viabilidade urbana. (TOPALOVIC, 2013)

Desta forma, como deve ser analisada a hinterlândia ou como ela deve ser estudada para fins de planejamento territorial? Segundo a arquiteta Milica Topalovic, a hinterlândia deve ser abordada a partir dela mesma e não a partir do ponto de vista urbano, de análise da periferia a partir do centro. Dessa maneira, para se observar a hinterlândia, a autora recomenda que a área urbana seja eclipsada temporariamente, denominando este método como o Método Eclipse. Somente quando a cidade é temporariamente obscurecida os territórios da hinterlândia podem ser adequadamente percebidos e analisados. (TOPALOVIC, 2015)

Aplicando esta metodologia ao município de Monte Alegre de Minas fica claro a extensão de sua área rural em comparação com a área urbana. Percebe-se como a hinterlândia do município é grande em relação ao pequeno ponto que a cidade representa. Da área de

2.595 km² de território municipal, apesar de a área urbana concentrar 74% da população, a área rural mantém parte significativa dos habitantes de MAM, sendo cerca de 26% dos 19.619 habitantes contabilizados pelo Censo de 2010, com uma densidade demográfica municipal de 8 hab./km². Além disso, por sua extensão, a hinterlândia concentra a maior parte da produção e recursos naturais do município.

Figura 62: Município de Monte Alegre de Minas analisado pelo Método Eclipse



Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

A cidade da antiguidade clássica geralmente era pequena, contida entre fortificações ou outros limites defensivos, administrativos e de fiscalização. Por muito tempo os limites das cidades foram claros, estabelecendo uma barreira entre o espaço “construído”, a cidade, e o “não construído”, o rural. No

Brasil, o limite entre o espaço urbano e o espaço rural permanecia claro até o período de industrialização e maior urbanização que aconteceu no decorrer do século XX. Com a industrialização e a evolução dos meios de comunicação, a cidade transbordou os perímetros previamente estabelecidos, diluindo a separação entre os espaços “construídos” e “não construídos” e acabando com a separação, antes clara, entre o urbano e o rural. Dessa forma, não mais existiria a cidade e o campo antagônicos, mas sim um *continuum*. (LAMAS, 1992)

“Se antigamente a intervenção do arquiteto se concentrava em limites precisos no interior de um perímetro urbano, hoje a sua intervenção alargou-se, não só em dimensão, mas também no campo da atuação, pela escala dos problemas que tem de enfrentar. A concepção da forma urbana mudou claramente de escala. E, logicamente,

a escala da concepção arquitetural também mudou: do espaço urbano bem delimitado e bem definido passou a todo o território como lugar de arquitetura.”

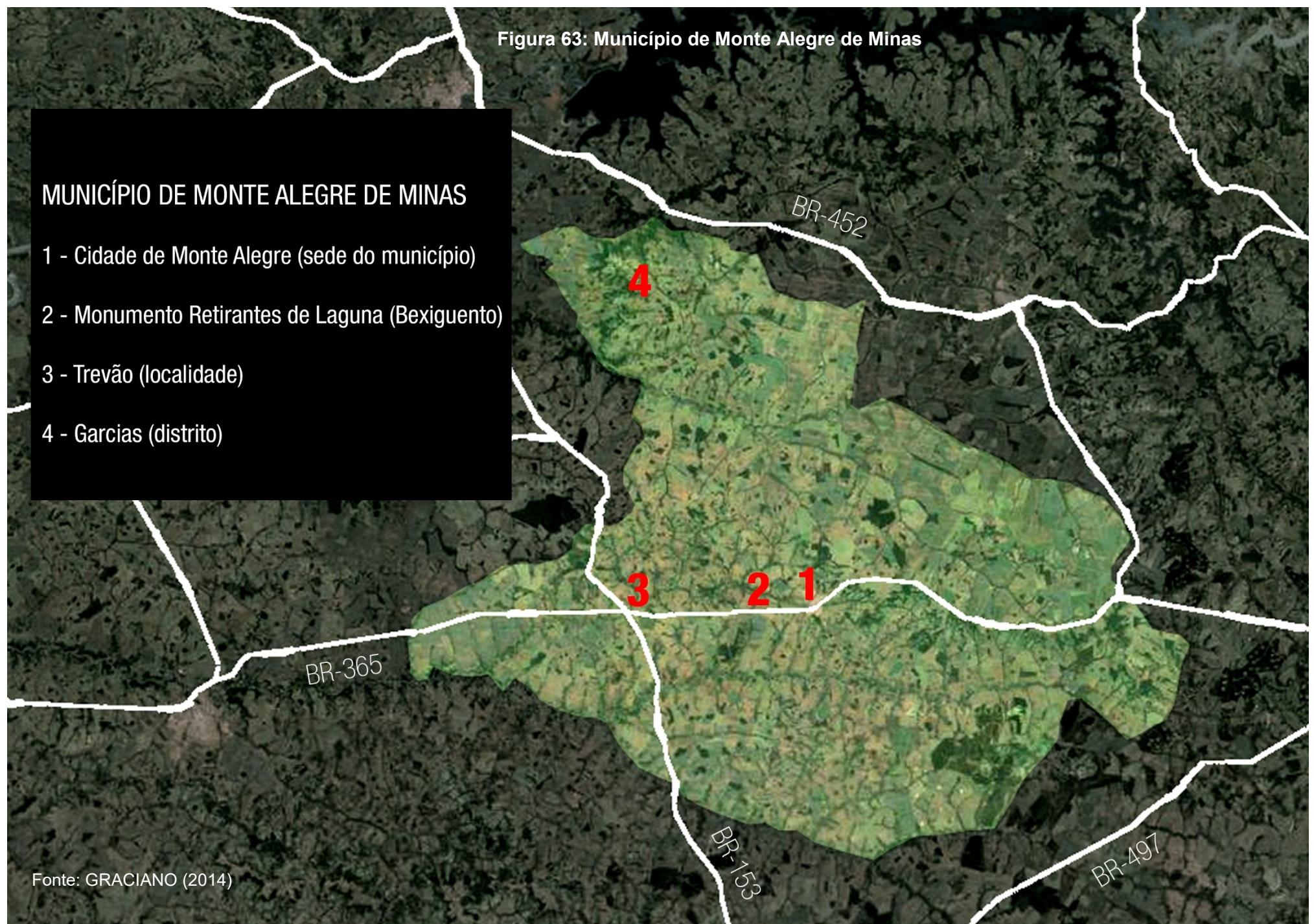
(LAMAS, 1992, P. 66)

Neste tópico, a urbanização no município de Monte Alegre é tratada para além da cidade e é abordado o espaço contido em seu território, explicitando sua estrutura morfológica e dinâmica espacial. Segundo o arquiteto português José Lamas, alargando-se a noção de forma urbana a todo o território, pode-se utilizar a noção de forma do território. Neste caso, o objeto e campo de estudo da morfologia será “a totalidade do território como lugar de transformações produzidas pelo homem, ou, por outras palavras, todo o território como lugar de intervenção da arquitetura.” A partir deste ponto de vista pode-se falar tanto em “produção morfológica da cidade” quanto em “produção morfológica do território” enquanto objeto de estudo e

intervenção dos arquitetos, considerando que o estudo morfológico da cidade e do território como um todo fazem parte de um mesmo processo com conteúdo e “metodologia de trabalho arquitetônico” idênticos. (LAMAS, 1992)

Entendendo a área municipal atual a partir da tese de Henry Lefebvre de urbanização difusa e estendida no território, Monte Alegre de Minas apresenta várias “urbanidades” em sua área rural, além de “ruralidades” em sua área urbana, havendo uma relação próxima entre o campo e a cidade. A seguir são descritos os principais locais da hinterlândia de MAM com uma análise do território municipal.

Figura 63: Município de Monte Alegre de Minas



2.4.1. Bexiguento

A descrição deste lugar trará uma contextualização histórica mais extensa, pois o Bexiguento é um local que está ligado à história do município e se vincula a fatos históricos do país. No século XIX, por volta da década de 1860, ainda nos primeiros anos da ocupação do que posteriormente veio a ser o município de MAM, chega ao Arraial de São Francisco das Chagas de Monte Alegre um grupo de cerca de seis soldados que partiram em retirada da Batalha de Laguna, na Guerra do Paraguai, devido ao adoecimento da tropa e ao abandono do campo de batalha pelo exército brasileiro. Os soldados estavam abatidos pela varíola, que na época não tinha cura e era chamada de bexiga brava por causa das bolhas que apareciam no corpo dos infectados. Os enfermos foram impedidos de entrar no Arraial pelo risco de contagio da doença e permaneceram a cerca de 5 km do povoado, onde morreram e foram sepultados, lugar que ficou conhecido como Cemitério dos Bexiguentos.

Figura 64: Bexiguento - imagem de satélite com Museu e Monumento, próximos à lagoa, e antiga Escola Rural, às margens da estrada de acesso



Fonte: Google Earth (2018)

Na década de 1960, com o centenário do episódio da Retirada de Laguna na Guerra do Paraguai e início do governo militar no Brasil, são construídos alguns memoriais e monumentos aos retirantes de Laguna e aos soldados voluntários da pátria no país. Monte Alegre não estava previsto entre os municípios contemplados com honrarias, o que foi reivindicado pelo historiador montealegrense Alaor Mendonça junto ao governo estadual e federal. A reivindicação foi atendida e foi construído um monumento junto ao Cemitério dos Bexiguentos, com inauguração em 1967. (DEPTO. DE CULTURA, 2009)

A área, que é fora do perímetro urbano e tem acesso através da BR-365, passou por várias fases, alternadas entre momentos em que era encarada como área de lazer e patrimônio cultural, com investimentos da prefeitura, e momentos de abandono, com falta de manutenção e uso.

Figura 65: Monumento aos Retirantes de Laguna



Fonte: Foto do Autor (2017)

Na década de 1990 a área era utilizada para lazer e houve a construção de uma escola de ensino técnico agrícola em tempo integral para jovens, denominada Escola Nelson Cardoso. A escola foi desativada no final daquela década, permanecendo sem uso até hoje. Em 2009, como parte das ações culturais feitas na cidade com financiamento da política do ICMS Cultural, é construído um museu que recebe o nome do historiador Alaor Mendonça. Para poupar custos, o museu é construído reaproveitando parte da estrutura da antiga

casa dos zeladores do monumento. A obra foi inaugurada, porém, nunca entrou em funcionamento devido ao espaço não possuir área de expografia apropriada. A sala de exposições é uma estrutura de metal, acrílico e vidro que impossibilita a exposição de obras e material impresso sem que sejam danificados pelo calor e luz solar. Além disso, o restante do edifício que seria utilizado como área administrativa é muito compartimentado e tem os cômodos pequenos devido ao reaproveitamento da pré-existência da antiga casa dos zeladores.

Figura 66: Museu Municipal em 2014 - ocioso desde sua construção



Fonte: Foto do Autor (2014)

Figura 67: Museu Histórico e Artístico de Monte Alegre



Fonte: Foto do Autor (2014)

Um projeto de 2005 da Prefeitura Municipal, em parceria com a AMVAP, propõe a criação de um distrito industrial no Bexiguento, na área mais próxima à rodovia BR-365. Este loteamento, distante 4,5 km da malha urbana do distrito sede, teria 25 lotes com média de 2.500 m² e um lote de mais de 17 mil m². O loteamento ainda não foi executado, porém, uma área foi doada pela Prefeitura para a indústria de piscinas de fibra de vidro Igui.

Figura 68: Bexiguento - imagem de satélite mostrando acesso pela BR-365 (abaixo) e a APP do Ribeirão Monte Alegre (acima)



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 69: Bexiguento - antiga escola agrícola



Fonte: Foto do Autor (2014)

Figura 70: Bexiguento - Entorno do monumento sendo utilizado pela população



Fonte: Foto do Autor (2014)

2.4.2. Distrito de Garcias

Único distrito de Monte Alegre de Minas, Garcias fica a 35 km de distância do distrito sede do município. O distrito de Garcias, que possui cerca de 160 habitantes, está situado às margens do córrego de mesmo nome, distante 35 km da sede do município.

O distrito tem esse nome devido a uma família que se estabeleceu ali, na propriedade da família Diniz, que era dona de muitas terras e cedeu o local para alguns de seus funcionários se fixarem. Posteriormente, na década de 1930, por meio de José Ferreira Diniz (Zequinha Diniz), fazem um loteamento para acomodar estas pessoas. Os lotes foram vendidos e são cedidos terrenos para a construção das igrejas católica e batista, bem como para a construção da escola. A escola e a igreja católica foram construídas na década de 1950 e a igreja batista é do início da década seguinte. (ESCOLA JOSÉ CABRAL, 1998)

Figura 71: Distrito de Garcias - antena de telefonia



Fonte: Foto do Autor (2018)

Atualmente o distrito, de seis quadras, é atendido por transporte escolar, que liga a sede municipal à Escola Municipal José Cabral Vieira e conta com alguns equipamentos públicos, como o Posto do Programa de

Saúde da Família e a quadra esportiva coberta. O cotidiano do distrito é animado pela escola, o pequeno comércio de vendas e bares, as quatro igrejas e as propriedades rurais as quais o distrito é limítrofe.

Figura 72: Distrito de Garcias - via com comércio local



Fonte: Foto do Autor (2018)

Figura 73: Distrito de Garcias - imagem de satélite



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 74: Distrito de Garcias - vista da rua de acesso com Escola e Posto de Saúde ao centro da foto



Figura 75: Distrito de Garcias - limite urbano-rural



2.4.3. Trevão e as rodovias BR-153 e BR-365

O entroncamento entre as rodovias BR-153 e BR-365, localidade denominada Trevão, é a localidade com maior fluxo de pessoas no município de Monte Alegre. A BR-153, antiga BR-14, é a principal ligação entre o sul e sudeste do país com Brasília, fazendo do Trevão de Monte Alegre “um dos pontos de maior movimentação dos fluxos regionais”. (GUIMARÃES, 2010)

O posto de gasolina, com restaurante e apoio aos caminhoneiros, foi inaugurado em 1958, aproveitando-se da movimentação causada com a construção da nova capital federal. O posto Trevão foi criado por Francisco Paulo, mais conhecido como Chico do Rivalino, e sua família, que vendeu o empreendimento à família Marques em 1968. (TREVÃO, 2018)

Há algumas casas no entorno deste entroncamento rodoviário de funcionários que trabalham no posto e em fazendas do entorno. A localidade é atendida por uma

escola rural de ensino fundamental (1º ao 9º ano) denominada Escola Nicanor Parreira, que com as obras de duplicação das rodovias e construção do viaduto da BR-153 sobre a BR-365, tem proposta de ser realocada. A realocação da escola ainda é incerta e depende de negociações entre o DNIT, a Prefeitura Municipal, o Posto Trevão e a Construtora Gomes Lourenço, responsável pela obra.

Figura 76: Trevão, rodovias e Ribeirão Monte Alegre na década de 1990



Fonte: Arquivo do Departamento de Cultura (2018)

A BR-365 é uma rodovia diagonal no território nacional que liga a região Nordeste ao Centro-Oeste e a BR-153, quarta maior rodovia brasileira e conhecida como Rodovia Transbrasiliana, é um eixo de circulação norte-sul no país, ligando o Estado do Pará ao Rio Grande do Sul, passando por Brasília. As margens destes dois eixos de circulação nacional criam a área mais bem integrada dentro do município de Monte Alegre, onde se localizam duas das quatro escolas rurais municipais¹³, além de pontos comerciais, como restaurantes e os pontos de venda de frutas e produtos locais aos que passam pelas rodovias, além de algumas pequenas agroindústrias e granjas de criação de animais.

Figura 77: Casas localizadas nas proximidades do Trevão



Fonte: Foto do Autor (2014)

¹³ Escola Municipal Nicanor Parreira, às margens da BR-153, e Escola Municipal Fernando Vilela, às margens da BR-365.

Figura 78: Trevão de Monte Alegre - projeto de duplicação e interseção das rodovias BR-365 e BR-153

TREVÃO DE MONTE ALEGRE

PROJETO DE DUPLICAÇÃO E INTERSEÇÃO DAS RODOVIAS BR-365 E BR-153

- Posto Trevão
- Casas Existentes
- Supermercado
- Córrego Monte Alegre
- Escola Municipal Rural Nicanor Parreira

Fonte: Elaborado pelo autor com base no projeto desenvolvido pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) e fornecido pela Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas



Fonte: DNIT (2014). Elaborado pelo Autor (2018)

Figura 79: Trevão de Monte Alegre - imagem de satélite



Fonte: Google Earth (2018)

2.4.4. Assentamentos da Reforma Agrária

Em Monte Alegre de Minas há sete associações de produtores que vivem em assentamentos da reforma agrária, distribuídas em três áreas no município. Todas as três áreas onde estão localizadas as associações foram adquiridas por meio da política federal do Banco da Terra, que comprava propriedades para fins de reforma agrária. As famílias das sete associações foram reassentadas no início dos anos 2000, no final do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

O tamanho dos lotes destas associações varia entre 2 e 2,5 alqueires mineiros, o que equivale a 9,7 e 12 hectares. A terra de uma família pode estar agrupada em um lote contínuo ou em duas áreas, uma para moradia e outra para produção. Algumas associações já testaram o modelo de produção conjunta, onde a terra de produção era comunitária e os lucros eram divididos entre todos os associados, porém, atualmente a produção é toda individualizada em todas as associações.

Apesar da produção ser individualizada, o financiamento da terra nesses assentamentos é feito em conjunto, com o pagamento feito por meio da associação. Esta regra fazia parte da política de financiamento do Banco da Terra e atualmente gera alguns problemas devido à inadimplência de algumas famílias e inclusive ao abandono de alguns lotes.

A produção das associações é variada e em alguns casos contempla mandioca e pimenta, que são vendidos para as fábricas de farinha do município; abacaxi e maracujá, que são vendidos para fábricas de doce, suco e distribuídos para supermercados ou direto para o consumidor final; hortaliças e requeijão, que são vendidos nas feiras da cidade, entre outros.

Atualmente, o município de MAM possui também uma invasão do MST, que desde 2014 ocupa uma fazenda de 728 hectares que havia sido perdida para o banco Sicob por motivos de dívida e incorporada às terras do INCRA, para reforma agrária. A invasão é denominada Roseli Nunes III em homenagem a uma integrante do

movimento assassinada em 1987 no Rio Grande do Sul. As 30 famílias que ocupam a área produzem milho, gado, hortaliças e feijão, que vendem em Monte Alegre e Uberlândia. Eles aguardam a regularização da terra, que está com processo em tramitação para que os lotes sejam divididos.

Figura 80: Assentamento com as associações APARMA II e Monte Sião



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 81: Assentamento com as associações Vale do Sol II e Montenápolis



Fonte: Google Earth (2018)

Quadro 2: Assentamentos Rurais de MAM (2018)

ASSOCIAÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	PRINCIPAIS PRODUÇÕES
APARMA I	2001	30 famílias	Leite; abacaxi; mandioca; guariroba.
APARMA II	2001	31 famílias	Leite; mandioca; requeijão; hortaliças.
AFAMAM	2001	10 famílias	Mandioca; eucalipto.
Asa Verde	2002	8 famílias	Leite; abacaxi.
Monte Sião	2001	22 famílias	Leite; pimenta.
Vale do Sol	2001	20 famílias	Abacaxi; maracujá; mandioca; hortaliças.
Montenápolis (APAC)	2001	20 famílias	Abacaxi; maracujá; mandioca; hortaliças.

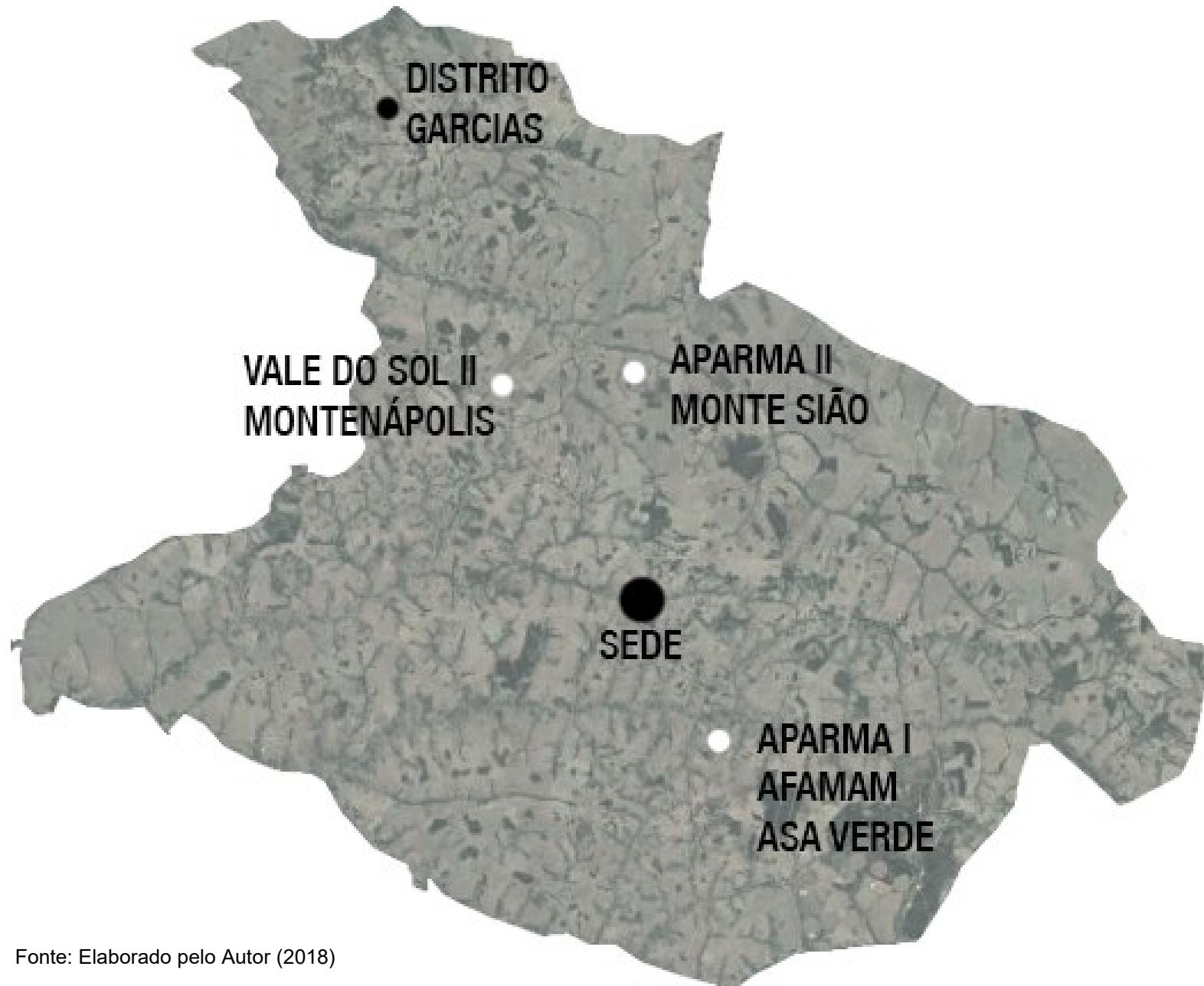
Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

Figura 82: Assentamento com as associações APARMA I, AFAMAM e Asa Verde



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 83: Município de Monte Alegre de Minas - Assentamentos Rurais (2018)



Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

2.4.5. Escolas Rurais

Monte Alegre possui quatro escolas fora de seu distrito sede, que atendem em conjunto, cerca de 390 alunos. Há uma escola em cada quadrante do município, uma ao norte, no distrito de Garcias, denominada E. M. José Cabral; uma na parte rural sul do município, denominada E. M. Leandro Marquês; e duas às margens das rodovias: uma a leste, às margens da BR-365, denominada E. M. Fernando Vilela e outra a oeste, às margens da BR-153, nas proximidades do Trevão, com o nome de E. M. Nicanor Parreira.

O município possui 14 escolas, sendo que 10 são localizadas no distrito sede e 4 estão distribuídas no território municipal. Das quatro escolas rurais, cada uma atende a uma parte do município, abrangendo um dos extremos do território municipal. A população rural que vive nas proximidades da sede municipal é atendida pelas escolas localizadas na cidade, mas a partir de um curto raio de distância é mais cômodo que o aluno se desloque até uma das escolas rurais, que

atende não só o Município de Monte Alegre, mas também alguns moradores da zona rural dos municípios vizinhos

Figura 84: Escola Rural Leandro Marquês, na área sul do município



Fonte: Google Earth (2018)

Quadro 3: Escolas Rurais do município de Monte Alegre

ESCOLA	LOCAL	ENSINO	Nº DE ALUNOS*
Escola Municipal José Cabral	Norte do município; Distrito de Garcias	Ensino fundamental e médio	135 alunos
Escola Municipal Fernando Vilela	Leste do município; margens da BR-365	1° ao 9º ano do Ens. Fundamental	193 alunos
Escola Municipal Leandro Marquês	Sul do município; área rural sul de MAM	1° ao 5º ano do Ens. Fundamental	55 alunos
Escola Municipal Nicanor Parreira	Oeste do município; Trevão, às margens da BR-153	1° ao 9º ano do Ens. Fundamental	110 alunos

*Dados de 2013 (GRACIANO, 2014)

Figura 85: Escola Rural Nicanor Parreira, nas proximidades do Trevão e às margens da BR-153



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 86: Monte Alegre de Minas - Escolas Rurais 2018

ESCOLAS RURAIS

1 Escola José Cabral

Local: distrito de Garcias.
Ensino fundamental e médio.
135 alunos em 2013.

2 Escola Fernando Vilela

Local: às margens da rodovia BR-365.
1º ao 9º ano.
193 alunos em 2013.

3 Escola Leandro Marquês

Local: área rural na parte sul do município.
1º ao 5º ano.
55 alunos em 2013.

4 Escola Nicanor Parreira

Local: Trevão, às margens da rodovia BR-153
1º ao 9º ano.
110 alunos em 2013.

● Cidade de Monte Alegre

Área de influência das escolas e da cidade



Fonte: GRACIANO (2014)

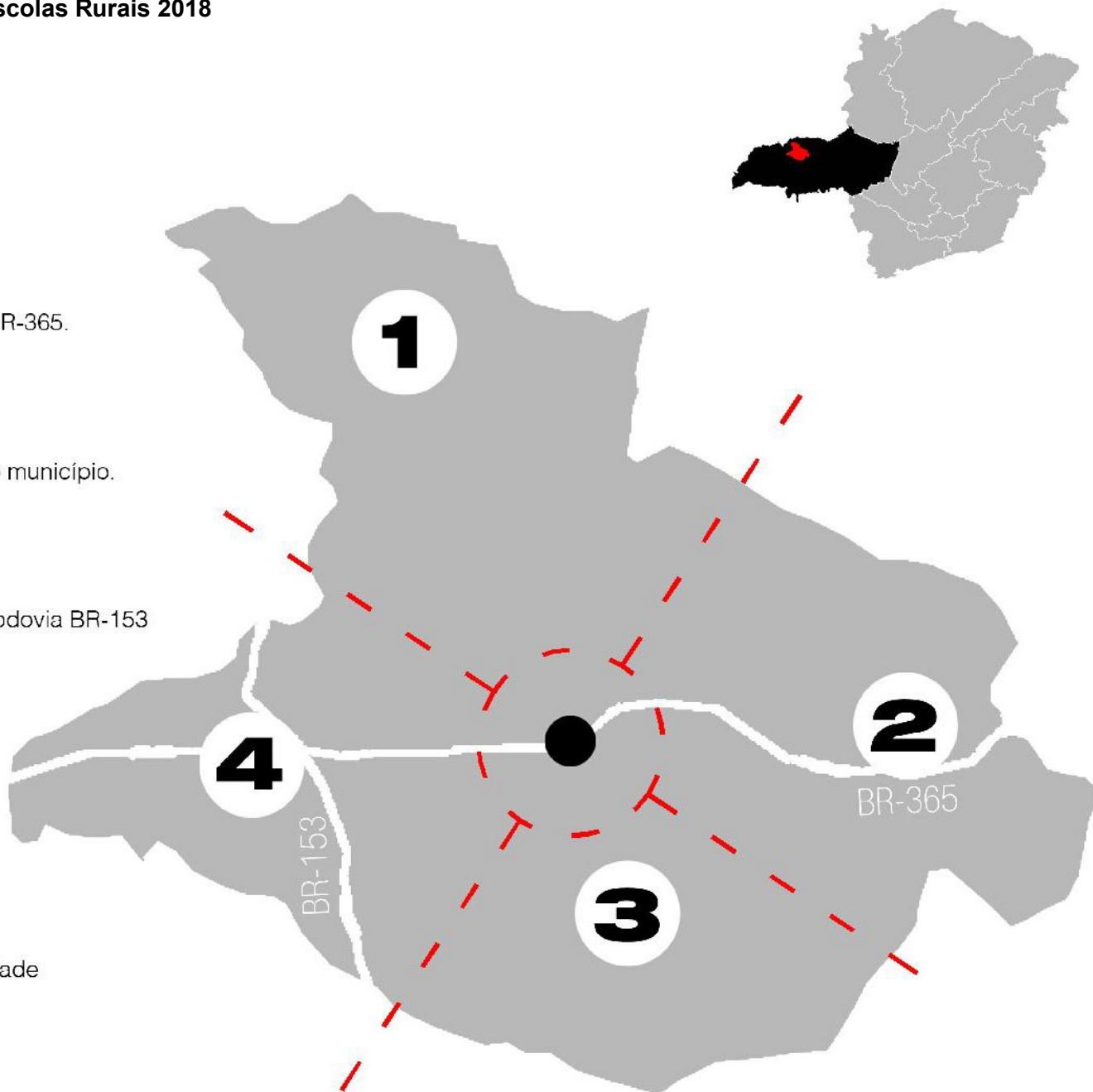


Figura 88: Escola Rural Fernando Vilela, às margens da BR-365



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 89: Escola Rural José Cabral, no distrito de Garcias



Fonte: Google Earth (2018)

Figura 87: Escola Municipal Rural José Cabral, 2014



Fonte: Foto do Autor (2014)

2.4.6. População e produção rural

Segundo o Censo Agropecuário (2017), o número de pequenas e médias propriedades rurais cresceu no país e em Monte Alegre. A grande maioria das propriedades rurais têm menos de 100 e 10 hectares e a principal produção no município é a pecuária, com a maior parte da área rural de MAM coberta de pastagem nativa e pastagem com manejo. Não há a presença de grandes empresas e multinacionais na área rural do município e produções que tem ganhado espaço recentemente são a silvicultura, a produção de grãos em pequena escala e granjas de animais (suínos e aves).

A população do campo, que segundo o Censo IBGE (2010), corresponde a 26% da população total do município é apontada pelo Censo Agropecuário (2017), que contabiliza aqueles que vivem no ambiente rural e trabalham com agricultura, como sendo formada em grande parte por pessoas maiores de 30 anos, com parcela significativa daqueles com mais de 60 anos, o

que demonstra um esvaziamento do campo por parte dos mais jovens.

2.4.7. Análise da hinterlândia de Monte Alegre de Minas

Por mais que o artigo 40 do Estatuto da Cidade defina que o Plano Diretor, enquanto instrumento de planejamento urbano e municipal, deva abordar todo o território do município, ainda há certa dificuldade em se analisar e propor objetivamente na área rural para além de diretrizes de preservação ambiental e de produção agrícola. O foco de boa parte dos Planos Diretores Municipais é a área urbana da cidade, enquanto a presença do espaço rural no planejamento municipal ainda é muito incipiente, sendo abordado somente como espaço produtor de agricultura ou de conservação ambiental. O campo como espaço de moradia, de reprodução social, de patrimônio histórico e arquitetônico e de trabalho das mais diversas áreas além da agricultura “não parece ter tanta relevância nos planejamentos municipais.” (MESQUITA, 2018)

Esta dificuldade em incluir o espaço rural enquanto espaço habitado no planejamento municipal se deve em parte por falta de representatividade da população residente no campo na elaboração dos Planos Diretores e pela ausência de informações e metodologias de abordagem do espaço rural. Para a análise desta pesquisa o município é abordado enquanto hinterlândia, ou seja, como um território que atende a uma certa centralidade, que neste caso é a cidade de Monte Alegre, uma “cidade local” que influencia e regula seu território circundante. Usa-se para a análise desta hinterlândia a metodologia da arquiteta Milica Topalovic (2015).

Como descrito anteriormente no item 2.4, Topalovic aconselha que a hinterlândia seja abordada a partir dela mesma, analisando as relações com a centralidade ou centralidades que a influenciam, mas analisando-a a partir de seu próprio território. Em relação à escala de abordagem, a hinterlândia é abordada pela autora em duas diferentes escalas: uma é a análise que examina

a hinterlândia da escala local à global, seguindo os fluxos dos recursos e bens produzidos e comercializados, enfatizando uma análise qualitativa em vez de uma análise quantitativa das transformações urbanas e suas relações. E a outra escala é a análise geográfica da hinterlândia, buscando ver as particularidades regionais que ali existem e as centralidades que influenciam nesta área, suprindo-a de serviços e comércio. (TOPALOVIC, 2015)

É gerada uma representação territorial das áreas urbanizadas, cultivadas, de fluxo de pessoas e mercadorias, entre outras, afim de se obter um documento cartográfico que não sirva somente como instrumento de representação e análise, mas que seja também um instrumento de projeto e planejamento.

Para abordar o mapa de sua tese, Topalovic diz que:

“O mapa de tese (...) não apenas representa a realidade existente; ele constrói ativamente a realidade. Neste sentido o mapa também é um plano, é

um projeto – pode ser entendido como ambos, análise e planejamento. É uma ferramenta para gerar conhecimento, mudar os termos de debate e criar consciência de potenciais urbanos que poderiam ser perseguidos. ”

(TOPALOVIC, 2015, p. 25)

Topalovic lança as seguintes questões para finalizar seu raciocínio sobre a análise da hinterlândia: O que é a relação entre as cidades e suas hinterlândias? Essa relação é sustentável? Como a urbanização da cidade reflete em sua hinterlândia? As hinterlândias produtivas poderiam ser imaginadas como partes das cidades, como no afresco em Siena que ilustra este trabalho (ver as imagens da Figura 5 à Figura 8)? As hinterlândias poderiam ser planejadas e projetadas? Como conclusão, a autora diz que a arquitetura tem um papel importante a desempenhar na pesquisa, descrição e visibilidade da reorganização industrial contínua dos territórios que circundam as cidades, e que o rural, o interior do território, não pode mais ser visto como

remoto, residual ou anacrônico: são territórios cruciais do capitalismo global e dos processos de urbanização, sendo necessária uma nova ética de visibilidade que se estenda das cidades para o interior. (TOPALOVIC, 2015)

Aplicando-se a metodologia de Topalovic em Monte Alegre de Minas têm-se dois mapas: um deles fazendo a análise dos fluxos locais e globais no território do município e outro que examina as particularidades da hinterlândia de Monte Alegre, suas centralidades e área de influência. O mapa de análise de fluxos mostra que o território municipal de Monte Alegre apresenta uma considerável área bem integrada regional e nacionalmente através das áreas que margeiam as BR-153 e BR-365, com a área de maior integração regional e nacional acontecendo no entroncamento destes dois eixos rodoviários, no Trevão. Além disso, o principal eixo de circulação local proporcionado por estradas corta o município de norte a sul criando um corredor central e uma área rural mais dinâmica e integrada

localmente. Este eixo criado pelas estradas rurais principais liga a sede municipal ao distrito de Garcias e está conectado à BR-153 ao norte e à rodovia BR-497 entre Uberlândia e Prata ao sul. Entre estas áreas ligadas a eixos de circulação nacional e local, no interior do território municipal, há as áreas rurais menos dinâmicas e mais isoladas do município.

Figura 90: Monte Alegre de Minas - análise da hinterlândia - fluxos

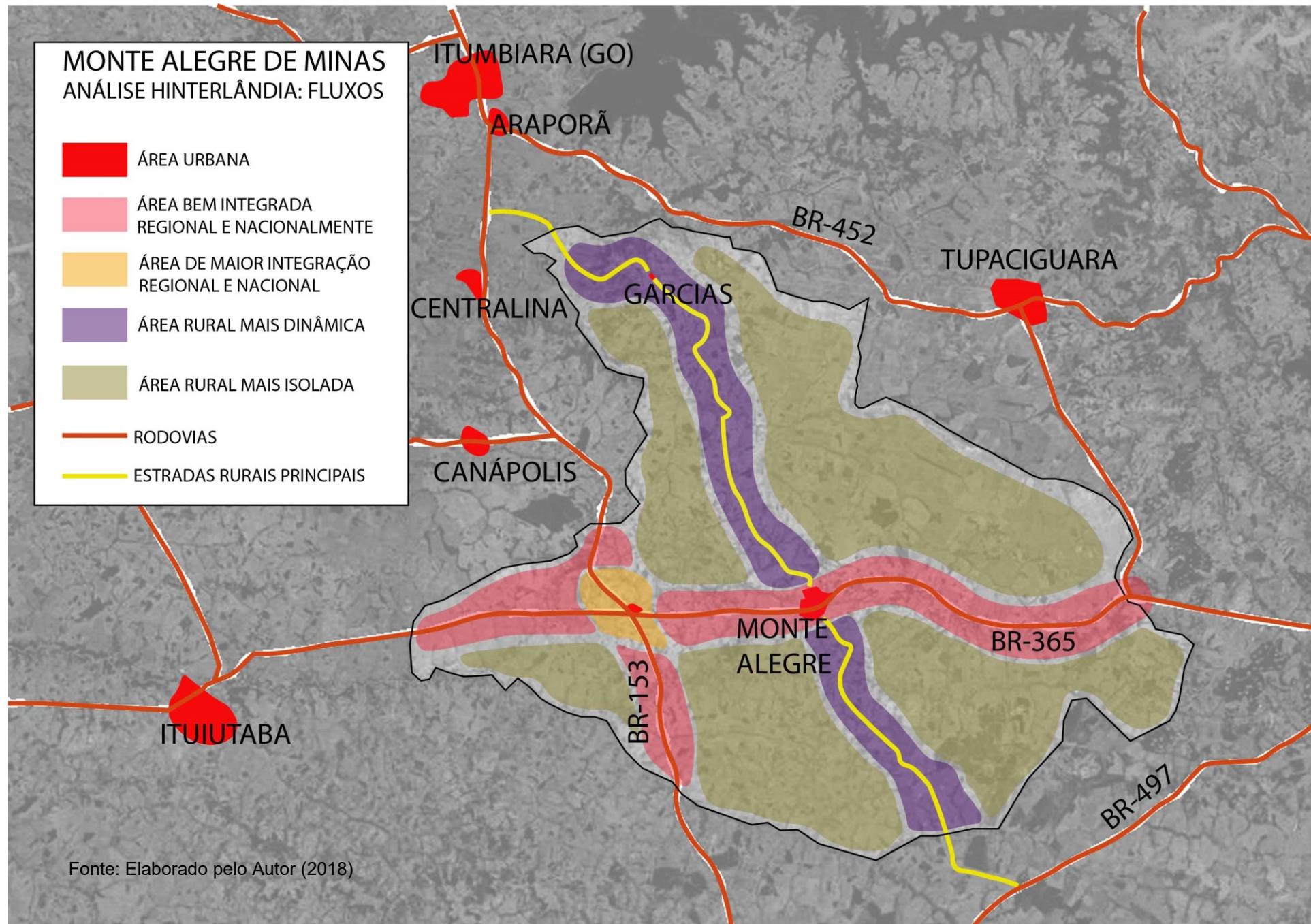
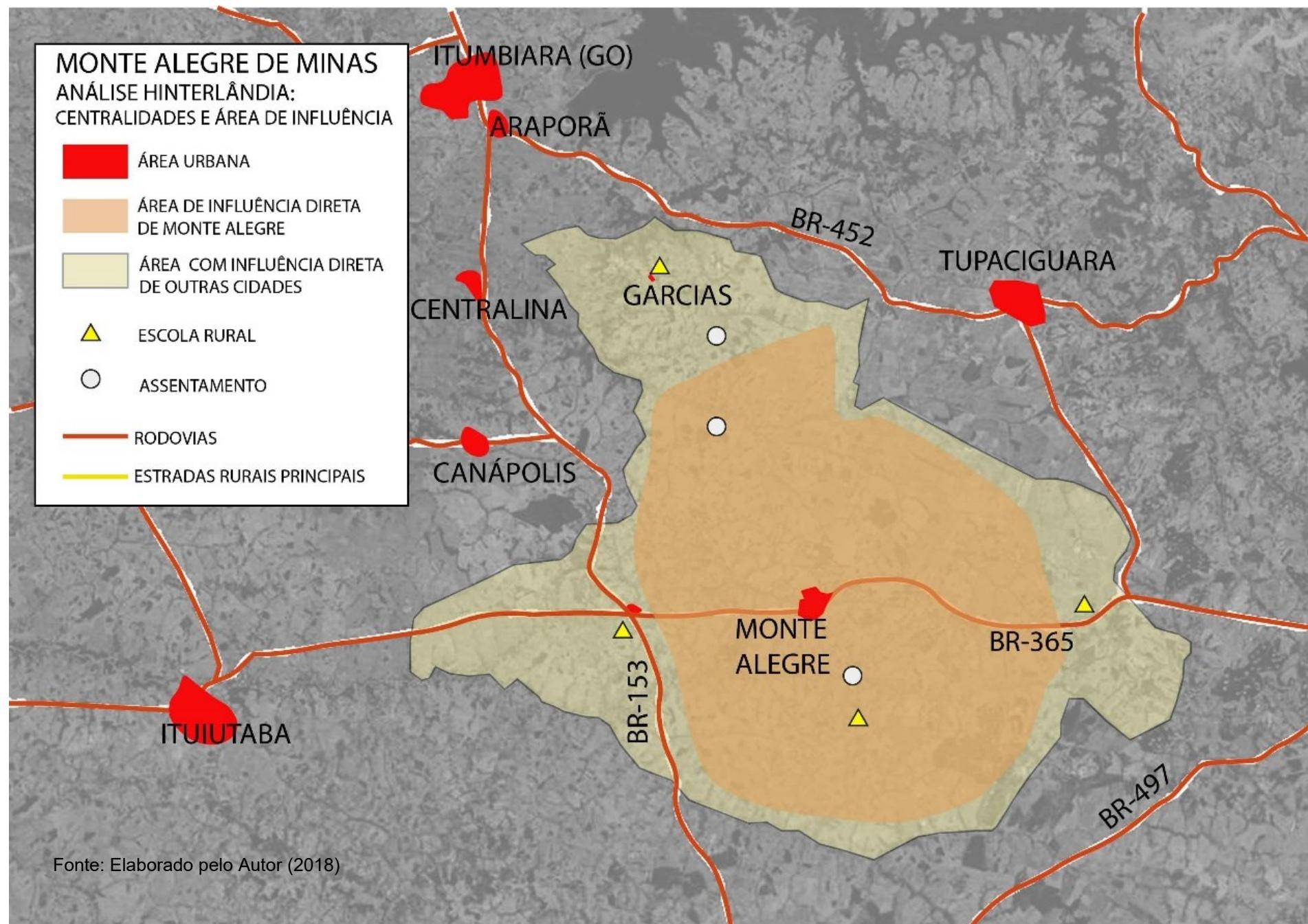


Figura 91: Monte Alegre de Minas - análise da hinterlândia - centralidades e área de influência



Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

Já o mapa de análise da hinterlândia de Monte Alegre, sua área de influência e centralidades mostra que a área de influência direta da cidade local, ou seja, a área influenciada pela sede do município, comprehende todo o território municipal, porém, em suas bordas a influência de outros centros são mais perceptíveis. Uberlândia e Ituiutaba, como capital regional e centro microrregional, influenciam todo o município e região, mas, além destes, percebe-se que a região municipal norte recebe influência de outras cidades locais e do Estado de Goiás devido à proximidade com as cidades mineiras de Centralina, Canápolis e Araporã e com a cidade goiana de Itumbiara. Sendo assim, o distrito de Garcias, na porção norte do município, está vinculado administrativamente a Monte Alegre de Minas, que também têm sua influência no suprimento de serviços e comércio ao distrito, mas também, recebe forte influência destas outras cidades, as quais estão muito mais próximas do que o distrito sede de Monte Alegre. A sede municipal de MAM está a 36 Km do Distrito de

Garcias, enquanto a cidade de Centralina está a 17 Km e as cidades de Araporã e Itumbiara estão a 26 Km de distância.

Cruzando-se as informações dos dois mapas percebe-se que todas as escolas rurais estão próximas das áreas mais integradas tanto localmente quanto regional e nacionalmente e contemplam cada uma um quadrante do município, sendo de fácil acesso para a população do entorno e podendo ser aproveitadas como centralidades de apoio para a população rural. Os assentamentos rurais também estão bem localizados, próximos ao principal eixo de circulação local da área rural do município. Nota-se também que a área de maior integração regional e nacional do município, o Trevão de Monte Alegre, é aproveitado comercialmente pelo posto de gasolina, restaurante e comércio de apoio aos viajantes, e poderia ser mais explorado logicamente devido a sua localização estratégica.

PARTE 3

**O TERRITÓRIO QUE SE TEM E O TERRITÓRIO QUE SE
DESEJA: diagnóstico e perspectivas**



Figura 92: Vista da cidade de Monte Alegre de Minas

Fonte: Foto do Autor (2017)

3.1. O espaço social que se construiu

Tendo em vista a análise do espaço municipal de Monte Alegre de Minas, da área urbana e rural, juntamente com sua relação com a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que tipo de desenvolvimento aconteceu? Como pode ser encarado o desenvolvimento da área urbana e da área rural do município? No espaço municipal, a população urbana e a população rural têm as mesmas oportunidades de acesso a serviços básicos como educação, saúde e lazer? Não há um consenso sobre o significado da palavra desenvolvimento e seu uso ainda é confundido frequentemente, com crescimento econômico. Contudo, o crescimento econômico nem sempre reflete na qualidade de vida das pessoas, os índices de desenvolvimento social vão muito além da capacidade produtiva de uma sociedade. O Prêmio Nobel de economia de 1993, Amartya Sen, define que o desenvolvimento está associado à liberdade e à ampliação da capacidade dos indivíduos de fazerem escolhas, o que remete aos conceitos de cidadania, de direitos

humanos fundamentais e do direito à cidade. Com o intuito de mensurar e estudar o desenvolvimento social, Sen desenvolveu, juntamente com Mahbub Ulhaq, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é calculado com base em dados econômicos e sociais como acesso à educação, saúde e expectativa de vida da população. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Monte Alegre é analisado neste tópico com o intuito de se discutir e mensurar quais foram os avanços do município nas últimas décadas, ligados às políticas e organização espacial descritos na Parte 2 deste trabalho. (SEN, 2000)

Embora se separe, para efeito de análise, desenvolvimento urbano de desenvolvimento rural, e ainda, desenvolvimento econômico de desenvolvimento social, um não acontece isolado do outro. Devido à complexidade do processo, para fins de estudo, existe essa separação. A necessidade de que “se isole mentalmente algo que, na realidade, nunca ocorre separadamente decorre do desejo de entender o processo de desenvolvimento”. Para entender os processos de desenvolvimento que acontecem em um determinado território

como um todo, usa-se mais recentemente o termo desenvolvimento territorial, que busca englobar os aspectos espaciais, sociais e econômicos do desenvolvimento, analisados a partir de um território específico, incluindo áreas urbanas e rurais de forma conjunta. (VEIGA, 2000)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é mensurado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e é composto por indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM em Monte Alegre de Minas evoluiu de 0,459 no ano de 1991 para 0,674 no ano de 2010, ou seja, houve uma melhora na qualidade de vida considerável, porém, apesar da melhora, saindo do que é considerado um desenvolvimento humano baixo, o índice aponta que o desenvolvimento em Monte Alegre é classificado atualmente como mediano, devendo avançar ainda em alguns aspectos. (PNUD, 2013)

Os pontos em que o município mais avançou foram no acesso à educação e na renda per capita média. Os jovens têm mais

acesso à educação e a renda aumentou. Em relação à educação, porém, nota-se que apesar do acesso à escola aumentar entre os jovens de até 13 anos, aqueles com 17 e 20 anos não acompanharam o mesmo ritmo de evolução para a conclusão do ensino fundamental e médio devido à evasão escolar. Ou seja, há acesso à escola, mas a população jovem mais vulnerável social e economicamente não conclui seus estudos. (PNUD, 2013)

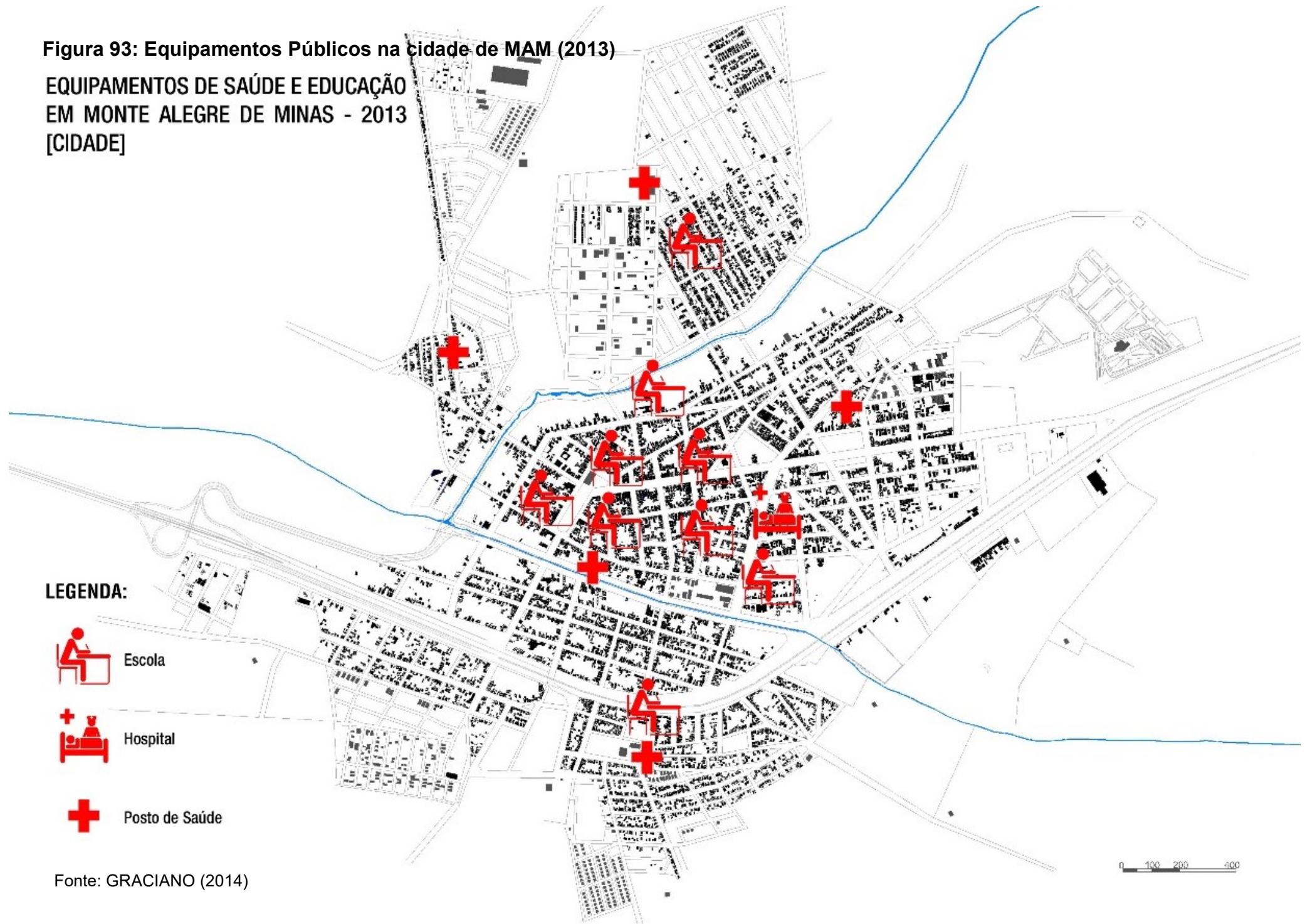
Tabela 2: Monte Alegre de Minas - IDHM entre 1991, 2000 e 2010

IDHM DE MONTE ALEGRE DE MINAS	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,459	0,596	0,674
Percentual da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola	27,77	75,26	79,63
Percentual da população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do fundamental ou que já concluiu o fundamental	36,57	70,82	83,80
Percentual da população de 15 a 17 anos com fundamental completo	17,95	55,10	49,85
Percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo	11,10	26,57	33,62
Subíndice de frequência escolar da população jovem - IDHM Educação	0,233	0,569	0,617
Percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental completo	18,20	24,94	36,13
Subíndice de escolaridade fundamental da população adulta - IDHM Educação	0,182	0,249	0,361
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação	0,215	0,432	0,516
Esperança de vida ao nascer	67,84	70,42	75,86
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Longevidade	0,714	0,757	0,848
Renda per capita média	402,17	445,54	619,10
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Renda	0,630	0,646	0,699

Fonte: PNUD (2013)

Figura 93: Equipamentos Públicos na cidade de MAM (2013)

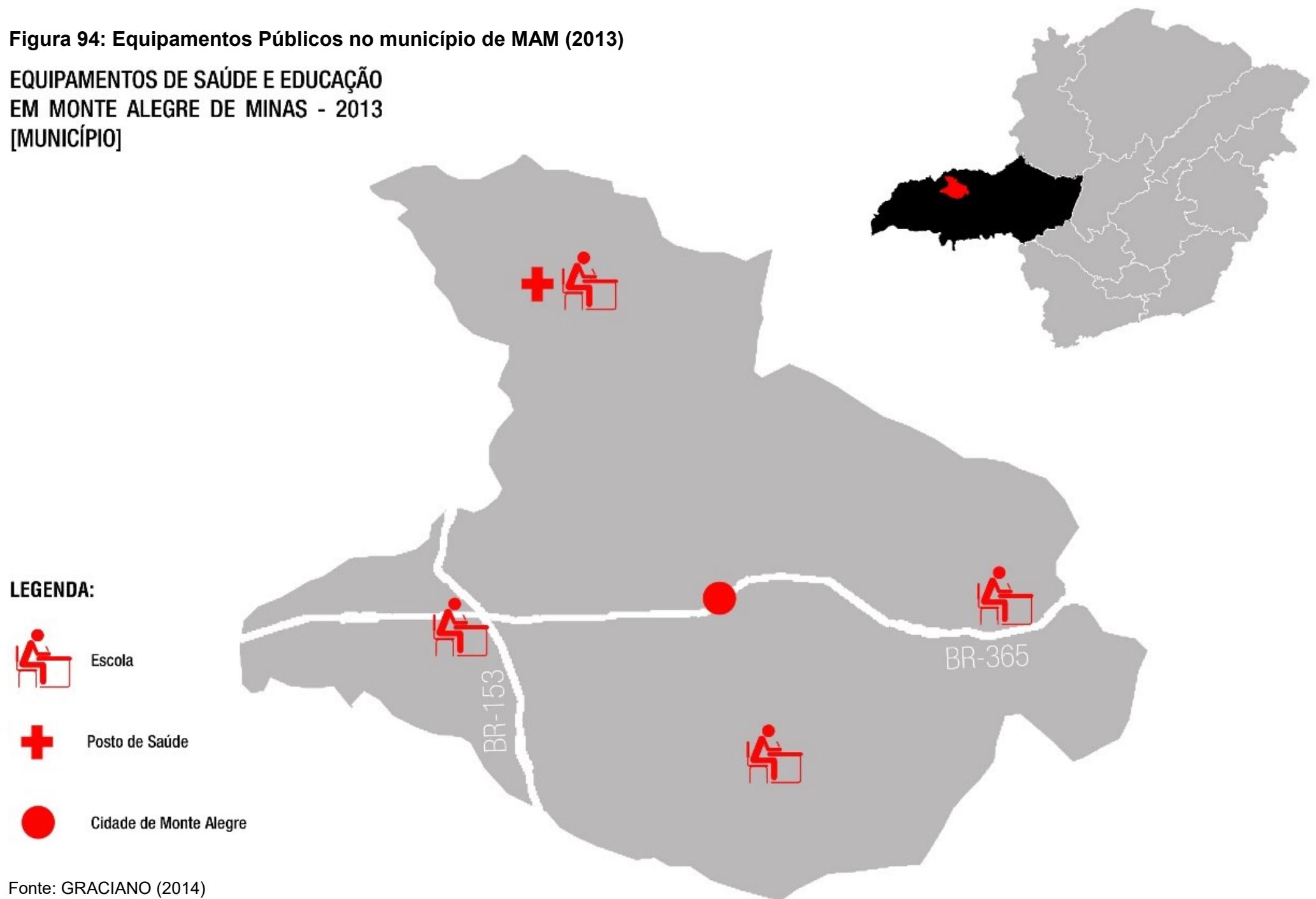
**EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
EM MONTE ALEGRE DE MINAS - 2013
[CIDADE]**



Fonte: GRACIANO (2014)

Figura 94: Equipamentos Públicos no município de MAM (2013)

**EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO
EM MONTE ALEGRE DE MINAS - 2013
[MUNICÍPIO]**



Fonte: GRACIANO (2014)

Analizando-se a distribuição de equipamentos de saúde e educação na cidade de Monte Alegre, percebe-se que há equipamentos em toda a área urbana, com uma clara concentração destes equipamentos na região central da cidade. Em relação ao município como um todo, há escolas espalhadas na área rural, atendendo cada um dos quadrantes do território e há um posto de saúde fora do distrito sede, no distrito de Garcias.

Houve um aumento significativo na distribuição de equipamentos públicos em Monte Alegre no início dos anos 2000 e o município soube distribuir suas escolas rurais para atender as áreas rurais mais afastadas do distrito sede. Os dados sobre a educação mostram que houve um aumento no acesso à escola. Em relação à desigualdade social, ao analisar o Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*, constata-se que nos últimos trinta anos a desigualdade diminuiu em Monte Alegre, havendo uma maior distribuição de renda. O Índice de Gini é utilizado para mensurar a desigualdade e varia de 0 a 1, em que quanto mais perto de 0 o índice estiver, mais equitativa

é a distribuição de renda. Em Monte Alegre este índice variou de 0,6150 para 0,405 de 1991 a 2010.

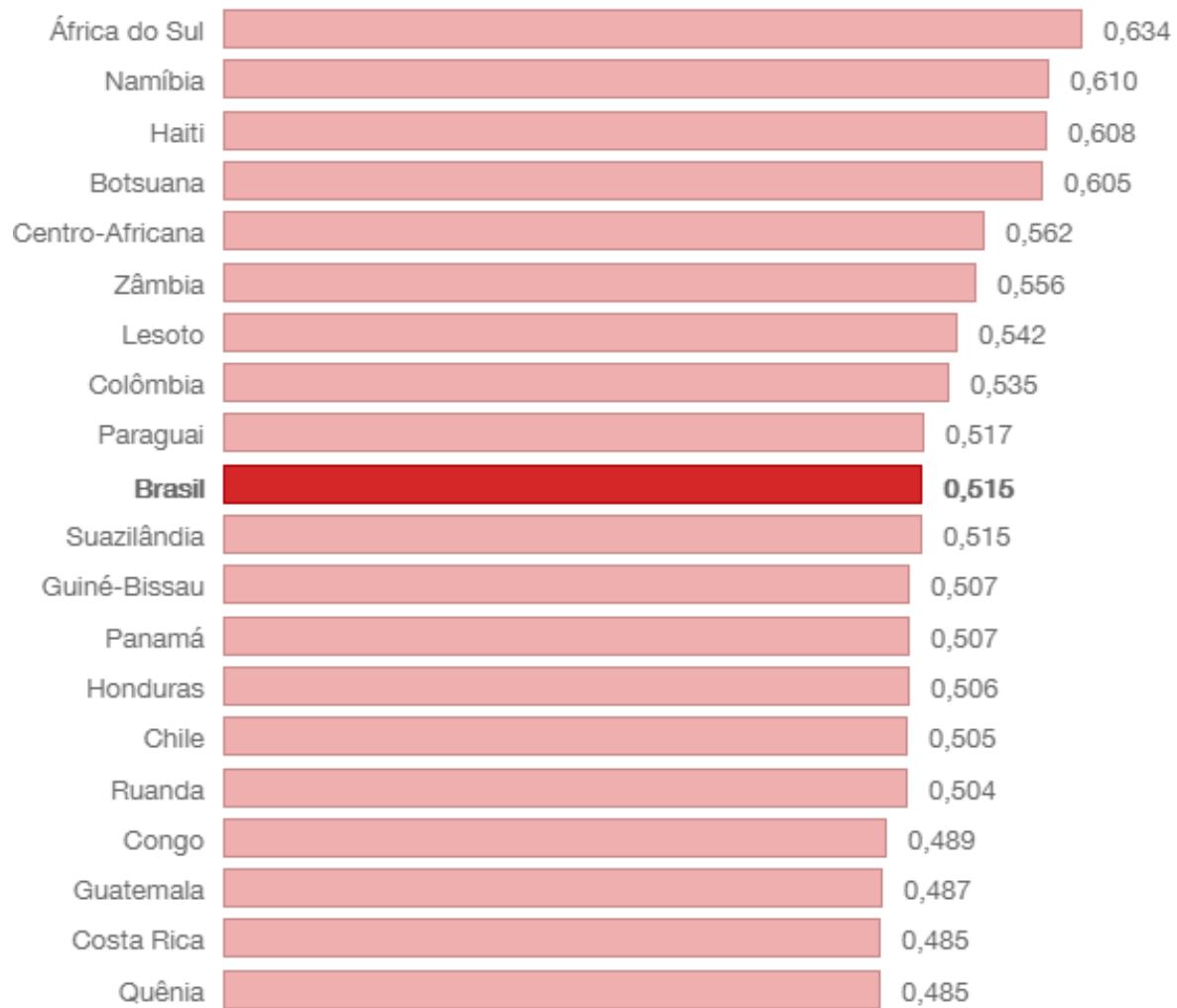
Tabela 3: Índice de Gini em Monte Alegre entre 1991, 2000 e 2010

Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i> em Monte Alegre de Minas	1991	2000	2010
	0,6150	0,5691	0,4905

Fonte: DATASUS - Ministério da Saúde, organizado pelo Autor, 2018.

Porém, apesar do avanço na distribuição de renda e no acesso a equipamentos públicos de saúde e educação, ainda há muito para ser alcançado. O país ainda é um dos mais desiguais do mundo, com Índice de Gini para disparidade de renda em 0,515. O indicador do município de Monte Alegre em 2010, de 0,490, embora menor que a média nacional, equipara-se com o índice de desigualdade do Congo, com índice em 0,489, e que juntamente com o Brasil, está no grupo de países mais desiguais do mundo. (CORRÊA, 2017)

Figura 95: IDH dos países menos desenvolvidos



Fonte: PNUD, 2013

Os ciclos de crescimento pelos quais passou a região do TMAP e o município de Monte Alegre foram fundamentais para que fosse atingido o desenvolvimento atual. A região se consolidou enquanto entreposto de ligação entre o sul e o centro-oeste do país e posteriormente viu o campo se modernizar e mecanizar para a produção agrícola em escala industrial. O desenvolvimento fomentado pela série de políticas públicas voltadas para a mecanização da agricultura e ocupação do cerrado na década de 1970 gerou crescimento econômico e alguns ganhos sociais, porém, também agravou a desigualdade e a concentração de renda e de terras. O território rural foi tratado durante muito tempo, por parte das políticas públicas, somente enquanto espaço de produção agrícola e “setor econômico”, a ação do Estado no espaço rural, encarando-o enquanto território habitado, com políticas públicas voltadas para a inclusão social e diminuição da pobreza é recente, com início em meados da década de 1990 com a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial ligada a esta pasta.

(MESQUITA, 2018)

Quadro 4: Brasil: síntese da evolução do desenvolvimento rural – 1970/2000

PERÍODO	CONCEITOS	ESTADO	POLÍTICAS PÚBLICAS	ANÁLISES
1970-1980	Revolução verde	Interventivo	Procuravam alterar o padrão tecnológico no meio rural brasileiro. Visavam a modernização da agricultura e a inserção dos produtores no mercado produtivo.	Discursos e ideias desenvolvimentistas
1990	Agricultura familiar	Atuação do Estado minimizada; Ajuste estrutural e neoliberalismo.	Políticas públicas minimizadas e modificadas, voltadas à agricultura familiar.	Estudos sobre desenvolvimento rural saem de enfoque. Expansão de estudos sobre a agricultura familiar.
2000-atual	Desenvolvimento local; Desenvolvimento territorial; Importância do conceito de território; Revalorização do mundo rural; Novo rural.	Interventivo	Políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, à reforma agrária, ao combate à pobreza e à promoção do desenvolvimento sustentável. Participação democrática na tomada de decisões	Retorno às discussões sobre desenvolvimento rural. Inclusão das dimensões: ambiental, social, econômica e cultural.

Fonte: MESQUITA, A. P. (2018)

As políticas voltadas para a área rural têm grande influência em municípios como Monte Alegre, impactando tanto a área urbana como a área rural do município. Não é por acaso que o município se especializou na produção do abacaxi a partir das décadas de 1970 e 1980 ou que todos os assentamentos de reforma agrária no município sejam posteriores à década de 1990, no início dos anos 2000. Como é observado no quadro desenvolvido por Mesquita (2018) as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural passaram de uma visão do rural enquanto “setor econômico”, com incentivo à produção em grande escala com a mecanização e modernização da agricultura, para uma abordagem que também começou a abranger os pequenos produtores rurais, a agricultura familiar e a produção voltada para o mercado de abastecimento local. Estes avanços refletem as reivindicações de movimentos sociais e grupos populares que “tiveram grande importância na busca pela democratização do espaço rural e na conquista por políticas públicas que realmente integrassem quem mais precisava”. Mas apesar destas conquistas, ainda há muito no que avançar para que o espaço rural se desenvolva levando-

se em consideração a população que ali reside, melhorando o acesso a serviços e a relação cidade-campo.

O que se discute atualmente a respeito da abordagem do planejamento é a extinção da divisão espacial entre centro e periferia e uma maior equidade de acesso a bens e serviços em todo o território. A divisão centro-periferia permite, para fins de estudo e pesquisa, uma melhor compreensão do espaço, porém, em relação à abordagem do planejamento territorial, considera-se que não deveria existir centro e periferia no século XXI e que o planejamento deve incorporar toda a área urbanizada, formada “por dezenas e até centenas de territórios que se formaram ao longo dos anos e que incorporam esforços de seus moradores, à margem da participação dos governantes”. Pode-se dizer que o planejamento no século XXI busque diminuir as desigualdades e tornar mais equitativo o desenvolvimento territorial, tanto na cidade (relação centro-periferia) quanto no território como um todo (relação cidade-campo). (FRANÇA, 2018)

O acesso à educação, saúde e lazer deve ser equitativo para todo o território, atendendo a população da cidade e do campo.

Os equipamentos públicos que viabilizam este acesso: a escola, a creche, o hospital e postos de saúde, são dispostos de acordo com a densidade populacional e relação de vizinhança, devendo ser de fácil acesso para toda a população.

Em municípios como Monte Alegre, que concentra parte significativa de sua população na área rural, é necessário que o território municipal seja planejado como um todo e que o espaço rural seja visto enquanto espaço habitado, não concentrando somente investimentos voltados para a produção agrícola. É preciso suprir o espaço rural de serviços e ampliar a conexão entre as áreas urbanas e rurais em pequenas cidades, que têm um papel fundamental no desenvolvimento do campo que as circunda. Porém, que ações podem ser implementadas para que isso aconteça?

3.2. Alternativas de urbanização para as pequenas cidades e possibilidades de futuro em Monte Alegre de Minas

Quais as alternativas para um planejamento territorial que leve em conta a complementaridade entre as áreas urbana e rural? A publicação da ONU-Habitat de 2017, intitulada *Implementing the New Urban Agenda by strengthening urban-rural linkages: leave no one and no space behind*¹⁴, chama a atenção para o fortalecimento das relações urbano-rurais, com especial atenção para as pequenas cidades. O documento reafirma que o discurso sobre urbanização deve afastar-se da dicotomia tradicional e antiquada de urbano e rural, encarando o território como um *continuum* que necessita ter políticas e ações que desenvolvam em paralelo o campo e a cidade a fim de reduzir as desigualdades. (ONU, 2017)

Segundo o relatório, mais de 85% das pessoas pobres do mundo vivem em áreas rurais. A ONU (2017) considera a urbanização como capaz de transformar e remodelar paisagens urbanas e rurais, tanto no sentido de impulsionar o desenvolvimento e reduzir a pobreza quanto no sentido de criar novas formas de desigualdade, impactos ambientais e divergências no desenvolvimento entre as áreas urbanas e rurais. Para que seja aproveitado o poder transformador positivo da urbanização, a ONU-Habitat indica a necessidade de “melhorar as ligações urbano-rurais para o desenvolvimento sustentável”, implementando a Nova Agenda Urbana e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas nestes territórios em que a relação urbano-rural é mais próxima, principalmente em pequenas cidades. A Agenda Urbana e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são documentos firmados pelos Estados-Membros das Nações Unidas com o objetivo de orientar boas práticas de desenvolvimento e urbanização. As relações urbano-rurais já

¹⁴ Em tradução livre: “Implementando a Nova Agenda Urbana, reforçando as ligações urbano-rural: não deixe ninguém e nenhum espaço para trás”

faziam parte da Agenda Habitat III redigida na Turquia, em 1996, e a Nova Agenda Urbana, firmada em Quito, Equador, em outubro de 2016, leva adiante e apoia as políticas e estratégias para o desenvolvimento urbano-rural integrado. Segundo o relatório, existem vários desafios, mas também muitas oportunidades para as relações urbano-rurais no território, sendo a urbanização rural, o fortalecimento de cidades pequenas e médias e o estabelecimento de centralidades de serviços no espaço rural “uma forma eficiente de fornecer meios adequados de educação, saúde e habitação para as populações rurais”.

Para o fortalecimento das relações urbano-rurais e a implementação de um desenvolvimento territorial mais coeso, a ONU-Habitat identifica 10 pontos que influenciam as ligações do campo com a cidade a partir de diferentes perspectivas, apoiando a implementação da Nova Agenda Urbana em pequenas cidades e na área rural. São eles:

1. Aumento e facilitação do fluxo espacial de produtos, serviços e informações entre áreas urbanas e rurais

através de infraestruturas de transporte e conexão de informações;

2. Mobilidade e migração entre áreas urbanas e rurais: compreender as motivações, benefícios e desafios da mobilidade urbano-rural, assim como as implicações sociais, econômicas e ambientais do fluxo de pessoas em cada local;
3. Sistemas de segurança alimentar e uma “cadeia de sustentabilidade”, fortalecendo a agricultura familiar para o suprimento de alimentos tanto da área rural quanto da área urbana local;
4. Urbanização rural: o desenvolvimento de cidades pequenas e médias para dar suporte aos territórios rurais aos quais estabelecem estreita ligação;
5. O planejamento do *continuum* urbano-rural como forma de mitigar o desastre natural e humano do desequilíbrio ecológico e da desigualdade social;
6. Redução de impactos ambientais nas convergências urbano-rurais;

7. Planejamento regional e territorial para o desenvolvimento urbano e rural integrado;
8. Reforço da legislação, governança e capacitação de parcerias urbano-rurais;
9. Parcerias entre áreas urbanas e rurais; e
10. Investimento e financiamento inclusivos em áreas urbanas e rurais.

A ONU (2017) aponta que as cidades pequenas e médias têm papel importante para a área rural da região da qual fazem parte, fornecendo serviços médicos, educacionais, financeiros e administrativos, além de funcionar como “mercado” para a região, suprindo a área rural de bens, ao mesmo tempo em que a área rural supre a região de alimentos, sendo esta relação um fator crucial na segurança alimentar. Cidades pequenas e médias têm potencial para reequilibrar a rede de cidades e contribuir para o desenvolvimento territorial pois as tendências de urbanização preveem que a população destas cidades cresça continuamente. As cidades médias, com menos de 500.000 habitantes, deverão responder por 45% do aumento

esperado da população urbana do mundo e uma parcela das cidades pequenas crescerá em população, fazendo com que as cidades com mais de 100.000 pessoas aumentem em 170% até 2030. As cidades menores, por sua vez, têm seu crescimento populacional estagnado devido à migração. Porém, independente da escala, estas cidades pequenas e médias são, na maioria das vezes, os pontos mais acessíveis às populações rurais, atuando como uma ponte entre elas e as cidades maiores. Fortalecer o papel que cidades pequenas e médias exercem no território rural aprimoraria, segundo o relatório, o sistema de segurança alimentar e nutricional, o acesso à moradia, infraestrutura e serviços, e facilitaria ligações comerciais efetivas entre o urbano e o rural.

Figura 96: Gráfico com 10 pontos que influenciam a integração urbano-rural segundo a ONU (2017)



Entretanto, para que o melhor cenário de desenvolvimento aconteça, é preciso estar preparado e escolher o paradigma de planejamento correto para a rápida urbanização científicamente prevista. A falta de um planejamento regional e territorial para o desenvolvimento integrado das áreas urbanas e rurais irá aumentar a pobreza, fortalecer a desigualdade entre a cidade e o campo, expandir as favelas nas cidades maiores e trará um efeito negativo em questões como saúde e meio ambiente. Para que este cenário seja evitado, a ONU aconselha que é fundamental reforçar a coesão econômica, social, cultural e espacial através de estratégias e instrumentos de planejamento territorial para mitigar os desequilíbrios entre as áreas urbanas e rurais, enfatizando a abordagem de *continuum* urbano-rural. Esta abordagem de planejamento promove, segundo a publicação, um “desenvolvimento urbano e rural mais equitativo, equilibrado e integrado”, aumentando a coesão territorial e contribuindo para: melhorar a competitividade regional; aumentar a criação de empregos urbanos e rurais; estimular o desenvolvimento gerado pela função urbana; aumentar o acesso à informação e ao

conhecimento; reduzir os danos ambientais; desenvolver recursos energéticos sustentáveis; reforçar o patrimônio cultural (bens físicos, construídos e imateriais) como fator de desenvolvimento; e incentivar o turismo sustentável, principalmente na área rural, levando a melhores oportunidades de emprego. Para que a Nova Agenda Urbana seja atendida, o relatório também encoraja a implementação de planejamento regional e territorial que inclua planos regionais de desenvolvimento que estimulem interações entre áreas urbanas de todos os tamanhos e seus entornos periurbanos e rurais, apoiando o desenvolvimento de projetos de infraestrutura regional que estimulem a produtividade econômica sustentável, promovendo o crescimento equitativo das regiões em todo o espaço contínuo urbano-rural. (ONU, 2017)

A viabilidade de um planejamento que leve em consideração o *continuum* urbano-rural no Brasil está previsto no artigo 40 do Estatuto da Cidade (2001), que indica que o Plano Diretor Municipal deva abranger a totalidade do território do município, incluindo as áreas rurais no planejamento. Como, portanto, as

áreas rurais podem ser incluídas no planejamento para além da questão agrícola e de preservação ambiental, encarando-as como áreas habitadas? Este tópico apresenta estratégias de urbanização que vão de encontro ao que está sendo pensado para um planejamento territorial que vise o desenvolvimento mais coeso e que abranja a continuidade do espaço urbano-rural no território municipal.

Parafraseando uma frase do arquiteto Carlos Nelson dos Santos (1988), o planejamento e o urbanismo são necessários enquanto atividades propositivas, caso contrário, corre-se o risco “de ter gente filosofando inutilmente de um lado, enquanto, do outro, tudo acontece de qualquer maneira”. A arquitetura e urbanismo tem a capacidade de sintetizar a análise proveniente de outras áreas do conhecimento em uma ação que irá culminar na “transformação contínua do ambiente construído e do ambiente por construir”. Utilizando uma citação bem-humorada dos arquitetos portugueses Ivo Oliveira e André Tavares:

“Independentemente do quadrante em que se posicionam, os arquitetos partilham a convicção

profunda de auferirem de uma clarividência para a ação transformadora que mais nenhuma cultura profissional pode reivindicar. É uma posição relativamente próxima à da geografia, embora a geografia tenda à ação analítica ou descritiva. Os economistas sabem de economia, os geólogos de geologia, os sociólogos sabem do senso comum, os poetas fazem poesia, os políticos fazem das suas e, enfim, os arquitetos desenham a construção que há para construir” (TAVARES; OLIVEIRA. 2008, p.125)

Este trabalho, enquanto uma pesquisa da área de arquitetura e urbanismo, aborda possibilidades de planejamento territorial para pequenas cidades e seu espaço rural através de propostas para Monte Alegre de Minas, objeto de estudo aqui analisado. As propostas aqui tratadas levam em consideração as análises e dados levantados, e consideram a abordagem de continuidade urbano-rural e pontos elencados pela ONU (2017) e a Nova Agenda Urbana. O objetivo das propostas é compor um argumento estratégico que contribua para o planejamento de Monte Alegre e para a futura elaboração de seu Plano Diretor Municipal. O foco é estabelecer estratégias para a área

urbana e rural em conjunto, com diretrizes para levar a um desenvolvimento territorial coeso que garanta o direito à cidade e à cidadania a todo o município (área urbana e rural). As propostas de diretrizes e estratégias estão divididas em quatro grupos para melhor abordagem: 1) Fluxos e conectividade urbano-rural; 2) Centralidades no espaço rural; 3) O espaço intraurbano no planejamento territorial; 4) Integração com a hinterlândia e o espaço regional.

3.2.1. Fluxos e conectividade urbano-rural

Uma das recomendações da ONU (2017) para fortalecer a relação urbano-rural é aumentar e facilitar o fluxo espacial de pessoas, produtos, serviços e informações entre áreas urbanas e rurais através de infraestruturas de transporte e conexão de informações. Isto permite maior acesso da população que reside no campo a serviços que são concentrados na cidade como bancos, cartórios e outras atividades burocráticas, além de possibilitar maior integração entre a cidade e a área rural circundante, facilitando a circulação de alimentos e da

produção da agricultura familiar, de forma a auxiliar na segurança alimentar. O arquiteto e pesquisador Luiz Alberto Gouvêa (2012) aponta a questão de a área rural permanecer com uma “infraestrutura do século XIX” ao mesmo tempo que enfrenta “compromissos com o século XXI”:

“Com efeito, estradas do século XIX, por onde passavam os carros de boi, hoje são as mesmas, onde teimam em trafegar os pesados caminhões-tanque, com mais de oito toneladas de leite e aço. A legislação, por exemplo, que praticamente obriga o resfriamento do leite e o transporte em pesados veículos, é a mesma que não obriga o Estado a melhorar a infraestrutura.” (GOUVÊA, 2012, p. 12)

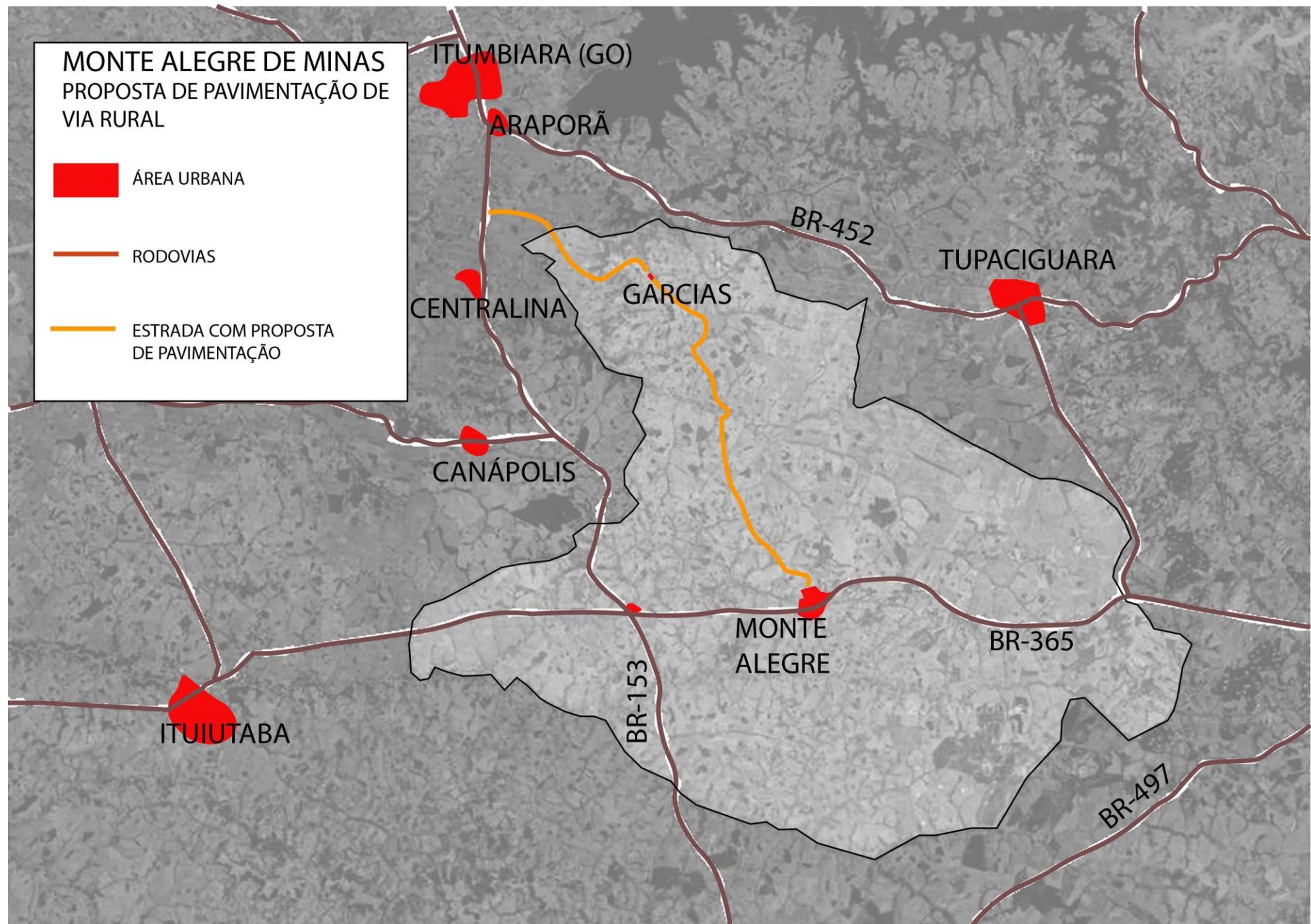
Além de facilitar a circulação de pessoas e da produção do campo, fortalecendo a segurança alimentar e a conexão urbano-rural, a melhoria da infraestrutura de transporte e conexão de informação é benéfica também para o patrimônio cultural e para o turismo, que pode ser viabilizado e garantir a preservação de áreas florestais e antigas sedes de fazenda e capelas rurais para o ecoturismo e turismo rural. Segundo a

ONU (2017), o incentivo ao turismo sustentável na área rural leva a melhores oportunidades de emprego e, se bem explorado, auxilia na preservação de recursos naturais e bens culturais.

Em Monte Alegre de Minas, como apresentado na Parte 2 desta pesquisa, há áreas mais integradas do espaço rural, próximas ao eixo principal de estradas do município. Este eixo de estradas concentra em sua proximidade as associações de pequenos produtores assentados, escolas rurais, parte significativa do patrimônio cultural imóvel da área rural (antigas fazendas e capelas) e garante a conexão entre o distrito sede e o distrito de Garcias. Propõe-se a melhoria desta conexão através da pavimentação asfáltica e sinalização deste eixo de circulação. A prioridade, em relação a este eixo de circulação municipal, é a pavimentação e sinalização do trecho entre a sede municipal e o distrito de Garcias, na porção norte do município. A estrada por onde hoje circulam diariamente estudantes e funcionários da segunda maior escola rural do município, que possui quatro das sete associações de produtores rurais assentados, e que corta parte significativa do

território municipal, não tem pavimentação e, apesar de contar com manutenção frequente, é de tráfego difícil por causa de trepidações e poeira. A necessidade de melhorar o tráfego neste eixo é reivindicada pela população e motivou o asfaltamento de um curto trecho com asfalto reciclado da obra de duplicação da BR-365. Porém, o trecho asfaltado compreende meio quilometro entre a ponte do Rio Piedade e o acesso à “Capela do Lobo”, como é chamada popularmente uma capela dedicada a Nossa Senhora que recebe anualmente uma festa que conta com procissão e cavalgada. A distância de 35 quilômetros que separa o distrito sede e o distrito de Garcias é um trecho considerável para ser asfaltado, sendo que, para sua viabilização é imprescindível a parceria entre governos municipal e estadual, assim como a destinação de parte dos recursos provenientes dos repasses do ICMS da cultura e do turismo, pastas que dispõem de verbas inclusive para a sinalização de locais de interesse cultural e turístico como as capelas e cachoeiras.

Figura 97: Monte Alegre de Minas – Proposta de pavimentação de via rural



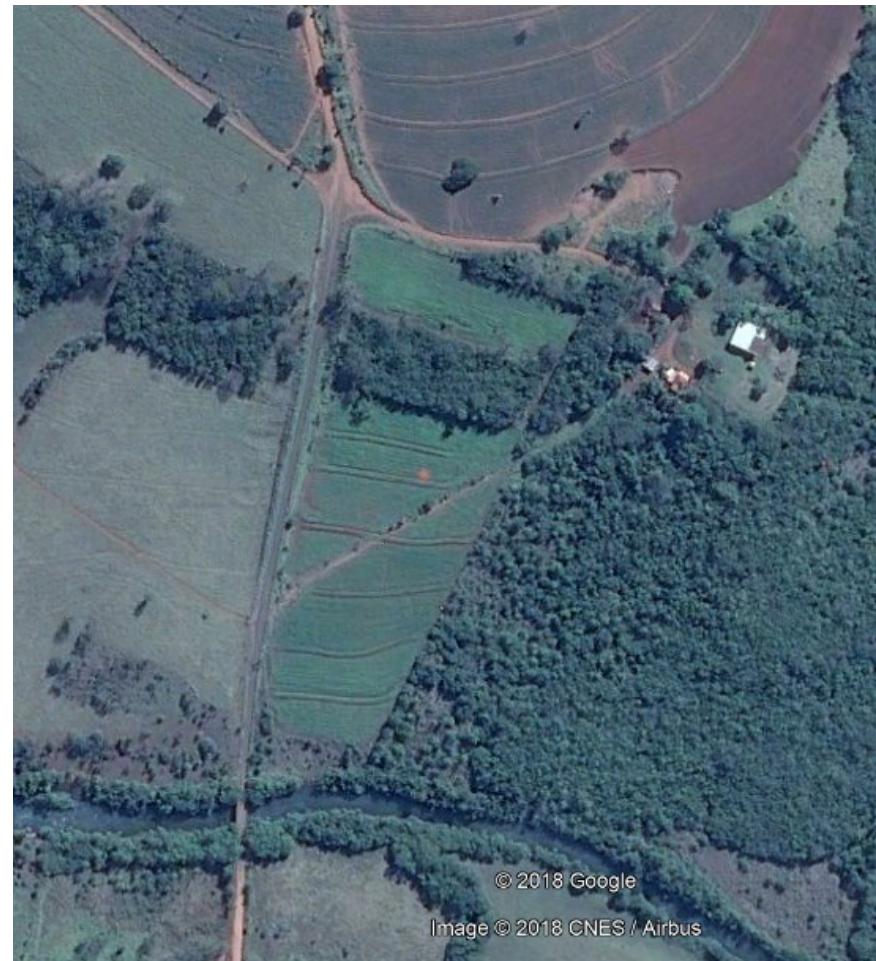
Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

Figura 98: Vista do trecho asfaltado da estrada entre o distrito sede e o distrito de Garcias



Fonte: Foto do Autor (2018)

Figura 99: Imagem de satélite do trecho asfaltado da estrada entre o distrito sede e o distrito de Garcias



Fonte: Google Earth (2018)

Este eixo de circulação na parte norte do município, além de conectar a sede municipal ao distrito de Garcias, pode conectar o distrito à BR-153, que dista 17 quilômetros do local. A parte sul do eixo de estradas municipais principais pode permanecer sem pavimentação, podendo ter pavimentação futuramente, mas não estando em prioridade, pois neste trecho a circulação de veículos é menor quando comparado com o trecho localizado ao norte do município.

Outra proposta para a melhoria do fluxo e conectividade urbano-rural no município é a extensão da Avenida Tancredo Neves, que margeia o Ribeirão Monte Alegre, até o monumento dos Retirantes de Laguna, esta via, aliada com o controle do perímetro urbano, tratado no tópico 3.2.3, possibilita a ordenação da expansão urbana no sentido oeste da cidade e viabiliza o monumento e museu dedicado aos Retirantes de Laguna, permitindo o acesso da população de modo mais facilitado. A proposta da via de ligação entre o Bexiguento e o município, às margens do Ribeirão Monte Alegre, também prevê a proteção da área que compreende a APP que margeia o córrego para a futura implantação de um

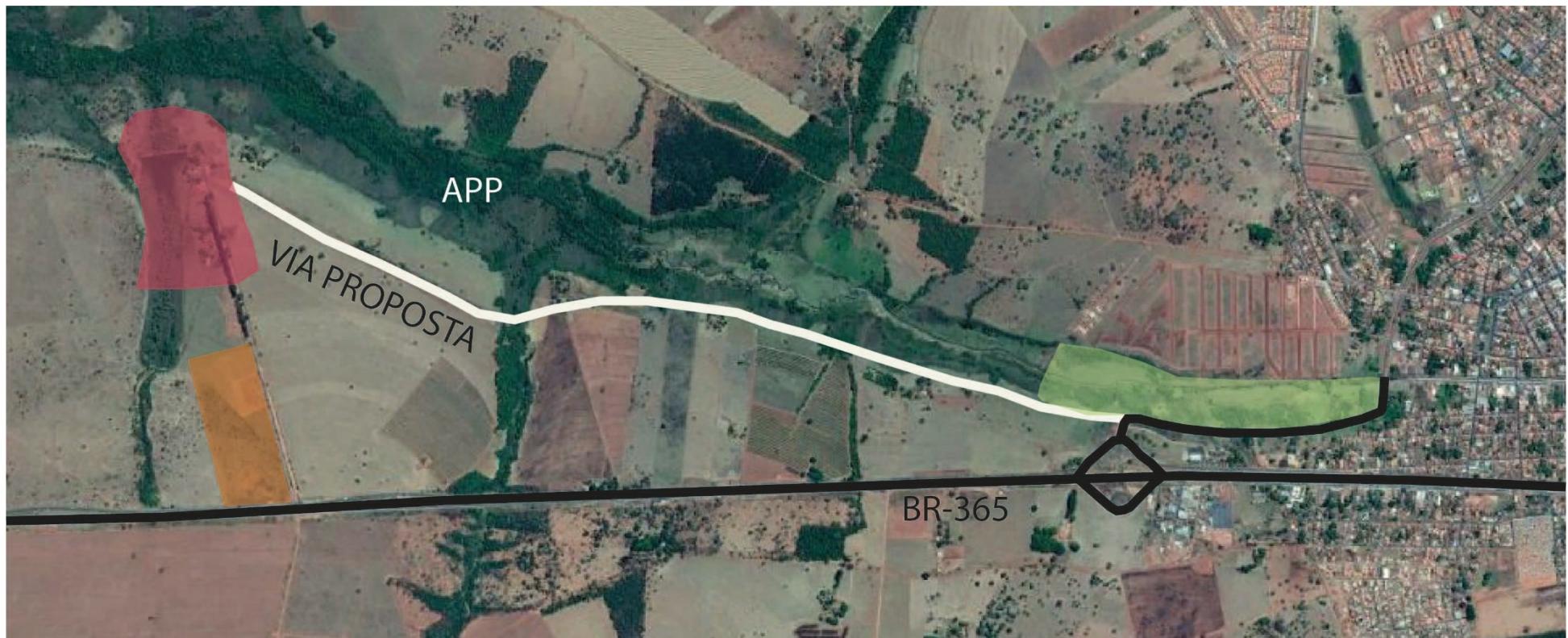
parque linear que se conecta ao local do monumento e museu, parque este que também é tratado no tópico 3.2.3.

Figura 100: Capela dedicada a Nossa Senhora Aparecida e salão de festas na área rural de Monte Alegre



Fonte: Foto do Autor (2017)

Figura 101: Proposta de via de ligação entre a cidade e o Monumento aos Retirantes de Laguna



LEGENDA:

- MONUMENTO E MUSEU DOS RETIRANTES DE LAGUNA (BEXIGUENTO)
- ÁREA DESTINADA À PRIMEIRA ETAPA DE IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR
- ÁREA ONDE HÁ PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE UM DISTRITO INDUSTRIAL

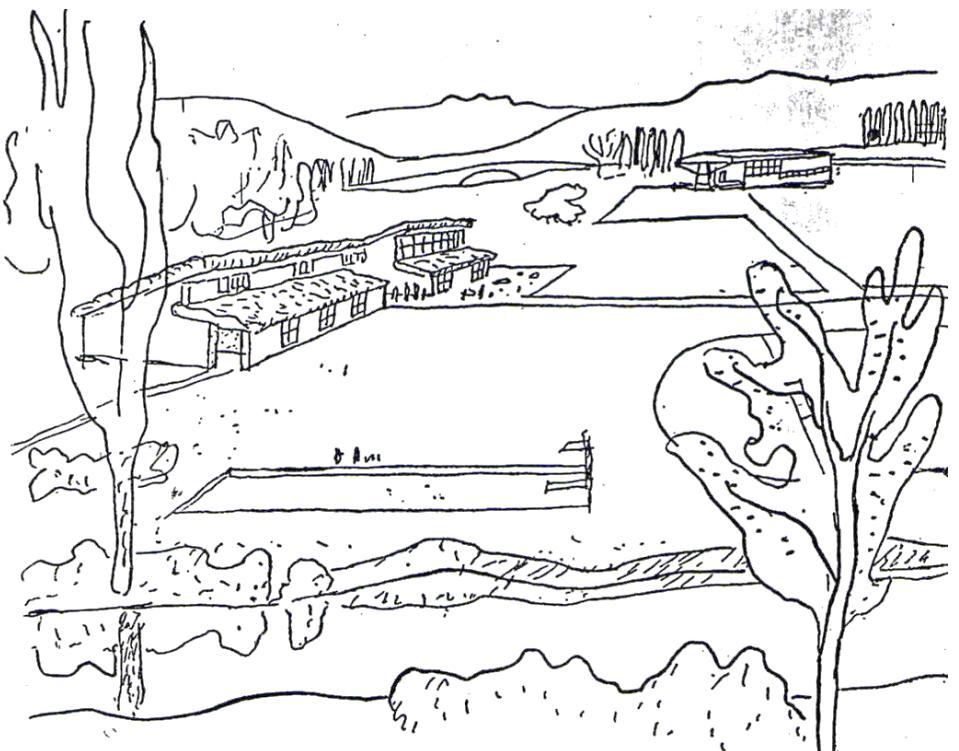
Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

3.2.2. Centralidades no espaço rural

No planejamento do *continuum* urbano-rural a ONU (2017) indica a criação de centralidades no meio rural, para além das pequenas e médias cidades. Esta proposta existe na discussão de arquitetos desde a metade do século XX. Le Corbusier (1955) defendia a criação de centros comunitários rurais que envolvessem educação e espaço para lazer, além de suporte para cooperativas de agricultores.

“Na minha opinião (com base na minha pesquisa sobre o assunto), os centros comunitários [rurais] permitiriam colocar fim à decadência da maravilhosa vida campesina e a restauraria com força total, já que esta nova organização daria uma vida moderna e cheia de vitalidade ao campo, de onde muitos fugiram, atraídos pelas vantagens duvidosas da cidade”. (CORBUSIER, 1955, p. 45, tradução nossa)

Figura 102: Croqui de Escola e Clube Rural propostos por Le Corbusier



Fonte: Corbusier (1955)

Atualmente, além da indicação da ONU para suprir o espaço rural de centralidades que auxiliem no fornecimento de serviços para a população que ali se encontra, há também arquitetos contemporâneos projetando estes espaços. O grupo de arquitetos e pesquisadores chineses *Rural Urban Framework*, ligados à Universidade de Hong Kong e citados a Parte 1 desta pesquisa, desenvolvem projetos para a área rural da China, propondo novos modelos de desenvolvimento rural que possibilitem a evolução social, econômica e espacial das aldeias onde se encontram, com projetos de arquitetura no qual atuam enquanto uma instituição sem fins lucrativos na implantação e reforma de escolas e centros comunitários rurais. Com seus projetos, os arquitetos do grupo buscam modelos alternativos e estratégias para as áreas rurais, priorizando o espaço público, os programas comunitários e o meio ambiente. (BOLCHOVER, LIN, 2013)

Figura 103: Escola primária de Mulan, projeto do grupo Rural Urban Framework



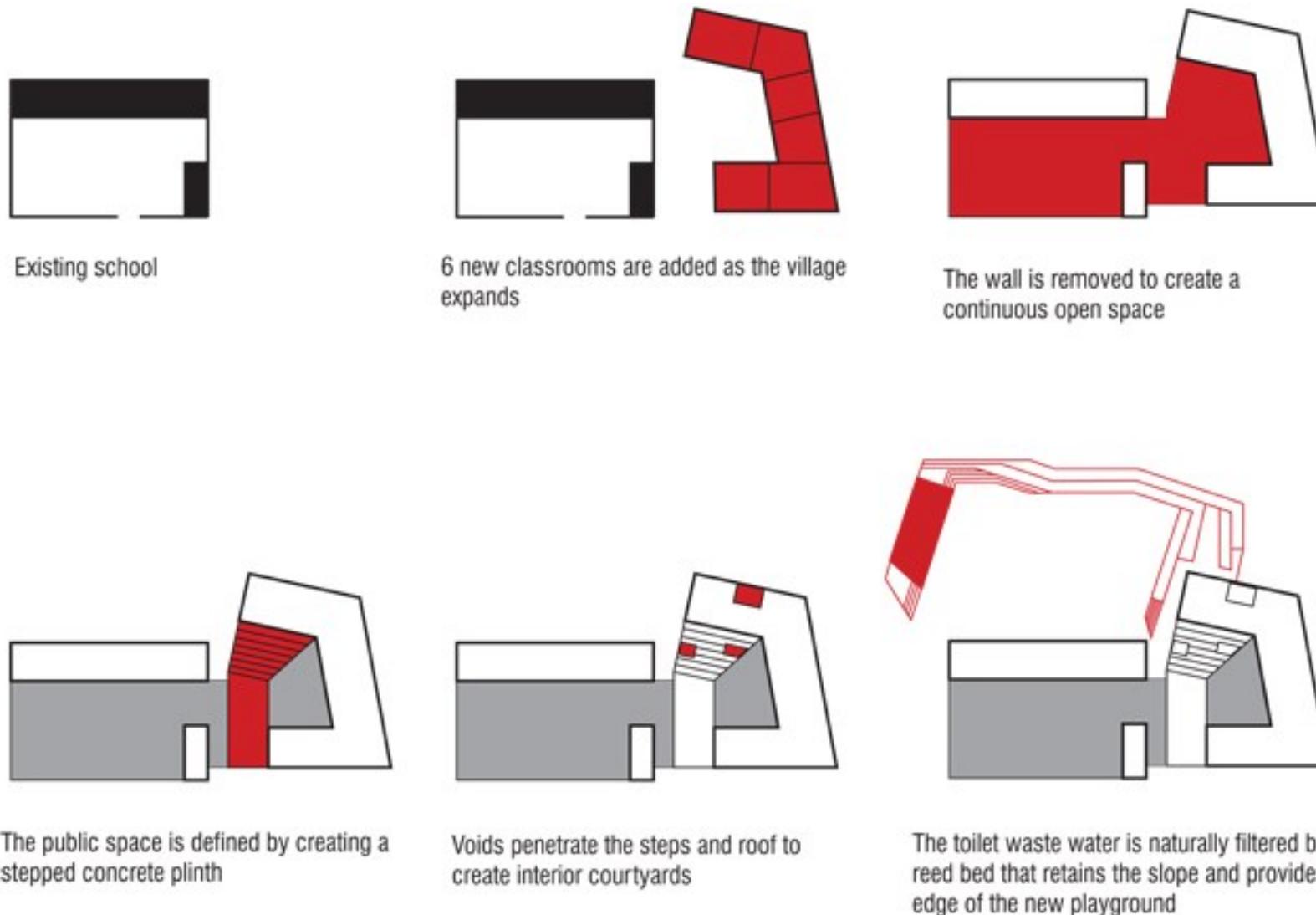
Fonte: rufwork.org

Figura 104: Maquete da Escola Primária de Mulan



Fonte: rufwork.org

Figura 105: Esquema do projeto para a Escola de Mulan



Exemplos dos projetos desenvolvidos pelo grupo chinês é o projeto da Escola Primária de Mulan, localizada na aldeia de mesmo nome, em que um anexo para a escola existente foi desenvolvido, criando mais salas de aula e a demarcação de um espaço público que serve como área de encontro e local de festividades para a população do entorno. A cobertura de parte do anexo cria uma arquibancada para o espaço público que pode ser aproveitado como sala de aula ao ar livre e dar apoio a apresentações de festas populares. Outro exemplo é o cento comunitário da aldeia de Shijia, denominado de *House for all seasons*, que consiste em um espaço de trabalho para dar suporte às mulheres do local. (BOLCHOVER, LIN, 2013)

Figura 106: Shijia House, projeto de Rural Urban Framework



Fonte: rufwork.org

Em Monte Alegre há uma boa distribuição de escolas rurais, com cada uma das quatro atendendo a uma extremidade do município. Visto a indicação da ONU (2017) de suprir o espaço rural de centralidades que atendam a população de serviços, propõe-se a abertura das quatro escolas rurais à comunidade, tornando-as equipamentos comunitários de cultura, esporte e lazer para a população do entorno. As escolas enquanto centros comunitários são abertas para a comunidade e criam praças no espaço rural, espaços públicos que abrigam festividades e reuniões, além de contarem com sinal de internet, atendendo também à indicação da ONU de conectar o campo através da informação. O primeiro passo para que as escolas tornem-se equipamentos comunitários abertos é dotar seu espaço de entorno como área pública que possa reunir a comunidade em festas populares e reuniões da comunidade local, principalmente no Distrito de Garcias. Fato que comprova a necessidade destes espaços no município é a ausência de espaço público de convívio no distrito de Garcias, que não conta com nenhuma praça.

3.2.3. O espaço intraurbano no planejamento territorial

No que se refere ao planejamento territorial do município, o espaço intraurbano de Monte Alegre teve, recentemente, um avanço com a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), de 2015, com o qual a presente pesquisa soma com propostas de revisão das áreas de implantação dos parques municipais propostos para controlar o escoamento das águas pluviais nos vales dos córregos que cortam a cidade, auxiliando na drenagem urbana. O principal objetivo destes parques é reduzir o escoamento superficial das águas pluviais e amortecer as cheias das bacias dos córregos urbanos, visando mitigar o acontecimento de enchentes. (PMSB, 2015)

O Plano Municipal de Saneamento Básico conta com metas de curto, médio e longo prazo para os sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de manejo de águas pluviais e de resíduos sólidos, estabelecendo diretrizes para o Aterro Sanitário, Estação de Tratamento D'água e Cooperativa de coleta seletiva, já implantados, e para a Estação de

Tratamento de Esgoto, que está com as obras em vias de conclusão.

Enquanto meta de curto prazo, para implementação até 2019, o Plano coloca o estudo de viabilidade de criação dos parques municipais inseridos na zona urbana, indicando possíveis áreas de implantação. A figura a seguir mostra a indicação dos locais para a implementação dos parques, localizados nas “adjacências dos setores não canalizados do Córrego Maria Elias (área 4) e de seu tributário sem nome (áreas 1, 2 e 3)”. O PMSB coloca também que os estudos de viabilidade prevejam leis municipais que proíbam a construção nas áreas predestinadas para a implantação dos parques e que sua implantação deva acontecer até o ano de 2023, como uma meta de médio prazo. (PMSB, 2015)

Figura 107: Locais indicados pelo PMSB como possíveis áreas para implantação de parques municipais (2015)



Fonte: PMSB (2015)

A Organização Não Governamental *Soul* do Mato, composta por pessoas de Monte Alegre e voltada para a preservação ambiental, reivindicou a implantação de um parque linear às margens do afluente do Córrego Maria Elias, em uma das áreas sugeridas pelo Plano Municipal de Saneamento Básico para a implantação de parques (área 1 na Figura 107). O afluente da bacia do Córrego Maria Elias, que até então não possuía nome, foi batizado pelo grupo como Córrego das Embaúbas, devido ao grande número de árvores dessa espécie no local. O projeto prevê que o parque leve o mesmo nome pelo qual batizaram o córrego e as ações são concentradas na recuperação e preservação da Área de Proteção Permanente do local. Foram feitos eventos para o plantio de árvores e uma proposta de delimitação do parque. A ação do grupo recebeu o “Prêmio Boas Práticas Ambientais – Águas Gerais” do governo do Estado de Minas, no dia 28 de junho de 2018, ficando entre as três melhores na categoria “Cidadão ou Grupo de Cidadãos” com a proposta do Parque das Embaúbas.

A ONG tem diálogo com a Administração Municipal e a proposta do Parque das Embaúbas está em processo de estudo de viabilidade. A proposta demarca o parque levando em consideração a área de APP, que devido ao tamanho do córrego, é de trinta metros em cada uma das margens, e o projeto contempla a recuperação da vegetação com espécies nativas do cerrado e a implantação de pistas de caminhada e equipamentos de ginástica ao ar livre, bem como o aproveitamento da represa existente com um deck de contemplação. A demarcação desta área de preservação e de lazer no espaço urbano de Monte Alegre por iniciativa da comunidade é muito positiva e esta pesquisa contribui com a observação da necessidade de se alargar a área do parque na região da nascente do córrego para que a APP atenda ao Novo Código Florestal que determina um raio de preservação de 50 metros em volta de nascentes e olhos d’água perenes. (BRASIL, 2012)

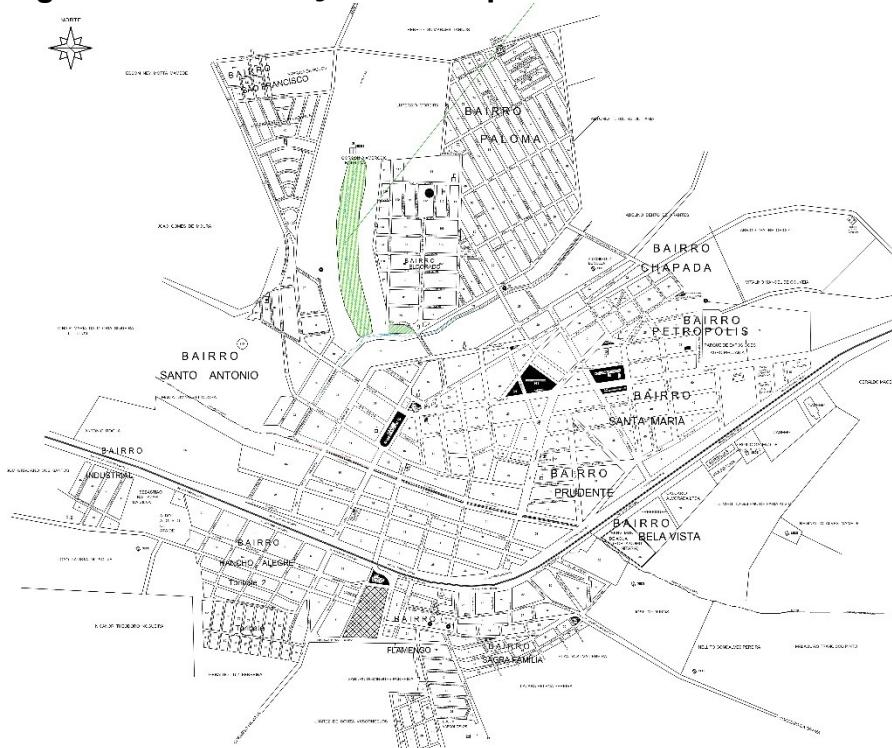
Propõe-se também a delimitação de outra área para a implantação de parque linear, a jusante dos córregos que cortam a cidade, no prosseguimento da Avenida Tancredo

Neves, que margeia o Ribeirão Monte Alegre. Esta área, a oeste da malha urbana, conta com um novo loteamento e é um vetor de crescimento da cidade. A delimitação da área para a implantação de um parque, juntamente com a proposta de prosseguimento da via que margeia o Ribeirão Monte Alegre até o Monumento dos Retirantes de Laguna, ordena a ocupação e crescimento da área urbana para esta região, garantindo a preservação da APP do córrego citado e ajudando no sistema de drenagem urbana. Esta medida deve ser acompanhada da revisão, por parte da Câmara de Vereadores, da delimitação do perímetro urbano, para que não haja um crescimento disperso da malha urbana ao longo da via proposta, onerando o poder público na implantação de infraestrutura em vazios urbanos. Recomenda-se que o perímetro urbano, a oeste da cidade, esteja a no máximo a 2,5 quilômetros da malha urbana, e não à distância atual de 4 quilômetros.

Recomenda-se também, a arborização da avenida Tancredo Neves, às margens do Ribeirão Monte Alegre, com a implantação de canteiros que funcionem como jardins de

chuva, permitindo a infiltração das águas pluviais no solo e auxiliando na drenagem urbana. Além disso, propõe-se a arborização da Avenida Toribaté, às margens do Córrego Maria Elias, e a delimitação de áreas verdes, ampliando-se o afastamento frontal dos lotes lindeiros à via.

Figura 108: Delimitação do Parque das Embaúbas



Fonte: ONG Soul do Mato

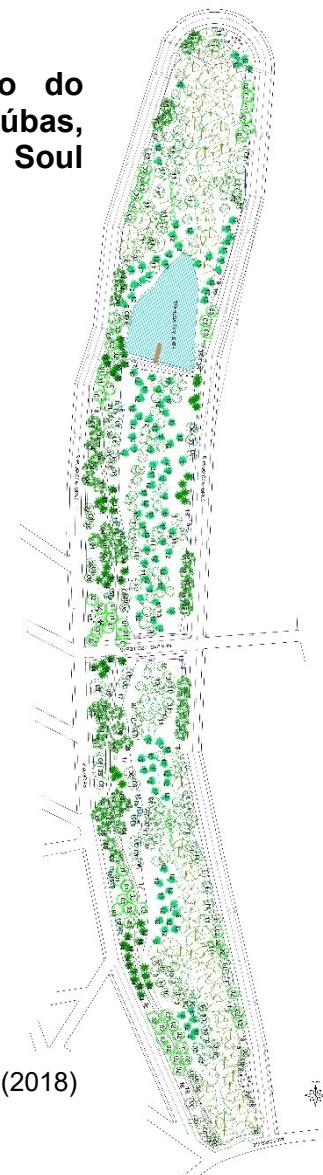
Estas propostas são estratégias que podem ser aproveitadas em discussões futuras sobre o planejamento do município, como na elaboração de seu Plano Diretor, quando o Censo de 2020 comprovar a obrigatoriedade da elaboração desta lei, que é obrigatória para municípios com mais de 20 mil habitantes. A evolução e crescimento das cidades é algo natural, porém, não pode acontecer sem controle algum. As transformações no espaço urbano devem ser controladas e previstas. A comunidade deve participar das decisões e o poder público deve regular a evolução do espaço urbano, para que as transformações não sejam apenas fruto da especulação do poder econômico (empreiteiras, construtoras, etc.). (LAMAS, 1992)

“A disciplina do urbanismo tem como objetivo dominar o território e os seus mecanismos de transformação: construir, adaptar ou conservar o espaço.

Todavia, entre a ambição do arquiteto e a possibilidade real de controle da cidade, vai uma grande distância, regida pelo jogo de forças econômicas, sociais, administrativas e outras que interferem na cidade.”

(LAMAS, 1992, p. 112)

Figura 109: Projeto do Parque das Embaúbas, proposto pela ONG Soul do Mato



Fonte: ONG Soul do Mato (2018)

Figura 110: Proposta de área para implantação de Parque Linear

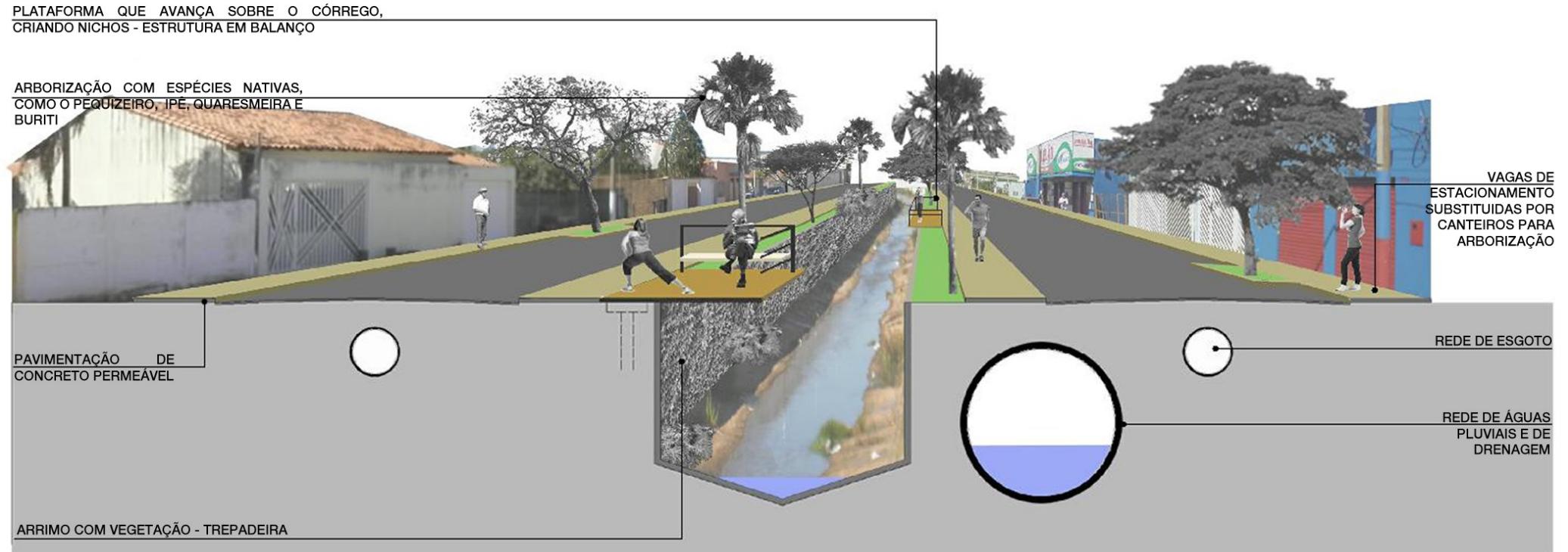


LEGENDA:

- MONUMENTO E MUSEU DOS RETIRANTES DE LAGUNA (BEXIGUENTO)
- ÁREA DESTINADA À PRIMEIRA ETAPA DE IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR
- ÁREA ONDE HÁ PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE UM DISTRITO INDUSTRIAL
- ÁREA DE PRESERVAÇÃO PARA FUTURA AMPLIAÇÃO DO PARQUE LINEAR

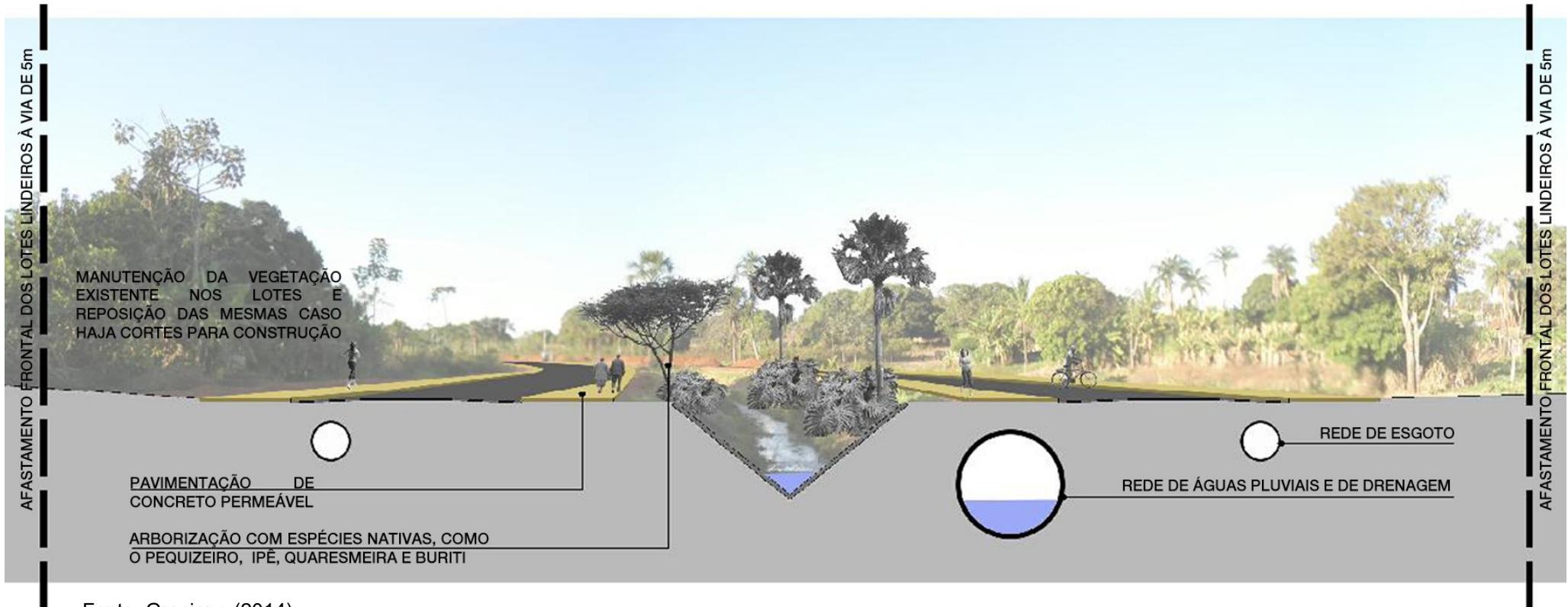
Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

Figura 111: Proposta para a Avenida Tancredo Neves (margens do Ribeirão Monte Alegre)



Fonte: Graciano (2014)

Figura 112: Proposta para a Avenida Toribaté (margens do Córrego Maria Elias)



Fonte: Graciano (2014)

Figura 113: Detalhe do projeto do Parque das Embaúbas proposto pela ONG Soul do Mato



Fonte: ONG Soul do Mato (2018)

Figura 114: Contribuição desta pesquisa para a delimitação da área do Parque das Embaúbas



Fonte: Elaborado pelo Autor (2018)

3.2.4. Integração com a hinterlândia e o espaço regional

Para a viabilidade do planejamento do *continuum* urbano-rural, a ONU (2017) aconselha o planejamento regional integrado em que toda a região pense seu planejamento territorial em conjunto e estabeleça parcerias estratégicas. Isto, em parte, já acontece em Monte Alegre, como no caso da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, que foi elaborado a partir do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (CIDES), ou de ações que são viabilizadas pela Associação dos Municípios do Vale do Alto Paranaíba (AMVAP). Recomenda-se o fortalecimento destas relações e o estabelecimento de parcerias regionais para suprir as hinterlândias dos municípios, que mesclam influência no território, atendendo não só sua área rural municipal, mas parte das áreas municipais dos municípios vizinhos, como a parte norte de Monte Alegre e o distrito de Garcias, que é mais próximo das cidades vizinhas

de Centralina, Canápolis, Araporã e Itumbiara do que do distrito sede de Monte Alegre. Além do planejamento municipal prever o planejamento da área urbana e rural do município, a complementaridade regional e a ajuda mútua entre as cidades de uma mesma região, desde as pequenas até as maiores, é fundamental para o planejamento do *continuum* urbano-rural.

3.3. Desafios para a arquitetura e urbanismo ao pensar alternativas de urbanizações para o *continuum* urbano-rural: projetar o interior para o século XXI

Avanços para a inclusão do espaço rural no planejamento aconteceram tanto por parte da discussão teórica e da abordagem do rural quanto espaço habitado, não o considerando somente como espaço produtor agrícola e de matérias primas, quanto por parte da visão do Estado, que começou a destinar políticas para a melhoria da qualidade de vida da população que vive no campo e, através do Estatuto da Cidade, prevê que o território municipal deve ser planejado em sua totalidade. O aprimoramento desta abordagem para a elaboração de políticas públicas e projetos de planejamento territorial depende de uma representação e entendimento do espaço urbano

brasileiro que seja mais próximo da realidade. Como a Parte 1 desta pesquisa mostra, o índice de urbanização dado pela estatística do IBGE (2010) no último Censo não leva a uma percepção real do país, que considera como urbana 84% de sua população, independente das características dos distritos onde as pessoas vivem. Uma representação mais próxima à realidade, como a metodologia proposta pelo IBGE (2017) para rever a classificação de municípios em urbanos, intermediários e rurais no Censo de 2020 pode levar a um grande avanço na elaboração de políticas e projetos que levem em consideração o território como um *continuum* urbano-rural, aumentando as chances de eficiência destas ações para um desenvolvimento social sustentável do interior do país.

O papel dos arquitetos e urbanistas, conforme mostra a primeira parte desta pesquisa, será o de redesenhar o território no século XXI, não só a cidade, mas todo o *continuum* urbano-rural. Cabendo, segundo Brenner (2016), uma “importante escolha ética”: intervir no

espaço de modo a colaborar na produção de “paisagens operacionais”, contribuindo para o “redesenho industrial das atividades extrativistas, agricultoras e logísticas”, favorecendo o acúmulo e reprodução do capital voltado para a exportação, ou, por outro lado, explorar novas formas de urbanização e reorganização do território fora das cidades, auxiliando na ampliação do direito à cidade por todo o *continuum* urbano-rural. Na prática, esta tarefa não é tão simples, pois levando-se em conta a divisão social do trabalho no território, para que seja possível chegar a um desenvolvimento mais coeso, tanto na área urbana quanto na área rural, além de suprir o território de alternativas de acesso e circulação de bens e serviços, é necessário repensar o redesenho das atividades extrativistas, agricultoras e logísticas, porém, de maneira mais sustentável e menos agressiva do ponto de vista ambiental e social. O planejamento do território é peça fundamental no desenvolvimento, mas não é capaz de mudar a divisão social do trabalho no território,

que depende de um “novo” ou “outro” modelo de desenvolvimento nacional, econômico e político. A quem interessa o esvaziamento das pequenas cidades e do espaço rural? A quem atende o aumento das periferias de cidades grandes e médias?

Como colocado nesta pesquisa, o prêmio Nobel de economia, Amartya Sen (2000) defende que desenvolvimento está na capacidade dos indivíduos de fazerem escolhas. O relatório da ONU (2017) para o fortalecimento das ligações urbano-rurais coloca pontos que são capazes de suprir as cidades pequenas e território rural circundante de acesso a serviços e diversificação de atividades que garantam a liberdade de quem desejar continuar a viver nestes locais com maiores condições e qualidade de vida. As alternativas mostradas para as pequenas cidades e o espaço rural, assim como as propostas que partiram da análise do município de Monte Alegre levam em consideração o planejamento do território visto como um espaço contínuo e são uma contribuição para a ampliação da

discussão acerca do planejamento de pequenas cidades e seu espaço rural. As estratégias para Monte Alegre contribuem também para nortear alguns pontos na futura discussão do primeiro Plano Diretor do município, com previsão para acontecer após o Censo de 2020.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009;

AMORIM FILHO, O.B. ; SENA FILHO, N. **A morfologia das cidades médias.** Goiânia: Ed. Vieira, 2005;

AMVAP (Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba): banco de dados. Disponível em: <www.amvapmg.org.br>. Acesso em 09 jun. 2018;

ARAUJO, Pedro Borges, SANTOS, Dulcineia Neves, BANDEIRA, Pedro. **The Disappearing City – The Industrial Revolution Runs Away.** in: TAVARES, André, OLIVEIRA, Ivo. **Arquitectura em Lugares Comuns.** Porto: Dafne, 2008;

BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia Izabel Miranda. **A tipologia regional das ruralidades brasileiras como referência estratégica para a política de desenvolvimento rural.** Raízes, v.35, n.1, p.21-33, jan.-jun./ 2015;

BLUME, Roni ; SCHNEIDER, Sergio . **Sobre a Delimitação do Rural: atualizando o debate sobre as metodologias que desmistificam o fim do rural no Brasil..** In: Marcelo Antonio Conterato; Guilherme Francisco Waterloo Radomsky; Sergio Schneider. (Org.). **Pesquisa em Desenvolvimento Rural:**

aportes teóricos e proposições metodológicas. 1 ed. Porto Alegre, 2014, v. 1, p. 205-226;

BOLCHOVER, Joshua, LIN, John, LANGE, Christiane (Org.). **Homecoming: contextualizing, materializing and practicing the rural in China**. Berlim: Gestalten, 2013;

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Triângulo**: capital comercial, geopolítica e agroindustrial. 1989. 189f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Regional) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989;

BRASIL. **Decreto-lei nº 311**, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: setembro de 2017. Texto original;

_____. **Estatuto da cidade : Lei n. 10.257, de 10 julho de 2001, e legislação correlata**. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009;

_____. Novo Código Florestal: Lei Federal nº 12.651/2012. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012;

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 316**, de 2009. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural, e dá outras providências. Disponível em: <www2.senado.leg.br/web/atividade/materias-/materia/92148>. Acesso em: setembro de 2017. Tramitação encerrada - Arquivada ao final da Legislatura (art. 332 do RISF);

BRENNER, Neil. **A hinterlândia urbanizada?**. Revista e-metropolis, Rio de Janeiro, nº25, ano 7, pág. 6-11. junho de 2016;

_____. **Teses sobre a urbanização**. Revista e-metropolis, Rio de Janeiro, nº19, ano 5, pág. 6-26. dezembro de 2014;

CORBOZ, André. **La Suisse comme hyperville**. dans Le Visiteur, n° 6, p. 115, 2002;

CORBUSIER, Le. El corazon como punto de reunion de las artes. *in:* ROGERS, E. N., SERT, J.L., TYRWHITT, J. **El corazón de la ciudad: para una vida más**

- humana de la comunidad.** Barcelona: Hoelpi, 1955, p. 41-52;
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades.** Revista Território. Rio de Janeiro: Laget/ UFRJ, 6(6):43-53, jan./jun. 1999;
- _____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, 30: 05-12, 2011;
- _____. **Estudo sobre a rede urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004;
- COUTO E SILVA, Golbery. **Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil.** 3^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981;
- Departamento Municipal de Cultura e Turismo. **Patrimônio Cultural: um retrato de Monte Alegre de Minas.** Monte Alegre de Minas: Prefeitura de MAM, 2009;
- DOMINGUES, ÁLVARO. (2010) **A rua da Estrada.** Dafne Editora, Porto;
- Entrevista com Paulo Mendes da Rocha. São Paulo: TV Cultura – Fundação Padre Anchieta, 10 de junho de 2013. Programa de televisão;
- Escola Municipal Rural José Cabral Vieira. **Garcias: Histórias e Tradições.** Monte Alegre- MG, 1998;
- FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna,** São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FRANÇA, Elizabete. **Os planejadores urbanos e a periferia.** Disponível em: <<http://www.esquina.net.br/2018/06/04/os-planejadores-urbanos-e-a-periferia/>>. Acesso em 20 de julho de 2018;
- G1, Notícias Triângulo Mineiro. **Última família com casa construída às margens da BR-365 deixa local para duplicação da rodovia.** Disponível em: <g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/ultima-familia-com-casa-construida-as-margens-da-br-365-deixa-local-para-duplicacao-da-rodovia.ghtml>. Acesso em 15 de julho de 2018.
- GRACIANO, Guilherme Silva. **Cidade e Cultura: planejamento do território e a relação urbano-rural em Monte Alegre de Minas.** 2013-2014. 124 f. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo)

- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014;
- GREGOTTI, Vittorio. **O território da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1975;
- GUERRA, Maria Eliza Alves. **Trajetória Profissional J.J. Coury e a difusão do ideário arquitetônico moderno no Triângulo Mineiro**. Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v. 5, p. 155-177, 2013;
- GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2010;
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Regiões de influência das cidades – 2007**. Brasília: IBGE, 2007;
- _____. banco de dados censo 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2015;
- _____. **Classificação e Caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017;
- IEPHA. ICMS Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/icms-patrimonio-cultural>>. Acesso em 18 de julho de 2018;
- IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil – volume 5 – Redes urbanas regionais: Sudeste**. Brasília: IPEA, 2002;
- KOOLHAAS, Rem 2014 **Rem Koolhaas in the country**. Disponível em: <www.iconeye.com/architecture/features/item/11031-rem-koolhaas-in-the-country>. Acesso em: 20 jan. 2017;
- _____. **Countryside**. 2012. Disponível em: <<http://oma.eu/lectures/countryside>>. Acesso em set. 2017;
- LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992;
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001;
- MANNA, Eduardo Della. **Broadacre City: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e ecologia**

social. Revista Vitruvius, on-line, São Paulo, v. 095. n.02. ano 08, abr. 2008. Disponível em: <vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/148>. Acesso em: set. 2017;

MARICATO, ERMÍNIA. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. *in:* ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000;

_____. **É a questão urbana, estúpido!**. *in* Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial ; Carta Maior, 2013;

MCGEE, Terry. **The urbanization process in the Third World.** London: Bell & Sons, 1971;

MESQUITA, Amanda Pires. **O município e o planejamento para além do perímetro urbano: o rural e os distritos rurais do sul goiano.** Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p.327. 2018;

MEYER, Regina Maria Prosperi. O urbanismo: entre a cidade e o território. **Ciência e Cultura**, São Paulo, 1(58):38-41, jan./mar., 2006;

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Cidade e Campo, Urbano e Rural: o substantivo e o adjetivo. *in:* FELDMAN, Sarah, FERNANDES, Ana (Org.). **O Urbano e o Regional no Brasil Contemporâneo: mutações, tensões, desafios.** Salvador: EDUFBA, 2007;

MANNA, Eduardo Della. (2008). Broadacre City: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e ecologia social. Revista Vitruvius, v. 095. n.02. ano 08, abr. 2008. Recuperado em setembro de 2017, de vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/148;

MORAES, Bruno, KAURIC, André. **VIII Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial: um grande debate internacional, uma grande contribuição para as políticas públicas.** **Fórum DRS**, Brasília, n.6, dez. 2013. Disponível em: <www.iicaforumdrs.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2013;

MORAES, Bruno. Conceito de rural é debatido no Senado Federal do Brasil. **Fórum DRS**, Brasília, n.4, jan./fev./mar. 2013. Disponível em: <www.iicaforumdrs.org.br>. Acesso em: 20 jun. 2013;

OLIVEIRA, Bianca Simoneli, SOARES, Beatriz. Cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG: algumas considerações. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, 3(5): 52-72, fev.,2002;

_____. Pequenas cidades da Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG junto ao período técnico científico internacional: um estudo preliminar. **Anais dos Encontros Nacionais da ANPUR – v. 9 – Ética, planejamento e construção democrática do espaço**, pp. 278-288, 2001;

ONU HABITAT. (Programa das Nações Unidas para os assentamentos Humanos). **Estado de las ciudades de America Latina y el Caribe: rumbo a una nueva transición urbana**. [S.L.]: ONU HABITAT, 2012;

_____. Implementing the New Urban Agenda by Strengthening Urban-Rural Linkages. Nairobi: ONU-HABITAT, 2017

OURIQUES, Helton Ricardo, VIEIRA, Pedro Antônio. A condição semiperiférica do Brasil na economia-mundo capitalista: novas evidências. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, 2017, p. 199-228; <https://doi.org/10.21530/ci.v12n3.2017.711>

PACHECO, Pedro. (2011) **Rural-Urbano in Tema e Programa Turma F**, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa;

PEDRA, J.L.; NOGUEIRA, Marly. **Breves Considerações sobre as Pequenas Cidades**. In: XII SIMPURB. XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2011, Belo Horizonte. XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2011;

PMSB (**Plano Municipal de Saneamento Básico de Monte Alegre de Minas**), elaborado pela Universidade Federal de Uberlândia e Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas, 2015;

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e FJP (Fundação João Pinheiro). **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Brasília: PNUD Brasil, 2013;

RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires**. Paris: Gallimard, 1993;

ROSSI, Aldo. **L'Architettura della Città**, Milão: Il Saggiatore, 1966;

- SANTOS, Carlos Nelson. **A cidade como jogo de cartas**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1988;
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994;
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000;
- SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1999;
- TAUNAY, Visconde de. **Cartas da Campanha de Matto Grosso (1865 A 1866)**. Cia. Melhoramentos, São Paulo, 1921.
- TAVARES, André, OLIVEIRA, Ivo. **Arquitectura em Lugares Comuns**. Porto: Dafne, 2008;
- TOPALOVIC, Milica. **Architecture of territory – Beyond the limits of the City: Research and Design ou Urbanising Territories**. Zurich: ETH Zurich, 2015.
- _____. **Architecture of Territory – Hinterland**: Singapore, Johor, Riau. Zurique: ETH Zurich DArch; FCL Singapore, 2013.
- TREVÃO, Auto Posto. **O Trevão**. Disponível em: <<http://www.autopostotrevao.com.br/>>. Acesso em 18 de julho de 2018;
- UNIÃO EUROPEIA, **Statistics on rural areas in the EU**. Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Statistics_on_rural_areas_in_the_EU>. Acesso em 20 de outubro de 2018;
- VEIGA, José Eli. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000;
- _____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003;
- VILLAÇA **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 2001;
- _____. **A delimitação territorial do processo urbano**, São Paulo, 1997;
- WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989;

ZUQUIM, Maria de Lourdes. **O lugar do Rural nos Planos Diretores Municipais.** *in:* Pluris 2008 - 3º Congresso Luso Brasileiro para Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, Santos, 2008.